Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 10

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 11

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 12

Demonstração do Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 14

Balanço Patrimonial Passivo 16

Demonstração do Resultado 19

Demonstração do Resultado Abrangente 21

Demonstração do Fluxo de Caixa 22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 25

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 26

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 27

Demonstração do Valor Adicionado 28

Relatório da Administração 30

Notas Explicativas 48

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 152

Proposta de Orçamento de Capital 157

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 158

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 164

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 166

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 167

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 168

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.765.587.200
Preferenciais	0
Total	1.765.587.200
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	3.973.345	3.765.586	4.456.459
1.01	Ativo Circulante	320.872	412.909	839.013
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	243.868	363.973	790.360
1.01.03	Contas a Receber	12.162	13.591	8.082
1.01.03.01	Clientes	12.162	13.591	8.082
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	12.162	13.591	8.082
1.01.06	Tributos a Recuperar	47.437	23.164	35.645
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.432	2.357	4.226
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.973	9.824	700
1.01.08.03	Outros	14.973	9.824	700
1.01.08.03.02	Contas a Receber com Operações de Derivativos	14.456	6.584	700
1.01.08.03.03	Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio	517	3.240	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.652.473	3.352.677	3.617.446
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	857.284	1.211.616	1.024.887
1.02.01.06	Tributos Diferidos	18.537	21.874	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.537	21.874	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	16	153	153
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	685.314	1.039.836	923.557
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	153.417	149.753	101.177
1.02.01.09.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	8.436	10.398	3.599
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	134.609	139.355	97.578
1.02.01.09.06	Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	10.372	0	0
1.02.02	Investimentos	2.750.444	2.099.431	2.558.823
1.02.02.01	Participações Societárias	2.750.444	2.099.431	2.558.823
1.02.03	Imobilizado	13.548	17.940	11.703
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.948	6.610	11.703
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.600	11.330	0
1.02.04	Intangível	31.197	23.690	22.033

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	3.973.345	3.765.586	4.456.459
2.01	Passivo Circulante	535.976	102.898	104.448
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.556	23.056	18.918
2.01.02	Fornecedores	3.687	4.460	2.212
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.687	4.460	2.197
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	0	15
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.102	1.933	1.447
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	797	1.605	1.207
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Parcelados	37	35	14
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições a Recolher	224	918	134
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a Recolher	536	652	1.059
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	46	46
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	305	282	194
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	305	282	194
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	482.097	62.244	63.369
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	154	351	305
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	154	351	305
2.01.04.02	Debêntures	481.943	61.893	63.064
2.01.05	Outras Obrigações	17.534	11.205	18.502
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.562	10.995	16.313
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	16.562	10.995	16.313
2.01.05.02	Outros	972	210	2.189
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	257	124	23
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	715	86	109
2.01.05.02.05	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	0	2.057
2.02	Passivo Não Circulante	77.644	395.063	1.169.624
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	60.141	114.121	1.093.915
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	137	435
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	137	435

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.01.02	Debêntures	60.141	113.984	1.093.480
2.02.02	Outras Obrigações	15.645	13.484	11.591
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.745	12.583	10.691
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	14.745	12.583	10.691
2.02.02.02	Outros	900	901	900
2.02.04	Provisões	1.858	267.458	64.118
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31	64	191
2.02.04.01.05	Impostos e Contribuições a Recolher Parcelados	31	64	191
2.02.04.02	Outras Provisões	1.827	267.394	63.927
2.02.04.02.04	Passivo a Descoberto	1.827	267.394	63.927
2.03	Patrimônio Líquido	3.359.725	3.267.625	3.182.387
2.03.01	Capital Social Realizado	2.025.342	2.025.342	2.025.342
2.03.02	Reservas de Capital	-22.934	0	0
2.03.02.07	Ágio em transação de capital	-22.934	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.356.993	1.245.311	1.159.946
2.03.04.01	Reserva Legal	203.287	144.993	100.595
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.052.931	999.543	958.576
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	100.775	100.775	100.775
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	324	-3.028	-2.901

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	136.870	152.442	78.723
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.985	-59.894	-28.090
3.02.01	Depreciação e Amortização	-2.916	-3.286	-1.582
3.02.02	Serviços	-14.216	-10.071	-5.983
3.02.04	Custo com Pessoal	-30.698	-39.321	-17.423
3.02.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	-5.259	-5.680	-2.659
3.02.06	Outros	-896	-1.536	-443
3.03	Resultado Bruto	82.885	92.548	50.633
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	994.746	733.274	563.960
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-163.581	-111.837	-87.985
3.04.02.01	Serviços	-59.890	-24.383	-22.059
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-3.921	-1.580	-3.659
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-80.384	-72.552	-48.233
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-1.119	-1.179	-816
3.04.02.05	Outros	-18.267	-12.143	-13.218
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	835	1.155	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-195	-860	-3.314
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.157.687	844.816	655.259
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.077.631	825.822	614.593
3.06	Resultado Financeiro	103.437	52.290	54.967
3.06.01	Receitas Financeiras	146.835	236.882	208.354
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.398	-184.592	-153.387
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.181.068	878.112	669.560
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.194	9.850	-5.802
3.08.01	Corrente	-11.856	-12.024	-5.802
3.08.02	Diferido	-3.338	21.874	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.165.874	887.962	663.758
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.165.874	887.962	663.758
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,66033	0,50290	0,37590
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,66033	0,50290	0,37590

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	1.165.874	887.962	663.758
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.352	-127	-74
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.169.226	887.835	663.684

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-52.687	47.741	-127.956
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-45.583	55.786	87.582
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.165.874	887.962	663.758
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	5.940	4.017	1.940
6.01.01.03	Baixa do Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido	434	10	11
6.01.01.04	Amortização do Direito de Concessão - Ágio	897	849	3.303
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária Debêntures, Empréstimos, Financiamentos e Leasing Circulante e Não Circul	38.245	164.407	146.402
6.01.01.06	Resultado de Operações com Derivativos	-8.319	-6.264	-475
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária Sobre Mútuo com Partes Relacionadas	-94.311	-128.505	-72.116
6.01.01.08	Juros sobre Impostos Parcelados	6	0	18
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	-1.157.687	-844.816	-655.259
6.01.01.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.338	-21.874	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.104	-8.045	-215.538
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-2.974	-3.784	-192.233
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-19.527	-9.426	-35.954
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	62	1.869	-1.886
6.01.02.05	Fornecedores	-773	2.248	-532
6.01.02.06	Partes Relacionadas	7.729	-3.426	6.627
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.500	4.138	7.218
6.01.02.08	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	-870	359	1.185
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	629	-23	37
6.01.02.11	Dividendos e juros s/ capital proprio a pagar	120	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-627.159	-41.145	-212.311
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-616.773	-28.375	-194.373
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado	-10.386	-7.682	-12.995
6.02.03	Adições ao Ativo Intangível	0	-5.088	-4.943
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	559.741	-432.983	-380.311
6.03.01	Liquidação de Operações com Derivativos	2.411	-8.476	-1.767
6.03.02	Mútuos com Partes Relacionadas - Liberação	-64.425	-152.755	-150.604

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.03	Mútuos com Partes Relacionadas - Pagamentos	79.289	143.386	22.695
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Leasing - Pagamentos	399.958	-985.968	-37.166
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Leasing - Pagamento de Juros	-72.334	-159.357	-131.420
6.03.08	Aumento de Capital - Custo de Captação	0	0	-766
6.03.09	Dividendos - Pagos	-1.054.192	-802.496	-858.629
6.03.10	Dividendos - Recebidos	1.269.034	1.532.683	777.346
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-120.105	-426.387	-720.578
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	363.973	790.360	1.510.938
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	243.868	363.973	790.360

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.025.342	0	1.245.311	0	-3.028	3.267.625
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.025.342	0	1.245.311	0	-3.028	3.267.625
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-22.934	-554.192	0	0	-577.126
5.04.06	Dividendos	0	0	-554.192	0	0	-554.192
5.04.08	Ágio em transação de capital	0	-22.934	0	0	0	-22.934
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.165.874	3.352	1.169.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.165.874	0	1.165.874
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.352	3.352
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	665.874	-1.165.874	0	-500.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	565.099	-565.099	0	0
5.06.04	Dividendos Intermediários	0	0	0	-500.000	0	-500.000
5.06.05	Dividendos Propostos	0	0	100.775	-100.775	0	0
5.07	Saldos Finais	2.025.342	-22.934	1.356.993	0	324	3.359.725

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.025.342	0	1.159.946	0	-2.901	3.182.387
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.025.342	0	1.159.946	0	-2.901	3.182.387
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-502.597	0	0	-502.597
5.04.06	Dividendos	0	0	-502.597	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	887.962	-127	887.835
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	887.962	0	887.962
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-127	-127
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	587.962	-887.962	0	-300.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	487.187	-487.187	0	0
5.06.04	Dividendos Intermediários	0	0	0	-300.000	0	0
5.06.05	Dividendos Propostos	0	0	100.775	-100.775	0	0
5.07	Saldos Finais	2.025.342	0	1.245.311	0	-3.028	3.267.625

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.026.108	0	1.348.086	0	-2.827	3.371.367
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.026.108	0	1.348.086	0	-2.827	3.371.367
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-766	0	-651.898	0	0	-652.664
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-766	0	0	0	0	-766
5.04.06	Dividendos	0	0	-651.898	0	0	-651.898
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	663.758	-74	663.684
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	663.758	0	663.758
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-74	-74
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	463.758	-663.758	0	-200.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	362.983	-362.983	0	0
5.06.04	Dividendos Intermediários	0	0	0	-200.000	0	-200.000
5.06.05	Dividendos Propostos	0	0	100.775	-100.775	0	0
5.07	Saldos Finais	2.025.342	0	1.159.946	0	-2.901	3.182.387

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	149.976	171.179	86.864
7.01.02	Outras Receitas	149.976	171.179	86.864
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-94.234	-51.517	-45.942
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.196	-17.172	-8.977
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-75.038	-34.345	-36.965
7.03	Valor Adicionado Bruto	55.742	119.662	40.922
7.04	Retenções	-6.837	-4.866	-5.241
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.837	-4.866	-5.241
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.905	114.796	35.681
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.304.522	1.081.698	863.613
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.157.687	844.816	655.259
7.06.02	Receitas Financeiras	146.835	236.882	208.354
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.353.427	1.196.494	899.294
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.353.427	1.196.494	899.294
7.08.01	Pessoal	99.975	100.921	58.727
7.08.01.01	Remuneração Direta	88.385	88.150	51.070
7.08.01.02	Benefícios	8.061	8.961	5.367
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.953	2.958	1.876
7.08.01.04	Outros	576	852	414
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.955	21.575	21.303
7.08.02.01	Federais	37.527	15.905	19.045
7.08.02.02	Estaduais	22	25	9
7.08.02.03	Municipais	5.406	5.645	2.249
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	44.623	186.036	155.506
7.08.03.01	Juros	40.048	183.050	153.110
7.08.03.02	Aluguéis	4.575	2.986	2.396
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.165.874	887.962	663.758
7.08.04.02	Dividendos	500.000	300.000	200.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	665.874	587.962	463.758

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	14.305.826	12.286.873	12.264.721
1.01	Ativo Circulante	1.603.684	1.354.542	1.704.281
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	872.491	763.331	1.178.669
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.765	4	3
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.765	4	3
1.01.02.01.03	Conta Reserva	9.765	4	3
1.01.03	Contas a Receber	447.073	404.064	311.644
1.01.03.01	Clientes	447.073	404.064	311.644
1.01.03.01.01	Contas a Receber	279.843	240.865	184.735
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	167.230	163.199	126.909
1.01.06	Tributos a Recuperar	71.476	39.970	84.947
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	71.476	39.970	84.947
1.01.07	Despesas Antecipadas	71.698	43.185	39.847
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	131.181	103.988	89.171
1.01.08.03	Outros	131.181	103.988	89.171
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	48.441	20.503	700
1.01.08.03.02	Dividendos, Juros sobre Capital Próprio	614	612	5.692
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	82.126	82.873	82.779
1.02	Ativo Não Circulante	12.702.142	10.932.331	10.560.440
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.359.170	3.046.922	2.786.546
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	667	634	1.577
1.02.01.01.03	Conta Reserva	667	634	1.577
1.02.01.03	Contas a Receber	19.732	5.491	2.154
1.02.01.03.01	Clientes	19.732	5.491	2.154
1.02.01.06	Tributos Diferidos	440.149	313.721	168.802
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	440.149	313.721	168.802
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	7.837	1.531	3.000
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	149.159	30.673	12.987
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	149.159	30.673	12.987

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.741.626	2.694.872	2.598.026
1.02.01.09.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	13.244	13.186	12.060
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	135.055	149.838	97.578
1.02.01.09.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	2.568.207	2.515.717	2.474.667
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais e Outros	25.120	16.131	13.721
1.02.03	Imobilizado	560.906	431.073	393.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	395.266	292.345	254.337
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	165.640	138.728	138.785
1.02.04	Intangível	8.782.066	7.454.336	7.380.772

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	14.305.826	12.286.873	12.264.721
2.01	Passivo Circulante	3.743.691	2.872.208	3.032.939
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	139.538	95.248	80.918
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	139.538	95.248	80.918
2.01.02	Fornecedores	365.314	335.064	318.885
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	325.372	318.605	274.348
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	39.942	16.459	44.537
2.01.03	Obrigações Fiscais	334.504	168.993	169.472
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	292.718	141.048	141.716
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	242.901	94.408	99.659
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	49.817	46.640	42.057
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12.348	424	605
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	12.348	424	605
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	29.438	27.521	27.151
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	28.861	27.331	25.074
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	577	190	2.077
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.519.747	1.882.470	1.845.639
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	492.759	128.946	418.630
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	211.649	122.485	348.029
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	281.110	6.461	70.601
2.01.04.02	Debêntures	2.026.988	1.753.524	1.427.009
2.01.05	Outras Obrigações	236.676	167.612	334.458
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	86.787	44.726	49.840
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	86.787	44.726	49.840
2.01.05.02	Outros	149.889	122.886	284.618
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	257	124	4.293
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	48.368	30.433	143.407
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	100.938	92.112	82.245
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	326	217	54.673

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.06	Provisões	147.912	222.821	283.567
2.01.06.02	Outras Provisões	147.912	222.821	283.567
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	147.912	222.821	283.567
2.02	Passivo Não Circulante	7.199.803	6.200.450	6.091.392
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.634.667	5.065.405	4.865.842
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	923.835	968.238	1.403.583
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	191.456	487.390	355.094
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	732.379	480.848	1.048.489
2.02.01.02	Debêntures	4.710.832	4.097.167	3.462.259
2.02.02	Outras Obrigações	588.622	264.938	313.134
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	203.437	82.137	56.456
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	203.437	82.137	56.456
2.02.02.02	Outros	385.185	182.801	256.678
2.02.02.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	6.862	29.163	39.009
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	376.724	152.633	159.196
2.02.02.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	1.599	1.005	58.473
2.02.03	Tributos Diferidos	218.599	168.105	166.162
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	218.599	168.105	166.162
2.02.04	Provisões	757.915	702.002	746.254
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	548.512	498.579	469.750
2.02.04.01.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	60.750	20.431	21.062
2.02.04.01.07	Impostos e Contribuições a Recolher	36.994	15.746	0
2.02.04.01.09	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	450.768	462.402	448.688
2.02.04.02	Outras Provisões	209.403	203.423	276.504
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	209.403	203.423	276.504
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.362.332	3.214.215	3.140.390
2.03.01	Capital Social Realizado	2.025.342	2.025.342	2.025.342
2.03.02	Reservas de Capital	-22.934	0	0
2.03.02.07	Ágio em transação de capital	-22.934	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	1.306.144	1.183.052	1.086.277
2.03.04.01	Reserva Legal	203.287	144.993	100.595
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.002.082	937.284	884.907
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	100.775	100.775	100.775
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	324	-3.028	-2.901
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	53.456	8.849	31.672

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.767.698	5.134.296	4.657.256
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.525.380	-2.282.075	-2.454.652
3.02.01	Custo de Construção	-570.992	-556.724	-881.402
3.02.02	Serviços	-453.840	-457.401	-494.785
3.02.03	Custo da Outorga	-361.672	-344.975	-310.579
3.02.04	Depreciação e Amortização	-426.737	-327.468	-250.152
3.02.05	Custo com Pessoal	-344.760	-283.117	-213.627
3.02.06	Provisão de Manutenção	-152.053	-139.080	-157.638
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-66.007	-52.909	-46.937
3.02.08	Outros	-149.319	-120.401	-99.532
3.03	Resultado Bruto	3.242.318	2.852.221	2.202.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-744.882	-575.202	-501.352
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-748.914	-570.154	-458.009
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-222.217	-205.087	-150.108
3.04.02.02	Serviços	-213.739	-135.017	-136.937
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-16.330	-14.766	-13.607
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-113.525	-107.416	-69.417
3.04.02.05	Outros	-183.103	-107.868	-87.940
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.006	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.974	-5.048	-43.343
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.497.436	2.277.019	1.701.252
3.06	Resultado Financeiro	-671.108	-922.738	-627.938
3.06.01	Receitas Financeiras	265.883	350.535	463.162
3.06.02	Despesas Financeiras	-936.991	-1.273.273	-1.091.100
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.826.328	1.354.281	1.073.314
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-633.955	-443.512	-395.806
3.08.01	Corrente	-669.430	-586.488	-529.114
3.08.02	Diferido	35.475	142.976	133.308
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.192.373	910.769	677.508

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.192.373	910.769	677.508
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.177.284	899.372	671.722
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.089	11.397	5.786
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,66033	0,51584	0,38370
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	0,51580	0,38370

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.192.373	910.769	677.508
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.352	-127	-74
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.195.725	910.642	677.434
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.180.636	899.245	671.648
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.089	11.397	5.786

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.426.811	1.890.267	1.357.065
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.711.979	2.463.992	1.879.740
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.192.373	910.769	677.508
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-61.242	-142.976	-133.308
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	82.034	82.779	82.546
6.01.01.04	Variação cambial sobre imobilizado e intangível	-3.162	0	0
6.01.01.05	Depreciação e Amortização	456.143	355.711	276.403
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido	15.507	19.365	14.139
6.01.01.07	Amortização do Direito de Concessão - Ágio	84.119	79.173	43.166
6.01.01.08	Variação Cambial sobre Empréstimos, Financiamentos e Derivativos	47.966	32.231	-50.994
6.01.01.09	Variação Monetária das Obrigações com o Poder Concedente	5.179	11.168	1.785
6.01.01.10	Juros e Variação Monetária s/ Debêntures, Empréstimos e Arrendamento Mercantil	659.827	902.217	610.445
6.01.01.11	Capitalização de Custo de Empréstimos	-45.561	-47.286	-74.266
6.01.01.12	Resultado de Operações com Derivativos	-20.218	17.683	144.456
6.01.01.13	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	152.102	139.080	157.638
6.01.01.14	Ajuste e Valor Presente da Provisão de Manutenção	48.673	70.640	91.630
6.01.01.15	Constituição e Juros sobre Contingências	0	0	11.181
6.01.01.16	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.640	7.690	7.012
6.01.01.17	Juros e Variação Monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	549	4.730	2.891
6.01.01.18	Juros sobre Impostos Parcelados	34.694	55.238	40.115
6.01.01.19	Juros, Multa e Outros Encargos sobre Impostos Parcelados - Lei 11.941	0	0	6.944
6.01.01.20	Participação dos Minoritários	53.356	-34.220	-29.551
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-285.168	-573.725	-522.675
6.01.02.01	Contas a Receber	-32.057	-67.157	-56.720
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	280.659	-36.290	-20.607
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-16.339	-6.905	-48.823
6.01.02.04	Despesas Antecipadas Outorga Fixa	-133.777	-123.923	-533.968
6.01.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	0	0	-5.692
6.01.02.06	Despesas Antecipadas e Outras	-16.630	-4.279	-17.178

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.07	Fornecedores	14.331	16.179	75.221
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-267.419	-44.256	-103.899
6.01.02.09	Plano de Incentivo - Partes Relacionadas	-10.402	-583	0
6.01.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.069	14.330	22.907
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	120.538	-27.785	37.955
6.01.02.12	Liquidação de Contingências	-1.272	-631	-7.336
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-269.704	-343.547	-209.815
6.01.02.14	Obrigações com o Poder Concedente	13.500	47.818	134.806
6.01.02.15	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	0	0	4.293
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	-3.665	3.304	206.181
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.158.872	-658.736	-2.237.474
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-20.200	-127	-74
6.02.04	Pagamento pela compra de 100% da SP Vias e Inovap, Líquido do Caixa Adquirido	0	0	-1.314.408
6.02.05	Aquisição de Ativo Imobilizado	-215.783	-118.973	-131.976
6.02.06	Adições ao Ativo Intangível	-535.176	-539.636	-791.016
6.02.08	Pagamento pela compra do Aeroporto Internacional de Quito, líquido do caixa adquirido	-188.398	0	0
6.02.09	Pagamento pela compra do Aeroporto Internacional de San Jose, líquido do caixa adquirido	-68.927	0	0
6.02.10	Pagamento pela compra da Barcas, líquido do caixa adquirido	-73.741	0	0
6.02.11	Pagamento pela compra do Aeroporto Internacional de Curaçao, líquido do caixa adquirido	-53.725	0	0
6.02.12	Baixa de adiantamentos	-2.922	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.158.779	-1.646.869	-62.067
6.03.01	Resgates / Aplicações (conta reserva)	-9.794	943	-41
6.03.02	Liquidação de Operações com Derivativos	-7.595	-151.461	-35.930
6.03.04	Mútuos com Partes Relacionadas (Captações)	6.722	17.663	13.447
6.03.05	Mútuos com Partes Relacionadas (Pagamentos)	-1.507	0	0
6.03.06	Mútuos com Partes Relacionadas (Liberações)	0	-15.198	0
6.03.09	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Leasing (Captações)	3.620.132	3.278.770	2.150.324
6.03.10	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Leasing (Pagamentos de Principal)	-2.944.319	-3.191.200	-988.187
6.03.11	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Leasing (Pagamentos de Juros)	-744.519	-784.700	-349.016

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.13	Aumento de Capital (Custo de Captação)	0	0	-766
6.03.14	Dividendos (Pagos)	-1.077.897	-806.766	-851.898
6.03.15	Dividendos (Recebidos)	-2	5.080	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	109.160	-415.338	-942.476
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	763.331	1.178.669	2.121.145
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	872.491	763.331	1.178.669

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.025.342	0	1.183.052	0	-3.028	3.205.366	8.849	3.214.215
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.025.342	0	1.183.052	0	-3.028	3.205.366	8.849	3.214.215
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-22.934	-554.192	0	0	-577.126	29.518	-547.608
5.04.06	Dividendos	0	0	-554.192	0	0	0	-23.838	0
5.04.08	Ágio em transação de capital	0	-22.934	0	0	0	0	22.934	0
5.04.09	Aquisição de participação de acionistas não controladores - Barcas	0	0	0	0	0	0	19.741	0
5.04.10	Aquisição de participação de acionistas não controladores - Aeroporto Internacional Curaçao	0	0	0	0	0	0	10.681	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.177.284	3.352	1.180.636	15.089	1.195.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.177.284	0	0	15.089	1.192.373
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.352	0	0	3.352
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	677.284	-1.177.284	0	-500.000	0	-500.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	576.509	-576.509	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Intermediários	0	0	0	-500.000	0	-500.000	0	-500.000
5.06.05	Dividendos Propostos	0	0	100.775	-100.775	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.025.342	-22.934	1.306.144	0	324	3.308.876	53.456	3.362.332

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.025.342	0	1.086.277	0	-2.901	3.108.718	31.672	3.140.390
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.025.342	0	1.086.277	0	-2.901	3.108.718	31.672	3.140.390
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-502.597	0	0	-502.597	-34.220	-536.817
5.04.06	Dividendos	0	0	-502.597	0	0	-502.597	-34.220	-536.817
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	899.372	-127	899.245	11.397	910.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	899.372	-127	899.245	11.397	910.642
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	599.372	-899.372	0	-300.000	0	-300.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	599.372	-899.372	0	-300.000	0	-300.000
5.07	Saldos Finais	2.025.342	0	1.183.052	0	-3.028	3.205.366	8.849	3.214.215

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.026.108	0	1.266.453	0	-2.827	3.289.734	55.437	3.345.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.026.108	0	1.266.453	0	-2.827	3.289.734	55.437	3.345.171
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-766	0	-651.898	0	0	-652.664	-29.551	-682.215
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-766	0	0	0	0	-766	0	-766
5.04.06	Dividendos	0	0	-651.898	0	0	-651.898	-29.551	-681.449
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	671.722	-74	671.648	5.786	677.434
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	671.722	-74	671.648	5.786	677.434
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	471.722	-671.722	0	-200.000	0	-200.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	471.722	-671.722	0	-200.000	0	-200.000
5.07	Saldos Finais	2.025.342	0	1.086.277	0	-2.901	3.108.718	31.672	3.140.390

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	6.259.357	5.591.597	5.043.710
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.631.142	5.188.572	4.745.676
7.01.02	Outras Receitas	637.855	410.715	305.046
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.640	-7.690	-7.012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.771.501	-1.573.196	-1.966.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-641.188	-625.434	-628.336
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-407.268	-251.964	-298.623
7.02.04	Outros	-723.045	-695.798	-1.039.041
7.02.04.01	Custo de Construção	-570.992	-556.724	-881.403
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-152.053	-139.074	-157.638
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.487.856	4.018.401	3.077.710
7.04	Retenções	-540.262	-434.884	-319.569
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-540.262	-434.884	-319.569
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.947.594	3.583.517	2.758.141
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	265.883	350.535	463.162
7.06.02	Receitas Financeiras	265.883	350.535	463.162
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.213.477	3.934.052	3.221.303
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.213.477	3.934.052	3.221.303
7.08.01	Pessoal	496.997	429.168	313.684
7.08.01.01	Remuneração Direta	386.006	335.370	240.202
7.08.01.02	Benefícios	83.796	70.995	55.545
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.559	16.994	13.220
7.08.01.04	Outros	6.636	5.809	4.717
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.212.893	974.640	839.138
7.08.02.01	Federais	933.929	719.093	625.091
7.08.02.02	Estaduais	1.145	917	411
7.08.02.03	Municipais	277.819	254.630	213.636
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.311.214	1.619.475	1.390.042
7.08.03.01	Juros	924.258	1.254.830	1.058.450

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03.02	Aluguéis	25.284	19.670	21.015
7.08.03.03	Outras	361.672	344.975	310.577
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.192.373	910.769	678.439
7.08.04.02	Dividendos	500.000	300.000	200.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	692.373	610.769	478.439

Relatório da Administração

Relatório da Administração

1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CCR S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

2. Apresentação

A CCR S.A. (CCR ou Companhia) é a *holding* do Grupo CCR e seu objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participação em outras sociedades. Diante disso, além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios correlatos.

A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar seus esforços em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

A CCR atualmente detém, direta e/ou indiretamente, 100% do capital social das seguintes empresas: Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn), Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos), Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - Viaoeste S.A. (ViaOeste), Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias), Companhia de Participações em Concessões (CPC), Actua Assessoria S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.I. de C.V. (CCR México), Inovap 5 – Administração e Participações Ltda. (Inovap 5); SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm) e CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP), da CCR España – Concesiones y Participaciones, S.L., (CCR España) e da MTH – Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH).

Detém ainda, diretamente ou indiretamente, 98,5714% da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel Oeste), 85,92% da RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A (RodoNorte) e da Parques Serviços Ltda. (Parques), 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), 33,33% da Concessionária Transolímpica S.A. (Transolímpica), 38,25% da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), 40% da Renovias Concessionária S.A. (Renovias), 45% da Controlar S.A (Controlar) e 80% da Barcas S.A. – Transportes Marítimos (Barcas). No setor aeroportuário, detém, indiretamente, aproximadamente 45,49% da Corporación Quiport S.A. (Quiport), operadora do Aeroporto Internacional do Quito, no Equador, 48,75% da Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris), operadora do Aeroporto Internacional de San José, na Costa Rica e 40,80% da Curaçao Airports Partners N.V. (CAP), operadora do Aeroporto Internacional de Curaçao.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metroviárias, relacionadas à mobilidade e conveniência urbanas e aeroportuárias.

Relatório da Administração

3. Mercado

A partir de 1994, os Governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, dentre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias dos Governos Federal e Estaduais continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento para a Companhia por meio de novas licitações.

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional, a regulamentação das Parcerias Público-Privadas (PPP), que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

O Brasil conta com aproximadamente 1.765.278 km de rodovias, sendo 211.680 km pavimentados, e 15.458,32 km atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o Governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com critério de julgamento de menor valor de tarifa de pedágio. Em março de 2008, o Governo do Estado de São Paulo licitou o trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, mediante concessão onerosa, para interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo - SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. O RodoAnel Oeste, concessionária controlada pela CCR, passou a explorar esse trecho em junho 2008.

Em outubro de 2008, o Governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.800 km. O leilão foi promovido pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), e o critério de julgamento foi o menor valor da tarifa de pedágio.

Em abril de 2010, o Governo do Estado da Bahia promoveu, por meio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia e do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, licitação visando à outorga de concessão de serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de sistema rodoviário, composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, na região metropolitana de Salvador. O critério de julgamento desta licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em novembro de 2010, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), realizou licitação visando: (i) a outorga de concessão onerosa do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e (ii) a construção e posterior exploração do Trecho Leste do aludido Rodoanel. O critério de julgamento da licitação foi o menor valor da tarifa de pedágio ofertada.

Em abril de 2011, o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, promoveu a licitação referente à concessão onerosa para exploração de trechos, vias e acessos rodoviários ao Porto de SUAPE, pelo critério de menor tarifa ofertada.

Em 30 de setembro de 2011, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União, a minuta dos editais dos três aeroportos internacionais a serem concedidos à iniciativa privada (Brasília,

Relatório da Administração

Guarulhos e Viracopos). Os três aeroportos, leiloados em fevereiro de 2012, operam atualmente 30% dos passageiros, 57% das cargas e 19% das aeronaves do tráfego aéreo brasileiro.

Também em setembro de 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro publicou edital para a concessão da Transolímpica como parte do pacote de investimentos para a Olimpíada de 2016. A licitação teve como objeto a concessão da construção e operação de uma via expressa, numa extensão de 13 km, na cidade do Rio de Janeiro, por um prazo de 35 anos, incluindo a sua implantação, conservação, manutenção e operação. A Transolímpica será uma pista expressa ligando o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro que, além de ser uma importante via de ligação entre a zona norte e a zona oeste, tem também como finalidade, unir dois Pólos Olímpicos, um em Deodoro e outro na Barra da Tijuca. Esta via expressa é constituída por três pistas por sentido, sendo que a pista central (ambos sentidos) será destinada ao BRT – *Bus Rapit Transit*, meio de transporte de massa que a Prefeitura do Rio de Janeiro está implantando e que deverá ser objeto de licitação específica. A concessionária Transolímpica, da qual a CCR detém 33,33%, venceu a licitação em 19 de abril de 2012.

Em 18 de janeiro de 2012, o Governo Federal realizou o leilão da rodovia BR-101, que liga o Espírito Santo ao Rio de Janeiro, como parte da terceira etapa do programa de concessões de rodovias federais. Este projeto de concessão consiste na recuperação, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR-101/Espírito Santo/Bahia, no trecho entre o entroncamento com a BA-698, no acesso ao município de Mucuri (Bahia) e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (excluindo a ponte), no início do trecho explorado pela Concessionária Autopista Fluminense S.A., com uma extensão de 475,9 km.

Relatório da Administração

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R$ mil	2012	2011
Receita bruta	6.268.997	5.599.287
Receita de pedágio	5.060.150	4.631.848
Receita de construção (ICPC 01 R1)	570.992	556.724
Outras receitas	637.855	410.715
(-) Deduções da receita bruta	501.299	464.991
Receita líquida	5.767.698	5.134.296
(-) Custos totais (a)	3.270.262	2.857.277
Custos de construção (ICPC 01 R1)	570.992	556.724
Demais custos	2.699.270	2.300.553
EBIT (b)	2.497.436	2.277.019
Margem EBIT	43,3%	44,3%
Margem EBIT ajustada (c)	48,1%	49,7%
(+) Depreciação/amortização	540.262	434.884
EBITDA (b)	3.037.698	2.711.903
Margem EBITDA	52,7%	52,8%
(+) Provisão de manutenção (d)	152.053	139.080
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	82.032	82.779
EBITDA ajustado	3.271.783	2.933.762
Margem EBITDA ajustada (f)	63,0%	64,1%
(-) Resultado financeiro líquido	671.108	922.738
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	633.955	443.512
Participação dos acionistas não controladores	15.089	11.397
Lucro líquido	1.177.284	899.372
Dívida bruta	8.154.414	6.947.875
Investimentos	863.934	658.609
Veículos equivalentes (em milhares)	990.363	962.374

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

Relatório da Administração

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(d) A provisão de manutenção se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada pois refere-se a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item l) e 25 - Provisão de manutenção - Consolidado.

(e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada pois refere-se a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 12 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado.

(f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2012 representou 80,7% do total da receita. O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve crescimento de 2,9%. Além disso, a tarifa média apresentou um aumento de 6,2%, devido aos reajustes contratuais aplicados durante o ano de 2012.

Custos totais

- Os custos totais apresentaram um aumento de 14,5% em relação a 2011, perfazendo R$ 3.270.262 mil no ano de 2012. Os principais motivos dessas variações são indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R$ 570.992 mil. O aumento de 2,6% decorreu principalmente do maior investimento em melhorias (*upgrade)*, equipamentos e outros realizados nas concessionárias AutoBAn, SPVias e RodoNorte.

- A provisão de manutenção atingiu R$ 152.053 mil e apresentou um aumento de 9,3% em relação ao ano de 2011. Durante o exercício de 2012, foram realizados diversos aprimoramentos na revisão das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.

- As despesas de depreciação e amortização somaram R$ 540.262 mil no ano de 2012. O crescimento de 24,2% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, bem como do incremento previsto do tráfego no período.

- O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu R$ 361.672 mil. O aumento de 4,8% deveu-se à parcela variável da outorga, que é resultado do crescimento da receita bruta e à parcela fixa que foi reajustada em julho de 2012 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste, Renovias e SPVias.

- O custo de serviços totalizou R$ 667.579 mil, no ano de 2012, um aumento de 12,7%. Esse resultado decorre, principalmente, da adição dos novos negócios em 2012 (participações acionárias indiretas e diretas, respectivamente, na Barcas, Aeroportos Internacionais de Quito, de San Jose e de Curaçao e Transolímpica). Além disso, houve contratação de serviços de consultoria para diversos projetos de desenvolvimento empresarial.

- O custo com pessoal atingiu R$ 566.977 mil no ano de 2012, registrando aumento de 16,1%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio total de 5,0%, ocorrido em março/12, bem como adição dos novos negócios supracitados.

Relatório da Administração

- Os outros custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) apresentaram aumento de 36,4% e atingiram R$ 410.727 mil no ano de 2012. A variação ocorreu, principalmente devido à aquisição de novos negócios, além de gastos não-recorrentes ocorridos no 3T12.

Resultado financeiro

No ano de 2012, o resultado financeiro líquido negativo foi de R$ 671.108 mil, comparado a um resultado negativo de R$ 922.738 mil em 2011. Essa melhora deveu-se, principalmente, à redução dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, resultado da queda da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) no período.

Lucro líquido

Em 2012, o lucro líquido foi de R$ 1.177.284 mil, apresentando um aumento de 30,9% em relação a 2011. O aumento decorreu principalmente do melhor desempenho operacional e financeiro.

Dívida

Em 2012, a dívida bruta consolidada cresceu 17,4% em relação ao ano de 2011. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representava, em 2012, 87,9% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representava 69,1%, comparado a 94,0% e 72,9%, respectivamente, no ano de 2011. O crescimento da dívida deveu-se, principalmente, à aquisição das participações indiretas dos Aeroportos Internacionais de Quito, San José e Curaçao entre maio e outubro de 2012 realizando a 1ª emissão de Notas Promissórias da CCR no valor de R$ 400 milhões na data de emissão, além da incorporação da dívida desses ativos, da Barcas e emissões da Samm.

Investimentos

No acumulado do ano de 2012, os investimentos somaram R$ 863.934 mil. As concessionárias que mais investiram foram NovaDutra, AutoBAn e SPVias, além da Samm, representando respectivamente, 21,4%, 19,9%, 8,4% e 9,2% do total. A NovaDutra investiu, principalmente, na construção de vias marginais em São Paulo dos km 151 ao km 154 e Rio de Janeiro dos km 170 ao km 176, além da recuperação, reforço e alargamento de diversas pontes e viadutos. Os investimentos da AutoBAn concentraram-se no complexo Anhanguera, com a construção de marginais na região de Sumaré e Nova Odessa, além da adição de 3ª faixa dos km 18 ao 25, 62 ao 71 e 120 ao 128. Na SPVias, destaca-se o investimento na duplicação da SP-270 dos km 115 ao 158. A Samm investiu, essencialmente, em fibra ótica subterrânea e acesso ótico urbano.

Dividendos propostos

A Administração da CCR propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2012 no valor de R$ 0,0570773 por ação, totalizando R$ 100.775 mil, montante a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de 2013 (AGO). Considerando-se os dividendos intermediários pagos em 31 de outubro de 2012, no valor de R$ 953.417 mil, correspondente a R$ 0,54 por ação, teremos como resultado um *payout* de 89,54%, referente ao exercício fiscal de 2012.

5. Destaques do ano de 2012

Relatório da Administração

- Em 16 de janeiro de 2012: Realizada Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE), na qual foram aprovados: (i) complementação do objeto social da Companhia, relativamente à exploração de infraestrutura aeroportuária; e (ii) aquisição da totalidade das participações acionárias do Grupo Andrade Gutierrez nos projetos relacionados aos Aeroportos Internacionais de Quito, no Equador e San Jose, na Costa Rica, e do Grupo Camargo Corrêa, no projeto relacionado ao Aeroporto Internacional de Curaçao. Os acionistas vendedores (Grupo Andrade Gutierrez e Grupo Camargo Corrêa), abstiveram-se de votar na referida AGE, em relação à aquisição das referidas participações.

- Em 29 de março de 2012: 1ª emissão de notas promissórias pela CCR, no valor total no período de R$ 400 milhões.

- Em 19 de abril de 2012: Resultado da concorrência que teve como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa de concessão da outorga dos serviços de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Ligação Transolímpica, sagrando-se vencedor o Consórcio Rio Olímpico (Consórcio), formado pela CCR (33,33%), Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (33,34%) e Odebrecht TransPort Participações S.A. (33,33%). O Consórcio ofereceu o maior valor a título de pagamento de outorga, no montante de R$ 57.970 mil. O respectivo Contrato de Concessão foi assinado pela Concessionária Transolímpica S.A. (constituída pela Companhia, Invepar e OTP nos mesmos percentuais de participação do Consórcio) em 26 de abril de 2012.

- Em 25 de maio de 2012: Conclusão financeira da aquisição de participação, pela controlada CPC, da totalidade da participação societária detida, direta ou indiretamente, pela Andrade Gutierrez Concessões S.A. (AG) nas sociedades AG Concesiones y Participaciones S.L., AG Concessions Inc., AG Participations Inc. e o direito de aquisição de ações e voto na FTZ Development S.A., sendo tais sociedades integrantes do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito, no Equador, detentoras de 45,5% do capital social do referido aeroporto. A aquisição foi objeto do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, celebrado em 26 de março de 2012 entre a CPC e a AG, tendo a CCR como interveniente-garantidora. O investimento foi de U$ 140.000 mil, correspondentes, em moeda corrente nacional, a R$ 285.236 mil – data-base de 25 de maio de 2012.

- Em 02 de julho de 2012: Conclusão financeira da aquisição, pela controlada CPC, de 80% do capital social da BARCAS. A celebração do contrato de compra e venda de ações e outras avenças foi divulgada pela Companhia em 04 de abril de 2012, mediante Fato Relevante. O investimento foi de R$ 72.000 mil – data-base de janeiro de 2011.

- Em 10 de setembro de 2012: Conclusão financeira da aquisição, pelas controladas CPC e CCR España, da totalidade da participação societária detida, direta ou indiretamente, pela AG nas sociedades AGC Holding S.A. e AGC Airports Inc., respectivamente, sendo tais sociedades integrantes do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica, detentoras de 48,75% do capital social da concessionária desse aeroporto. As aquisições foram objeto dos Instrumentos Particulares de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, celebrados em 2 de abril de 2012, entre a CPC e a CCR España com a AG, tendo a CCR como interveniente-garantidora. O investimento foi de U$ 50.000 mil, correspondentes, em moeda corrente nacional, a R$101.696 mil – data-base de 10 de setembro de 2012.

- Em 22 de outubro de 2012: Conclusão financeira da aquisição, pela controlada CCR España, da totalidade da participação societária detida diretamente pela Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (CCII) na sociedade A-Port S.A. (hoje, denominada Companhia de Participações Aeroportuárias – "CPA"), correspondente a 80% do capital social desta. Mediante a conclusão do contrato, a CPA é uma sociedade integrante do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Curaçao. Em decorrência da referida aquisição, a CCR España passou a deter indiretamente 40,8% do capital social do referido aeroporto. A

Relatório da Administração

aquisição foi objeto do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, celebrado em 18 de julho de 2012, entre a CCR España e a CCII, sendo a CCR interveniente-garantidora do referido contrato. O investimento foi de R$ US$ 24.500 mil, correspondentes, em moeda corrente nacional, a R$ 49.720 mil – data-base de 22 de outubro de 2012.

Dividendos

No dia 13 de abril de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram, em AGO, a distribuição complementar de dividendos relativos ao ano de 2011, proposta pela diretoria da Companhia, no valor de R$ 100.775 mil, correspondentes a R$ 0,0570773 por ação, distribuídos a partir do dia 27 de abril do referido exercício.

A partir de 31 de outubro de 2012, a CCR iniciou o pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2012, no valor de R$ 953.417 mil, equivalente a R$ 0,54 por ação ordinária, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 27 de setembro de 2012, a ser ratificada na AGO de 2013.

Eventos relevantes ao mercado

No dia 19 de outubro de 2012, a CCR realizou o 8º CCR Day.

6. Responsabilidade corporativa

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, a CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para acionistas e para toda sociedade.

O Grupo CCR adota princípios de boa governança, como transparência, equidade, *accountability* (responsabilidade) e responsabilidade social, e é considerado uma referência no mercado. A Companhia foi a primeira a ingressar no Novo Mercado, segmento mais exigente da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

O modelo de governança da companhia foi desenhado para promover equilíbrio e igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Todas as decisões são colegiadas, com a participação do Conselho de Administração, dos comitês de gestão e da diretoria executiva. Esse formato permite que a Diretoria e os membros do Conselho estejam em total consonância nas decisões tomadas. Dentre os seis comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e no plano de negócios.

Em 2012, a estratégia da CCR consistiu em maximizar a rentabilidade de seu portfólio de negócios e desenvolver oportunidades em novas atividades relacionadas ao seu *core business*.

Uma vez definidas as diretrizes estratégicas pelo Conselho de Administração, os principais executivos das unidades de negócio do Grupo trabalham na definição de suas metas e objetivos estratégicos.

Desde 2010, as metas definidas pelas unidades do Grupo estão focadas em tratar suas principais externalidades: Segurança viária, congestionamento de veículos, consumo de água e energia, emissões de gases de efeito estufa e resíduos sólidos. Estas externalidades representam as responsabilidades mais relevantes e as oportunidades prioritárias de caráter socioambiental para a CCR.

Relatório da Administração

A CCR entende a responsabilidade social corporativa como um dos seus princípios de governança prioritários e desenvolve iniciativas que buscam tratar as externalidades negativas, buscando gerar capital financeiro, capital social, capital humano e capital natural.

- Capital Financeiro: redução de custos e geração de receita.
- Capital Social: desenvolvimento local: inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte.
- Capital Humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal.
- Capital Natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais.

Além de tratar as externalidades no dia a dia de suas operações e nos processos decisórios, a CCR desenvolve e apoia diversos projetos de geração de valor para os diferentes capitais, como o projeto SacoLona, programa Estrada para a Cidadania e Estrada para a Saúde.

No que se refere ao Capital Natural, o projeto SacoLona, por exemplo, tem por objetivo reaproveitar todo o material de divulgação das campanhas educativas das concessionárias do Grupo CCR, lonas que iriam para o aterro, transformando-as em bolsas, estojos escolares, sacolas, entre outros produtos. Criado em 2008, o projeto oferece capacitação e oportunidade de geração de renda para mulheres de baixa condição financeira, gerando Capital Social.

Para que o programa seja desenvolvido, a CCR conta com o envolvimento de seus colaboradores como também com o apoio e capacitação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), gerando Capital Humano. Uma vez criadas as cooperativas de mulheres, o SEBRAE oferece treinamentos e formalização às costureiras. Todo o material produzido é vendido e a receita dividida entre as participantes do projeto, resultando em Capital Financeiro. A iniciativa contribui para um desenvolvimento socioeconômico local, visto que viabiliza um aumento da renda para as comunidades lindeiras, bem como apoia a gestão ambiental dos resíduos do Grupo CCR.

O programa Estrada para a Cidadania envolve as rodovias sob concessão da CCR e tem como finalidade disseminar informações sobre segurança viária, meio ambiente e cidadania entre professores e alunos dos 4° e 5° anos das redes públicas de ensino fundamental, nas cidades de atuação das concessionárias do Grupo CCR, gerando tanto Capital Humano quanto Social. Desde a sua criação, em 2002, mais de 1 milhão de crianças foram beneficiadas pelo programa.

Já o Programa Estrada para a Saúde, possui foco na segurança viária, uma das mais importantes externalidades da CCR. É focado na melhoria da qualidade de vida dos motoristas de caminhão que cruzam as rodovias sob concessão, melhorando o Capital Social e Humano. Os serviços são oferecidos em unidades móveis, postos de serviços e em centros de atendimento localizados nas áreas de descanso dos caminhoneiros. Nesses locais, os motoristas podem realizar exames médicos, tratamento odontológico, avaliação de risco cardíaco, exames de colesterol e pressão arterial, avaliações de estresse e orientação para melhores hábitos de vida.

Deste programa, participam as unidades NovaDutra, RodoNorte, AutoBAn, ViaOeste, e RodoAnel Oeste. Juntas, as concessionárias atendem, em média, 10 mil usuários por ano.

Todos os projetos desenvolvidos pela CCR estão alinhados com sua estratégia e contribuem para a geração dos capitais humano, social e natural dos seus *stakeholders* prioritários. Para mais informações, leia também o Relatório Anual e de Sustentabilidade da CCR, no *site* www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

Veja abaixo alguns exemplos de projetos apoiados pelo Grupo CCR e suas contribuições para o desenvolvimento dos capitais humano, ambiental e social:

Relatório da Administração

Projeto	Descrição	Capital Humano	Capital Social	Capital Natural
Sonho de Natal	Apoiado pela NovaDutra, o projeto, que está em seu sexto ano de realização, oferece gratuitamente cursos de qualificação e educação profissional no setor de confecção de enfeites de decoração natalina com garrafas PET, metal e materiais recicláveis no geral. Após a realização das oficinas, a cidade de Barra Mansa (RJ) é decorada com os enfeites de natal produzidos pelo projeto.	x	x	x
Verdescola	Com apoio do Grupo CCR, o projeto Verdescola promove ações de educação ambiental na Praça Victor Civita, referência em recuperação de áreas públicas degradadas na cidade de São Paulo. O foco são as crianças, que conhecem as tecnologias ambientais utilizadas na revitalização do espaço e participam de oficinas de reaproveitamento de materiais.	x	x	x
Na mão certa	Programa articulado pela Childhood Brasil, vinculada ao World Childhood Fund, e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o programa busca combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Como integrante, a CCR contribui de forma ativa para o combate desse crime nos municípios e regiões influenciadas por suas rodovias, oferecendo orientação aos caminhoneiros nos postos de descanso, no intuito de torná-los agentes de combate à exploração sexual infanto-juvenil.	x	x	
Música nas Escolas	O projeto abrange todas as escolas da rede municipal de ensino de Barra Mansa, no sul fluminense, com aulas de músicas do ensino infantil até o nono ano do ensino fundamental.	x	x	
Parto Humanizado	O objetivo do programa é auxiliar três municípios da área de atuação da RodoNorte na luta pela redução dos índices de mortalidade infantil. Para tanto, a concessionária motiva as gestantes para a realização do exame pré-natal, com a entrega de enxoval de bebê a todas que comprovarem a realização de no mínimo seis consultas do exame na rede pública de saúde. O programa é realizado em parceria com as Prefeituras Municipais de Ponta Grossa e Tibagi, nessas cidades, a Pastoral da Criança e com a ONG Raio de Sol em Apucarana.	x	x	
Projeto Guri	Projeto patrocinado pela AutoBAn e realizado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e parceria com a Associação Amigos do Projeto Guri, tem a missão de promover a inclusão sociocultural por meio do ensino musical. Oferece, gratuitamente, aulas de música e coral para crianças e adolescentes, de 6 a 18 anos, dos municípios de Jundiaí, Campinas, Vinhedo, Sumaré, Nova Odessa e Cordeirópolis.	x	x	

Relatório da Administração

Projeto	Descrição	Capital Humano	Capital Social	Capital Natural
Zero Álcool	Lançado no início de 2008, o Programa Zero Álcool, por meio de fiscalização e ações educativas, visa à mudança de comportamento dos motoristas e à redução do número de acidentes ao longo das rodovias. A ingestão de bebidas alcoólicas é uma causa crítica de ocorrência de acidentes com mortes nas estradas.	x	x	
Cozinha Brasil	A Ponte, em parceria como Serviço Social da Indústria (SESI), promove o Programa Cozinha Brasil, curso gratuito que tem como objetivo ensinar técnicas de aproveitamento integral dos alimentos. Os participantes aprendem a preparar receitas nutritivas e de baixo custo, e recebem dicas de educação alimentar.	x	x	
Qualificação profissional	Iniciativa social da Concessionária ViaLagos que tem o objetivo de aumentar a qualidade de vida e o desenvolvimento profissional de jovens em situação de risco social e moradores da região de influência da rodovia. Os jovens adquirem conhecimentos de informática, manutenção e montagem de computadores e atendimento ao cliente, além de orientações para o autoconhecimento, planejamento pessoal, ética e cidadania.	x	x	
Sou Sangue Bom	A campanha é uma iniciativa da RodoNorte, em parceria com a 3ª Regional de Saúde, com o objetivo de aumentar a coleta mensal de sangue na cidade. Todos os meses, funcionários da concessionária fazem a doação.	x	x	
Projeto Basquete	Patrocinado pela CCR AutoBAn, o Projeto Basquete é uma iniciativa do IBK – Instituto Barrichello Kannaan que tem como objetivo a educação de crianças e jovens de 7 a 24 anos por meio do esporte. O projeto oferece aulas de basquete e atividades educativas.	x	x	
Projeto Grael	O Projeto Grael é patrocinado pela Ponte, através da Lei do Esporte. Criado pelos irmãos campeões do iatismo Lars e Torben Grael, o projeto proporciona educação através do esporte, além de qualificação para o mercado de trabalho e orientação em cidadania.	x	x	
Rugby Social	Promovido pelo São José Rugby Clube e a NovaDutra, o projeto utiliza o esporte como ferramenta de educação e promoção social. Destinado a crianças e jovens moradores de bairros carentes de São José dos Campos (São Paulo).	x	x	
Orquestra Sinfônica de Limeira	Formada por 60 profissionais, a orquestra, incentivada pela CCR AutoBAn tem o objetivo de formar um público de concerto, executando um repertório eclético que vai do barroco à música popular brasileira. Além disto, oferece cursos gratuitos de formação (sopro, cordas e percussão) por meio da sua Escola Livre de Música.	x	x	
Ateal	Com o objetivo de facilitar a participação de crianças e adolescentes deficientes auditivos no convívio social a instituição, apoiada pela AutoBAn, desenvolve, em Jundiaí, ações voltadas para potencializar habilidades e competências sociais, pessoais e intelectuais dos assistidos.	x	x	

Relatório da Administração

Projeto	Descrição	Capital Humano	Capital Social	Capital Natural
Aquisição de instrumentos	O conservatório de Tatuí é reconhecido como centro de excelência de ensino de música, luteria (construção e manutenção de instrumentos musicais) e artes cênicas, e disponibiliza aos seus alunos um programa de ensino atualizado com 47 cursos distintos, gratuitos e de duração média de seis anos. A SPVias apoia a aquisição de instrumentos do conservatório, visando à renovação de parte significativa de seu instrumental (pianos, sopros e seus acessórios), com intuito de melhorar as condições e a qualidade pedagógica das aulas ministradas.	x	x	
Festival Visões Periféricas	O projeto realizou oficinas de audiovisual ao longo de duas semanas, trabalhando com um grupo de moradores do bairro de Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro. O objetivo geral da oficina é introduzir esses jovens à estética audiovisual, através da produção de vídeos no formato de micrometragem (até 3min) que tiveram como principal tema o bairro de Santa Cruz, seus moradores e a cultura local. Ao final do processo, a oficina produziu 40 vídeos, exibidos na sessão competitiva da 6ª edição do Festival Visões Periféricas, exclusiva para os jovens realizadores e seus convidados.	x	x	
Sacando para o Futuro	Realizado pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa em parceria com a Secretaria de Educação da Cidade do Rio de Janeiro – RJ, o projeto oferece aulas gratuitas de tênis de mesa para alunos de escolas da rede pública. São disponibilizadas para as escolas 60 mesas e 1.400 raquetes, atingindo 5.760 alunos de 8 a 18 anos, no contra-turno escolar.	x	x	
Criando uma Opção	O projeto consiste em propiciar um curso que possa habilitar professores de educação física e monitores de rugby a receberem homologação como técnicos de rúgbi em nome da entidade máxima do rúgbi do esporte (International Rugby Board) através da CBRu (Confederação Brasileira de Rugby). Esse curso habilita qualquer participante a iniciar treinamentos de rúgbi olímpico e rúgbi *union* para divisões de base. Esse projeto será direcionado para profissionais da rede pública de ensino do município de Resende, para que o rúgbi olímpico seja difundido dentro das escolas. Em 2012 o projeto beneficiou 48 profissionais.	x	x	
Karatekinha do Brasil	Apoiado pela ViaOeste, o projeto Karatekinha do Brasil oferece aulas de karatê no contra turno escolar. Além da prática esportiva, objetivando o desenvolvimento integral das crianças e jovens, o projeto oferece atividades culturais e de lazer, encaminhamento para cursos de qualificação profissional, através de parcerias com instituições de ensino, realização de encontros com os pais.	x	x	
Parque Histórico de Carambeí	Apoiado pela RodoNorte, o parque está instalado em um terreno de 1.000m² e é composto por cinco alas que retratam temas abrangentes sobre a cultura holandesa. No local, também são retratados as principais tecnologias e soluções holandesas para o desenvolvimento sustentável.		x	x

Relatório da Administração

Projeto	Descrição	Capital Humano	Capital Social	Capital Natural
Cine Tela Brasil	O Grupo CCR proporciona sessões gratuitas de filmes nacionais para alunos das redes públicas de ensino e à comunidade que não tem acesso às salas convencionais de cinema. Com uma estrutura móvel, a iniciativa contribui para levar informação e cultura a comunidades de baixa renda ao logo das rodovias concedidas. Este projeto também tem des dobramentos educativos e em formato de oficinas.		x	
Circo Roda	Iniciativa que apoia à arte circense. O Circo Roda viaja pelas rodovias do Grupo CCR com o espetáculo Caravana: Memórias de um Picadeiro, levando a cultura circense e divertimento às comunidades lindeiras.		x	
Teatro a Bordo	Apoiado pela AutoBAn, o projeto Teatro a Bordo prevê a circulação de um contêiner adaptado que se transforma em palco, com infraestrutura de luz e som, que oferece diversas atrações à população do município que recebe o projeto. Promove também a interação com artistas locais, abrindo seu palco para que eles também se apresentem para a comunidade.		x	
Wally´s Rugby Jundiaí	A Associação Wally's Rugby Jundiaí, patrocinada pela CCR AutoBAn, tem como objetivo central difundir e democratizar a prática do rugby no município. É a única equipe representante da modalidade no município. O Projeto oferece duas aulas semanais de rugby.		x	
Buzum	O projeto realiza apresentações do espetáculo DarwinBR, produzido pelo Grupo Pia Fraus, em escolas públicas. Trata-se de um espetáculo de bonecos que mostra as impressões de Charles Darwin após sua passagem pelo Brasil, em 1831. É realizado em um ônibus adaptado com som, luz, bancos e ar condicionado que estaciona em frente às escolas. Em 2012, o projeto atendeu cidades da NovaDutra, SPVias, Ponte, ViaLagos e ViaOeste.		x	
Fenata	Incentivado pela RodoNorte desde 2004, o Festival Nacional de Teatro de Ponta Grossa realizou em 2012 sua 40ª edição, recebendo um público de mais de 35 mil pessoas em suas 206 apresentações. Um número cada vez maior de companhias artísticas demonstra interesse em participar do evento, que é considerado um dos mais tradicionais do sul do Brasil.		x	
Festival de Curitiba	O Festival de Teatro de Curitiba, apoiado pela RodoNorte, reúne e apresenta um grande panorama da produção teatral brasileira. Realiza diversas mostras abrangendo os diferentes segmentos do teatro e permite ao público conhecer o que será apresentado nos palcos do país ao longo do ano. Evento consolidado no calendário nacional da cultura, teve em 2012 sua 21ª edição.		x	
Cena Brasil Internacional	O evento apresentou 23 espetáculos de teatro nacionais e internacionais em Lorena (São Paulo), São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, promoveu intercâmbio com os festivais de Avignon (França) e Edimburgo (Escócia) através da interação entre artistas brasileiros e estrangeiros, aproximando os grupos de teatro nacionais dos festivais fora do Brasil. O projeto conta com apoio institucional da CCR.		x	
Festival Internacional de Circo	O primeiro festival do gênero no Brasil contou com espetáculos de 20 companhias, nacionais e internacionais, realizando as apresentações em localidades beneficiadas pelas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), na cideade do Rio de Janeiro. O projeto conta com apoio institucional da CCR.		x	

Relatório da Administração

Projeto	Descrição	Capital Humano	Capital Social	Capital Natural
Festival Vale do Café	Em 2012, o Festival de música comemorou seus 10 anos, mostrando como a cultura pode articular-se com a história e contribuir com o turismo da região do Vale do Café, realizando shows em praças públicas, concertos em fazendas históricas, cursos de música e cortejos de tradições populares. A NovaDutra apoia o projeto.		x	
Festival CineMúsica	O Festival exibe, anualmente, produções do cinema nacional e traz um número significativo de profissionais da área, como cineastas, diretores, produtores, atores e especialistas em som e mixagem. Único festival brasileiro dedicado ao universo do som no cinema, o CineMúsica premia os filmes que se destacam em desenho, efeitos e mixagem de som, captação e edição de som e trilha sonora, em Conservatória (Rio de Janeiro).		x	
Festival do Rio	Considerado o maior festival de cinema da América Latina, conta com 400 filmes de mais de 60 países em 23 mostras. Aconteceu em mais de 30 locais da cidade do Rio de Janeiro, além do circuito cinema livre, atingindo um público de 300 mil pessoas.		x	
FIFE	Em sua primeira edição, o Festival Internacional de Filmes de Esporte aconteceu no Cine Odeon, na Cinelândia, Rio de Janeiro. Foram realizadas quatro sessões diárias de filmes com temática esportiva de diferentes formatos e gêneros.		x	
Cidades da Copa	O projeto promove o debate sobre o esporte como direito do cidadão, assim como sobre o legado social da Copa do Mundo e das Olimpíadas, que serão realizadas no Brasil. Serão realizados três encontros de formação, por cidade, com dois dias cada, com debates entre autoridades políticas, comunidade, atletas e ex-atletas, resultando em um plano de utilização dos espaços esportivos públicos deixados pelos megaeventos esportivos. Em 2012 foi realizado no Rio de Janeiro e parcialmente em Brasília. O projeto conta com apoio institucional da CCR.		x	
A Pipa	O projeto é composto por exposições artísticas no atelier A Pipa em São Paulo, durante 2012 e 2013. Cada intervenção ocupa o atelier por um mês, sendo que três semanas são destinadas ao processo criativo - associada a um projeto educativo - e uma semana para a apresentação. O projeto conta com apoio institucional da CCR.		x	
Aprendiz	Os projetos realizados pelo Aprendiz, no Centro e em Pinheiros, em São Paulo, reúnem organizações como escolas, estabelecimentos comerciais, museus, associações de moradores, veículos de comunicação, organizações sociais, instituições públicas, entre outras. O objetivo é que estas organizações identifiquem em conjunto os principais problemas da região e construam juntas um plano educativo para o território, com base no desenvolvimento cultural da população residente e aproveitamento dos equipamentos culturais. Através do trabalho em equipe, as instituições potencializam os seus resultados. Os encontros ocorrem mensalmente e são realizados cada vez em um lugar, permitindo que uma instituição conheça a outra. O projeto conta com apoio institucional da CCR.		x	
Esporte na Praça	O projeto compõe a programação esportiva da Praça Victor Civita, que oferece aulas gratuitas de Ioga, Pilates, Alongamento, Body Balance e Ritmos variados, visando o bem estar social e à promoção da saúde. O projeto conta com apoio institucional da CCR.		x	

Relatório da Administração

Projeto	Descrição	Capital Humano	Capital Social	Capital Natural
Confederação Brasileira de Rugby	O incentivo à Confederação Brasileira de Rugby é composto pelo apoio à seleção brasileira de base e ao Super 10, campeonato brasileiro da modalidade de 15 jogadores. O projeto conta com apoio institucional da CCR.		x	
Atleta Cidadão	Idealizado pela Prefeitura de São José dos Campos, o projeto promove a inclusão social através do esporte, beneficiando 1.175 crianças e jovens, de 13 modalidades, em 72 categorias. A NovaDutra apoia o projeto desde 2011.		x	
Formação de Equipes de Tênis de Mesa	Patrocinado pela NovaDutra, o projeto Tênis de Mesa também tem como objetivo a inclusão social e formação de atletas de alto rendimento. Em 2011, a equipe conquistou vários títulos, entre eles o campeonato brasileiro, jogos regionais e abertos do interior, considerados os mais importantes da região. Em 2012 o projeto atendeu mais de 115 jovens atletas.		x	
Rugby de Jacareí	Desenvolver e estruturar a modalidade rugby no município, representando Jacareí e buscando resultados expressivos em competições regionais, estaduais e nacionais. Divulgar a modalidade nas escolas municipais em formato de clínicas, com momentos práticos e teóricos, apresentando o rugby aos alunos e convidando os interessados para participarem dos treinamentos, que são gratuitos. Formar atletas em condições de serem selecionados para as diferentes categorias das seleções paulista e brasileira. Utilizar os valores agregados ao esporte na formação individual e coletiva dos participantes deste projeto. Formar estagiários de educação física em educadores, para poderem atuar como treinadores e árbitros de rugby. Em 2012 foram atendidos 170 atletas. O projeto conta com o apoio da NovaDutra.		x	
Conexões	O grupo Síndrome do Hip Hop, vem transmitir, conscientizar e quebrar as barreiras do preconceito através da dança, com o espetáculo Conexões. Os artistas se apresentaram em diversos locais, como teatro e praças. A NovaDutra apoia o projeto desde 2010.		x	
Circuito das Artes de Jacareí	Através de um caminhão baú, o projeto exibe os curtas-metragens, peças teatrais, além de apresentações musicais em espaços públicos, que ajudam a democratizar o acesso à produção audiovisual brasileira. A expectativa é atender 12 mil pessoas, ao final do projeto. A NovaDutra apoia o projeto.		x	
Nosso Rugby	O projeto consiste em criar uma infraestrutura básica para o desenvolvimento do rugby na cidade de Resende contando com o apoio da prefeitura local e da iniciativa privada. Com esse projeto a cidade de Resende apoiará os times masculino e feminino e reafirmará o município de Resende no mapa do Rúgbi Fluminense com uma competição que vai entrar no calendário da Federação Fluminense. Este projeto custeia a participação do Resende Masculino na Série B do campeonato Fluminense, incentiva uma série preparatória de 4 jogos femininos de preparação para a competição no final do ano e traz uma competição nos moldes da Federação Fluminense de rúgbi para compor o calendário estadual. O projeto beneficiou 65 atletas. O projeto conta com o apoio da NovaDutra.		x	

Relatório da Administração

Projeto	Descrição	Capital Humano	Capital Social	Capital Natural
Guardiões da mata	Parceria da AutoBAn com a ONG Associação Mata Ciliar, o projeto tem o objetivo de preservação da biodiversidade da região no entorno do Sistema Anhanguera-Bandeirantes. Através desta iniciativa, todo animal silvestre resgatado com vida ao longo das rodovias é encaminhado à ONG para ser reabilitado e reintegrado à natureza.			x
Distribuição de mudas no Dia da Árvore	Em 2012, a CCR NovaDutra em parceria com o SOS Mata Atlântica distribuíram nas praças de pedágios 15.000 mudas em alusão ao Dia da Árvore.			x

7. Gestão de pessoas

A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas, por meio da qual oferece subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2012, já somavam 11.019 pessoas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e no Equador, na Costa Rica e em Curaçao.

8. Governança corporativa

Primeira empresa a ingressar no Novo Mercado, o segmento mais exigente da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), a Governança Corporativa sempre foi um dos grandes diferenciais da CCR e uma das razões que explicam o sucesso da empresa perante os investidores e o mercado internacional. No ano de 2012 o montante médio negociado diariamente na BM&FBovespa foi de R$ 68 milhões.

O pioneirismo que marcou o ingresso da Companhia no mais alto nível de governança da BM&FBovespa é visto também dentro de casa. A CCR foi a primeira empresa brasileira a instituir um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar periodicamente o desempenho do Conselho de Administração e do *CEO* da Companhia. Isso demonstra o total comprometimento da Companhia e de seus administradores com a transparência e as melhores práticas.

Há ainda outros pontos em que a CCR é considerada exemplo mundial. A administração é profissional e desvinculada das empresas controladoras. Os acionistas controladores têm participações equilibradas, não havendo qualquer veto ou aprovação singular por qualquer dos controladores (quorum especial de 51% em AGO/AGE para determinadas matérias).

Além disso, a Companhia, atendendo às Instruções Normativas da CVM, informa anualmente ao mercado, por meio de seu Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM, todos os contratos celebrados entre as empresas do Grupo CCR e partes relacionadas. Para que isso ocorra de forma transparente e eficiente, o plano de investimentos do Grupo CCR é previamente aprovado para cada um dos negócios e a aplicação dos recursos é financiada por terceiros que, constantemente, fiscalizam os preços e a execução, com apoio de profissionais e empresas especializadas.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso *site*, por meio do endereço www.grupoccr.com.br/investidores.

Relatório da Administração

9. Perspectivas

A CCR continua atuando com a captura de sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios e com consequentes reflexos positivos em suas margens operacionais.

A Companhia entende que o crescimento de tráfego nas rodovias que opera deverá, em geral, acompanhar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Adicionalmente, a administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional, primário e secundário, de concessões rodoviárias, metroviárias, aeroportuárias e negócios correlatos, em consonância com seu objeto social.

Com a aproximação de eventos esportivos internacionais, que demandarão do Brasil infraestrutura e um sistema organizado de transporte urbano e rodoviário, também há boas perspectivas de negócios, obras e licitações, como a implantação de metrôs, trens e Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). Apenas em mobilidade para a Copa de 2014, estão previstos mais de R$ 11,48 bilhões em investimentos públicos e privados.

Ainda no segmento da mobilidade urbana, os estacionamentos urbanos de grande porte oferecem boas perspectivas. Já operando no setor com a STP (que opera serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), o Grupo CCR acredita na necessidade de soluções não apenas em meios de pagamento automáticos de pedágio e estacionamentos, mas também na logística. Um dos desafios nacionais com o qual a empresa pretende contribuir é oferecer não apenas bons serviços coletivos de mobilidade, mas também disponibilizar ao usuário de transporte individual condições melhores de acesso e aumento de fluidez de tráfego nos locais mais congestionados dos grandes centros urbanos.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, estima que seus atuais programas de Concessões somem investimentos de R$ 222,1 bilhões, excluindo o setor de energia, compostos da seguinte forma: (i) R$ 34,9 bilhões no setor aeroportuário; (ii) R$ 91,0 bilhões no setor ferroviário; (iii) R$ 42,0 bilhões no setor de rodovias; e (iv) 54,2 bilhões no setor portuário.

10. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR.

11. Considerações finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Relatório da Administração

12. Cláusula Compromissória

A CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

13. Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla "CCRO3".

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 2.438,28 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,70 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, Renovias e Transolímpica.

Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Controlar (Inspeção ambiental veicular do município de São Paulo), STP (Serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo das rodovias e linha 4 do metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros) e Quiport, Aeris e CAP (operadores dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

Participações diretas da CCR

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Assessoria S.A. (Actua Assessoria)
- Samm – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm)
- CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e suas controladas, Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (CGMP) e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (SGMP)
- Concessionária Transolímpica S.A. (Transolímpica)

Notas Explicativas

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Controlar S.A. (Controlar)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)
- CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- AG Concesiones y Participaciones S.L. (AG Concesiones)
- AG Concessions Inc. (AG Concessions)
- AG Participations Inc. (AG Participations)
- FTZ Development S.A. (FTZ)
- Barcas S.A. – Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP – Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- AGC Airports Inc. (AGC Airports), sua controlada em conjunto, Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta AG Concesiones

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e suas controladas, Ícaros Development Corporation S.A. (Ícaros) e Corporación Quiport S.A. (Quiport)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH)
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA) (Anteriormente denominada A-Port S.A.), sua controlada em conjunto, Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP)
- AGC Holdings S.A. (AGC Holdings), suas controladas em conjunto, Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris)

Concessões do Grupo CCR

Veja a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

CCR NovaDutra (NovaDutra): Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021;

CCR AutoBAn (AutoBAn): Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos (ViaLagos): Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. Em 13 de dezembro de 2011, foi formalizada a extensão do prazo de concessão em 15 anos, sendo que a partir de janeiro de 2012, o prazo do contrato de concessão passou a ser até janeiro de 2037;

CCR Ponte (Ponte): Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015;

Notas Explicativas

CCR RodoNorte (RodoNorte): Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariaíva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano. A concessionária é responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social dessa concessionária;

CCR ViaOeste (ViaOeste): Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel Oeste (RodoAnel Oeste): Trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038. A CCR tem 98,5714% do capital social da concessionária.

CCR SPVias (SPVias): Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Francisco da Silva Pontes e Antonio Romano Schincariol (ambas SP-127), Francisco Alves Negrão (SP-258) e João Mellão (SP-255), num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até setembro de 2027. A CPC detém 100% do capital social da concessionária.

Renovias: Rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vai até maio de 2022. A CPC detém 40% do capital social da concessionária.

ViaQuatro: Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 quilômetros sobre trilhos e 11 estações, sendo 9 quilômetros (6 Estações) na fase I e os 3,8 restantes com a inclusão de mais cinco estações na fase II, que prevê ainda 3,5 quilômetros a serem operados por meio de ônibus entre a estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A primeira fase do projeto já está concluída com a abertura das estações Luz, República, Butantã, Pinheiros, Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR detém 58% do capital social dessa concessionária.

A concessão é feita no regime de Parceria Público-Privada (PPP) pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias, assim como há a tarifação ao usuário pelo serviço de transporte. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens, sistemas (sinalização, comunicação e controle) e pela operação e manutenção e o Poder Concedente pela infraestrutura metroviária.

Controlar: A concessão contempla a implantação de centros de inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, registrados no município de São Paulo. O prazo de concessão vai até 2018. Atualmente, a Controlar possui centros de inspeção instalados em 16 endereços. A CPC detém, desde 2009, 45% do capital social total da concessionária, correspondente a 50% das ações ordinárias.

CCR Barcas (Barcas) e ATP: Em 2 de julho de 2012, a CPC passou a deter de 80% do capital social da Barcas.

A concessão foi realizada por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O

Notas Explicativas

contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com possibilidade de extensão por outros 25 anos. A concessão vai até fevereiro de 2023.

A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias da Barcas.

Aeroporto Internacional de Quito, no Equador: Em 25 de maio de 2012, a controlada CPC passou a deter indiretamente, aproximadamente 45,49% das ações da Quiport, com a aquisição de 100% do capital social da AG Concesiones.

A AG Concesiones é uma empresa com sede em Guipuzkoa – San Sebastian, na Espanha, que têm por objeto social a gestão e administração de outras sociedades. A empresa detém participação direta de 45,5% no capital social da Quiport Holdings e indireta de 99,93762% no capital social da Ícaros, sendo que estas detêm 100% do capital social da Quiport.

A Quiport Holdings e a Ícaros são empresas localizadas no Uruguai, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Quiport é responsável pela operação do atual Aeroporto Internacional Mariscal Sucre (MSIA), em Quito, e pela construção e operação do Novo Aeroporto Internacional de Quito (NQIA), localizado a aproximadamente 25 quilômetros da capital equatoriana. O prazo de concessão é de 35 anos, encerrando-se em janeiro de 2041. O início das operações no NQIA estava previsto para outubro de 2012, no entanto, referido prazo foi prorrogado para fevereiro de 2013 por solicitação das autoridades governamentais do Equador.

Além das empresas acima, a CPC passou a deter 100% da AG Concessions, empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, 45,5% da FTZ e 100% da AG Participations, sendo que as duas últimas não possuem operações. A aquisição de participação acionária nas referidas empresas juntamente com a AG Concesiones, faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de Quito (Projeto Quito), no Equador.

Aeroporto Internacional de San Jose, na Costa Rica: Em 10 de setembro de 2012, a controlada da CPC, através da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 48,75% das ações da Aeris, com a aquisição da AGC Holdings. A AGC Holdings detém participação direta de 48,767% na Aeropuertos, de 51% na Desarrollos e de 50% na Terminal, sendo que estas detêm 42,5%, 52,4% e 2,6%, respectivamente, do capital social da Aeris.

A AGC Holdings, a Aeropuertos, a Desarrollos e a Terminal, são empresas localizadas na Costa Rica, que têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A Aeris é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de San Jose (Aeroporto Internacional Juan Santa Maria). O prazo de concessão vai até maio de 2026.

Além das empresas acima, a CPC passou a deter 100% da AGC Airports, a qual detém participação de 50% na IBSA BVI, ambas localizadas nas Ilhas Virgens Britânicas, sendo que a IBSA BVI detém participação de 100% na IBSA Finance, localizada em Barbados. A aquisição de participação acionária nas referidas empresas, faz parte do projeto referente ao Aeroporto Internacional de San Jose (Projeto Costa Rica).

A AGC Airports, a IBSA BVI e a IBSA Finance têm como objeto social a participação em outras sociedades.

Aeroporto Internacional de Curaçao: Em 22 de outubro de 2012, a controlada CPC, por meio da CCR España, passou a deter indiretamente, aproximadamente 40,8% das ações da CAP, com a

Notas Explicativas

aquisição de 80% do capital social da CPA (anteriormente denominada A-Port S/A). A CPA detém participação direta de 51% na CAI, sendo que esta detém 100% do capital social da CARE e CAP.

A CPA é uma empresa localizada no Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE não possui operações atualmente e a CAI têm por objeto social a participação em outras sociedades.

A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até abril de 2033.

Transolímpica: Em 26 de abril de 2012, a Transolímpica assinou o contrato de concessão para a outorga, mediante concessão, dos serviços de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias da Ligação Transolímpica. A construção da ligação faz parte do pacote de investimentos para a Olimpíada de 2016, que será realizada no Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 35 anos e a via concedida terá extensão de 13 quilômetros, ligando o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro. A via terá início na Avenida Brasil, estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá. A concessão tem prazo estimado de 4 anos para construção da via. A CCR detém 33,33% do capital social da Transolímpica.

Outras empresas do Grupo CCR

CPC: Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CPC ainda conta com a Divisão Engelog e a Divisão Engelogtec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A CCR e a Actua Assessoria detém 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente.

STP e suas controladas: O objetivo da STP é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre, utilizados atualmente por cerca de 3,8 milhões de usuários. Responsável pela implementação do sistema de identificação automática de veículos (IAV) no Brasil, a STP está presente em mais de 54 concessionárias de rodovias e em 150 estacionamentos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A CCR detém 38,25% do capital da STP.

Actua Assessoria, Parques e Inovap 5: Estas empresas têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. A Actua Assessoria detém ainda participação minoritária em algumas das empresas pertencentes ao Grupo CCR, tais como a Ponte, ViaLagos, CPC, Samm e CPCSP.

CCR México: Tem como objetivo principal prospectar, no México e nos Estados Unidos da América, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens metropolitanos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão. A CCR detém, direta e indiretamente, por meio da CPC, 100% do capital social da empresa.

Samm: Tem como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. A empresa tem como negócio prestar serviços de transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas instaladas ao longo das rodovias e linha 4 do metrô.

CPCSP: Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades.

Notas Explicativas

CCR ESPAÑA: Foi constituída em 24 de fevereiro de 2012. A empresa, que tem sede em Guipuzkoa – San Sebastian, na Espanha, tem por objeto social a gestão, administração e participação em outras sociedades, bem como a exploração, na Espanha ou no exterior, diretamente, indiretamente ou por meio de consórcios, de negócios relacionados a concessões de obras e serviços públicos. A CPC detém 100% do capital social da CCR España.

MTH: Foi constituída em 06 de setembro de 2012. A empresa, com sede em Amsterdã, na Holanda, tem como principal objeto social a aquisição, a alienação, a importação, a exportação, o arrendamento mercantil de embarcações para o transporte marítimo regular de passageiros, equipamentos e outros ativos. A CCR España detém 100% do capital social da MTH.

CCR – USA LLC: Em 9 de março de 2012, foram encerradas as atividades da empresa.

Outras informações

As concessões do Grupo CCR consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e, receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias da infraestrutura.

Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos, Controlar e Barcas, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações, com exceção de parte dos bens da Barcas. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora e nas consolidadas.

a) Base de consolidação

- Combinações de negócios

  A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos

Notas Explicativas

assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais o Grupo CCR incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, o Grupo CCR registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

- Controladas e controladas em conjunto

  As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle em conjunto se inicia até a data em que ele deixa de existir.

  Controladas em conjunto são empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual.

  Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores e as informações financeiras de controladas em conjunto são consolidadas na proporção de participação do Grupo CCR.

  Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

- Descrição dos principais procedimentos de consolidação

  As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

Notas Explicativas

	Percentual de participação	
	2012	2011
Controladas		
NovaDutra (b)	100,00	100,00
AutoBAn (b)	100,00	100,00
ViaLagos (b)	100,00	100,00
Ponte (b)	100,00	100,00
RodoNorte	85,92	85,92
ViaOeste	100,00	100,00
CPC (a) (b) (c)	100,00	100,00
RodoAnel Oeste	98,5714	95,00
Parques	85,92	85,92
Actua Assessoria (b)	100,00	100,00
Samm	100,00	100,00
CPCSP (b)	100,00	100,00
CCR México	100,00	100,00
CCR - USA, LLC	-	100,00
Controladas em conjunto		
ViaQuatro	58,00	58,00
STP	38,25	38,25
Transolímpica	33,33	-

(a) Detém 40% da Renovias, 45% da Controlar e 45,5% da FTZ, sob a forma de controle em conjunto, além de deter 100% da SPVias, da Inovap 5, da CCR España, da AG Concesiones, da AG Concessions, da AG Participations e da AGC Airports.
(b) Estes percentuais referem-se à participação direta e indireta da CCR.
(c) Detém aproximadamente, 45,49% do Aeroporto Internacional de Quito, 48,75% do Aeroporto Internacional de San Jose e 40,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao, indiretamente, através da CCR España e da AG Concesiones.

O Consórcio Operador Rodovias Integradas (CORI) foi considerado como uma extensão das atividades da Companhia e está sendo apresentado na proporção de 87% (99% no consolidado), de seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da Companhia (controladora).

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

– Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

– Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas investidas;

– Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
– Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;

– As participações dos acionistas não controladores da RodoNorte, da Parques e do RodoAnel Oeste, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, foram destacadas e registradas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”;

Notas Explicativas

– A ViaQuatro, a STP, a Renovias, a Controlar, a Transolímpica e os Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, controladas em conjunto, são consolidadas proporcionalmente. Os saldos dos principais grupos do ativo, passivo e resultado dessas investidas estão demonstrados a 100% e de acordo com o percentual de participação da Companhia, direta ou indiretamente, em cada uma delas, sendo que, para efeito de consolidação, o ativo diferido foi baixado para o resultado.

As principais informações financeiras das empresas controladas em conjunto são as seguintes:

	2012															
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar		Transolímpica		Aeroporto Internacional de Curaçao		Aeroporto Internacional de San Jose		Aeroporto Internacional de Quito	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%	100%	33,33%	100%	40,80%	100%	48,75%	100%	45,49%
Ativo circulante	765.490	292.800	203.947	118.289	34.060	13.624	19.467	8.760	76.706	25.566	25.169	10.269	71.822	35.013	191.726	87.216
Ativo não circulante	127.140	48.631	679.852	394.314	367.325	146.930	77.235	34.756	41.386	13.794	308.910	126.035	341.140	166.306	2.305.073	1.048.578
Realizável a Longo Prazo	4.290	1.641	34.016	19.729	40.278	16.111	8.473	3.813	1.446	482	-	-	156	76	161.290	73.371
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.512	41.417	16.759	8.170	520.558	236.802
Imobilizado	96.241	36.812	21.626	12.543	17.695	7.078	62.849	28.282	651	217	-	-	1.657	808	2.473	1.125
Intangível	26.609	10.178	602.539	349.473	309.352	123.741	2.922	1.315	39.289	13.095	207.398	84.618	322.568	157.252	1.620.752	737.280
Diferido	-	-	21.671	12.569	-	-	2.991	1.346	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	892.630	341.431	883.799	512.603	401.385	160.554	96.702	43.516	118.092	39.360	334.079	136.304	412.962	201.319	2.496.799	1.135.794
Passivo circulante	728.826	278.776	241.733	140.205	111.270	44.508	42.464	19.109	14.158	4.719	28.662	11.694	33.145	16.158	152.458	69.353
Passivo não circulante	2.439	933	547.907	317.786	173.600	69.440	40	18	57.435	19.143	76.451	31.192	355.218	173.169	1.307.832	594.933
Patrimônio líquido	161.365	61.722	94.159	54.612	116.515	46.606	54.198	24.389	46.499	15.498	228.966	93.418	24.599	11.992	1.036.509	471.508
Total do passivo e patrimônio líquido	892.630	341.431	883.799	512.603	401.385	160.554	96.702	43.516	118.092	39.360	334.079	136.304	412.962	201.319	2.496.799	1.135.794

	2012															
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar		Transolímpica		Aeroporto Internacional de Curaçao		Aeroporto Internacional de San Jose		Aeroporto Internacional de Quito	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%	100%	33,33%	100%	40,80%	100%	48,75%	100%	45,49%
Receita operacional líquida	456.949	174.783	277.267	160.815	352.728	141.091	122.124	54.956	89.088	29.693	17.145	6.995	35.518	17.315	179.541	81.673
Custos dos serviços prestados	(136.816)	(52.332)	(124.600)	(72.268)	(175.128)	(70.051)	(67.582)	(30.412)	(90.234)	(30.075)	(13.314)	(5.432)	(28.814)	(14.047)	(165.115)	(75.111)
Lucro bruto	320.133	122.451	152.667	88.547	177.600	71.040	54.542	24.544	(1.146)	(382)	3.831	1.563	6.704	3.268	14.426	6.562
Despesas (Receitas) operacionais	(136.029)	(52.031)	(40.917)	(23.732)	(13.475)	(5.390)	(53.624)	(24.131)	(11.614)	(3.871)	(1.132)	(462)	1.165	568	(21.249)	(9.666)
Resultado operacional	184.104	70.420	111.750	64.815	164.125	65.650	918	413	(12.760)	(4.253)	2.699	1.101	7.869	3.836	(6.823)	(3.104)
Resultado financeiro	27.336	10.456	(61.352)	(35.584)	(15.168)	(6.067)	(3.218)	(1.448)	138	46	(951)	(388)	(5.233)	(2.551)	6.252	2.844
Resultado antes do IR e CS	211.440	80.876	50.398	29.231	148.957	59.583	(2.300)	(1.035)	(12.622)	(4.207)	1.748	713	2.636	1.285	(571)	(260)
IR e CS corrente e diferido	(72.052)	(27.560)	(18.526)	(10.745)	(46.713)	(18.685)	8.444	3.800	4.302	1.434	(2.054)	(838)	(3.752)	(1.829)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	139.388	53.316	31.872	18.486	102.244	40.898	6.144	2.765	(8.320)	(2.773)	(306)	(125)	(1.116)	(544)	(571)	(260)

Notas Explicativas

	2011							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	658.871	252.018	66.653	38.659	37.598	15.039	43.915	19.762
Ativo não circulante	116.410	44.527	745.022	432.112	426.468	170.587	81.238	36.557
Realizável a Longo Prazo	4.034	1.543	85.008	49.304	114.545	45.818	(22)	(10)
Imobilizado	90.622	34.663	8.407	4.876	20.218	8.087	73.582	33.112
Intangível	21.754	8.321	621.270	360.336	291.705	116.682	4.183	1.882
Diferido	-	-	30.337	17.596	-	-	3.495	1.573
Total do ativo	775.281	296.545	811.675	470.771	464.066	185.626	125.153	56.319
Passivo circulante	637.440	243.821	158.490	91.924	101.503	40.601	63.220	28.449
Passivo não circulante	1.195	457	590.900	342.721	269.043	107.617	13.880	6.246
Patrimônio líquido	136.646	52.267	62.285	36.126	93.520	37.408	48.053	21.624
Total do passivo e patrimônio líquido	775.281	296.545	811.675	470.771	464.066	185.626	125.153	56.319

	2011							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	371.320	142.030	227.181	131.765	298.585	119.434	178.389	80.275
Custos dos serviços prestados	(110.173)	(42.141)	(185.574)	(107.633)	(170.240)	(68.096)	(68.724)	(30.926)
Lucro bruto	261.147	99.889	41.607	24.132	128.345	51.338	109.665	49.349
Despesas (Receitas) operacionais	(115.137)	(44.040)	(48.121)	(27.910)	(1.708)	(683)	(66.622)	(29.980)
Resultado operacional	146.010	55.849	(6.514)	(3.778)	126.637	50.655	43.043	19.369
Resultado financeiro	23.569	9.015	(95.191)	(55.211)	(22.698)	(9.079)	(7.216)	(3.247)
Resultado antes do IR e CS	169.579	64.864	(101.705)	(58.989)	103.939	41.576	35.827	16.122
IR e CS corrente e diferido	(54.209)	(20.735)	34.209	19.841	(4.835)	(1.934)	(9.151)	(4.118)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	115.370	44.129	(67.496)	(39.148)	99.104	39.642	26.676	12.004

Notas Explicativas

b) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

  Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

  Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

  As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

- Operações no exterior

  Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

  As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

c) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d) Receitas de serviços

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, ponte, metrô, aeroporto e barcas;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

e) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

Notas Explicativas

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

  Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

  Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

  A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

  Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- Instrumentos financeiros derivativos

  São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos

Notas Explicativas

são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

- Capital social – ações ordinárias

  Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

g) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

h) Ativo imobilizado

- *Reconhecimento e mensuração*

  O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairmen*t) acumuladas, quando necessário.

  Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

  Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

  Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

  Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

  O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas Explicativas

- *Depreciação*

  A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

  Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

i) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

  São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios.

  Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

  Os ágios gerados nas aquisições das participações acionárias nas empresas STP e Siga Livre (incorporada), estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ativos intangíveis possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº17.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item "t".

j) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

  Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 24a.

- Arrendamento mercantil financeiro

  Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 24b.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido

Notas Explicativas

apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

m) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

Notas Explicativas

o) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

  Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

  Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

p) Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos

Notas Explicativas

sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.
Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

s) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 32) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

t) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Notas Explicativas

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

u) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

v) Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Notas Explicativas

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item "a" desta nota explicativa.

w) Demonstrações de valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

x) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee – IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 - Acordos Conjuntos.

A adoção da norma IFRS 10, a qual possui a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle e, a adoção da norma IFRS 11 resultarão em alterações na contabilização do investimento mantido pelo Grupo nas *joint ventures* atualmente registrado pelo método de consolidação proporcional, de acordo com a norma IAS 31 - *Interest in Joint Ventures*.

De acordo com a norma IFRS 11, as empresas controladas em conjunto serão classificadas como *joint ventures* e serão registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da CCR, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que será apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como "Investimentos" e Equivalência patrimonial", respectivamente.

Caso as normas IFRS 10 e IFRS 11 tivessem sido adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras, estima-se que o total de ativos e passivos seriam de R$ 12.502.803 e R$ 9.140.474, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 (ante aos montantes de R$ 14.305.826 e R$ 10.943.494, respectivamente, apresentados nestas demonstrações financeiras), sendo que o resultado líquido do exercício e o patrimônio líquido não seriam afetados.

Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e *joint ventures*	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

Notas Explicativas

(a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010;

(b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;

(c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011; e

(d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012.

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (equivalente a IAS 19 revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12); e
- CPC 46 - Mensuração do valor justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Notas Explicativas

3. Aquisição de controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia adquiriu em 2012, por meio da controlada CPC, o controle, através da aquisição de 80% das ações da Barcas e o controle compartilhado, através da aquisição de participação nas *joint ventures:* Aeroporto Internacional de Quito, Aeroporto Internacional de San Jose e Aeroporto Internacional de Curaçao.

A seguir, estão demonstrados os tipos de contraprestações transferidas e os valores justos iniciais reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição das operações acima descritas:

	Aeroporto Internacional de Quito (1)	Aeroporto Internacional de San Jose (2)	Barcas (3)	Aeroporto Internacional de Curaçao (2)
Contraprestação transferida				
Caixa	285.236	101.707	81.625	58.957
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos				
Caixa e equivalentes de caixa	96.838	32.780	1.002	5.232
Contas a receber de clientes	1.299	6.144	14.198	5.583
Contas a receber - partes relacionadas	3.017	88.106	722	124
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	1.598	-
Despesas antecipadas e outros	5.536	1.064	39.457	7
Imobilizado	1.526	7.803	14.906	-
Intangível	685.929	147.573	12.350	84.508
Empréstimos e financiamentos	(323.206)	(99.023)	140.179	(23.855)
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.925)	(3.282)	(85.006)	(9.545)
Fornecedores - partes relacionadas	(13.112)	(79.678)	(38.443)	(1.929)
Obrigações fiscais e trabalhistas	-	(8.719)	(21.798)	(6.815)
Receitas diferidas	(219.620)	(202)	-	-
Total de ativos líquidos identificáveis	229.282	92.566	78.962	53.310

Direito de concessão gerado nas aquisições de negócios e *joint ventures*

A alocação do preço de compra está demonstrada abaixo:

	Aeroporto Internacional de Quito (1)	Aeroporto Internacional de San Jose (2)	Barcas (3)	Aeroporto Internacional de Curaçao (2)
Valor total da contraprestação transferida	285.236	101.707	81.625	58.957
Menos valor total líquido de ativos identificados	(229.282)	(92.566)	(78.962)	(53.310)
Direito de concessão gerado na aquisição	55.954	9.141	2.663	5.647

(1) O ágio pago, cuja essência é o valor justo do direito de explorar a concessão, será amortizado durante o prazo da concessão, a partir do início da operação do NQIA.

(2) O ágio, cuja essência é o valor justo do direito de explorar a concessão, está sendo amortizado durante o prazo da concessão.

(3) Os valores dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos estão considerados a 80%.

Considerando que as informações acima referem-se à estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

Notas Explicativas

4. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP); e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BRGAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP, sendo que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais, das controladas e controladas em conjunto, de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:

Ajustes no patrimônio líquido

	2012	2011
Patrimônio líquido da controladora	3.359.725	3.267.625
Baixa do ativo diferido	(180.293)	(180.293)
Reversão da amortização do ativo diferido	129.444	118.034
Patrimônio líquido consolidado	3.308.876	3.205.366

Ajustes no resultado do exercício

	2012	2011
Resultado do exercício da controladora	1.165.874	887.962
Reversão da amortização do ativo diferido	11.410	11.410
Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas controladores)	1.177.284	899.372

Em 27 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas.

Notas Explicativas

Reclassificações

No exercício de 2011, para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, efetuamos algumas reclassificações, as quais estão demonstradas a seguir. Também estão demonstradas as reclassificações do saldo de abertura, em 1º/01/2011.

Além disso, apresentamos nas notas explicativas 10, 11(b) e 14(a) e (b) os saldos de abertura em 1º/01/2011.

	31/12/2011					
	Controladora			Consolidado		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	363.973	-	363.973	763.331	-	763.331
Conta reserva	-	-	-	4	-	4
Contas a receber	-	-	-	240.865	-	240.865
Contas a receber - partes relacionadas	13.591	-	13.591	163.199	-	163.199
Mútuos - partes relacionadas	62.374	(62.374) **(a)**	-	26.197	(26.197) **(a)**	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.240	-	3.240	612	-	612
Impostos a recuperar	23.164	-	23.164	39.970	-	39.970
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	-	-	-	82.873	-	82.873
Contas a receber com operações de derivativos	6.584	-	6.584	20.503	-	20.503
Despesas antecipadas e outras	2.357	-	2.357	43.185	-	43.185
Total do ativo circulante	475.283	(62.374)	412.909	1.380.739	(26.197)	1.354.542
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Conta reserva	-	-	-	634	-	634
Contas a receber	-	-	-	5.491	-	5.491
Mútuos - partes relacionadas	977.462	62.374 **(a)**	1.039.836	4.476	26.197 **(a)**	30.673
Impostos a recuperar	139.355	-	139.355	149.838	-	149.838
Impostos diferidos	27.862	(5.988) **(d)**	21.874	878.214	(564.493) **(d)**	313.721
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	-	-	-	2.515.717	-	2.515.717
Contas a receber com operações de derivativos	10.398	-	10.398	13.186	-	13.186
Despesas antecipadas e outras	153	-	153	17.662	-	17.662
	1.155.230	56.386	1.211.616	3.585.218	(538.296)	3.046.922
Investimentos	2.099.431	-	2.099.431	-	-	-
Imobilizado	17.940	-	17.940	431.073	-	431.073
Intangível	23.690	-	23.690	7.454.336	-	7.454.336
Total do ativo não circulante	3.296.291	56.386	3.352.677	11.470.627	(538.296)	10.932.331
Total do ativo	3.771.574	(5.988)	3.765.586	12.851.366	(564.493)	12.286.873

Notas Explicativas

	31/12/2011					
	Controladora			Consolidado		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Passivo						
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	351	-	351	128.946	-	128.946
Debêntures e notas promissórias	61.893	-	61.893	1.753.524	-	1.753.524
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	217	-	217
Fornecedores	4.460	-	4.460	335.064	-	335.064
Impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social	1.898	-	1.898	137.909	(15.746) **(c)**	122.163
Impostos e contribuições parcelados	35	-	35	46.830	-	46.830
Obrigações sociais e trabalhistas	23.056	-	23.056	95.248	-	95.248
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	4.259	-	4.259	37.990	-	37.990
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	24.117	(24.117) **(b)**	-
Plano de incentivo - partes relacionadas	6.736	-	6.736	6.736	-	6.736
Dividendos e juros sobre o capital próprio	124	-	124	124	-	124
Provisão de manutenção	-	-	-	222.821	-	222.821
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	30.433	-	30.433
Outras contas a pagar	86	-	86	92.112	-	92.112
Total do passivo circulante	102.898	-	102.898	2.912.071	(39.863)	2.872.208
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	137	-	137	968.238	-	968.238
Debêntures e notas promissórias	113.984	-	113.984	4.097.167	-	4.097.167
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	1.005	-	1.005
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	-	15.746 **(c)**	15.746
Impostos e contribuições parcelados	64	-	64	462.402	-	462.402
Impostos diferidos	5.988	(5.988) **(d)**	-	732.598	(564.493) **(d)**	168.105
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	-	-	20.431	-	20.431
Provisão de manutenção	-	-	-	203.423	-	203.423
Provisão para passivo a descoberto	267.394	-	267.394	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	29.163	-	29.163
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	1.916	-	1.916	1.916	-	1.916
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	45.437	24.117 **(b)**	69.554
Plano de incentivo - partes relacionadas	10.667	-	10.667	10.667	-	10.667
Outras contas a pagar	901	-	901	152.633	-	152.633
Total do passivo não circulante	401.051	(5.988)	395.063	6.725.080	(524.630)	6.200.450
Patrimônio líquido						
Capital social	2.025.342	-	2.025.342	2.025.342	-	2.025.342
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.028)	-	(3.028)	(3.028)	-	(3.028)
Reservas de lucros	1.144.536	-	1.144.536	1.082.277	-	1.082.277
Dividendo adicional proposto	100.775	-	100.775	100.775	-	100.775
Patrimônio líquido dos controladores	3.267.625	-	3.267.625	3.205.366	-	3.205.366
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	8.849	-	8.849
	3.267.625	-	3.267.625	3.214.215	-	3.214.215
Total do passivo e patrimônio líquido	3.771.574	(5.988)	3.765.586	12.851.366	(564.493)	12.286.873

Notas Explicativas

	1º/01/2011					
	Controladora			Consolidado		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	790.360	-	790.360	1.178.669	-	1.178.669
Conta reserva	-	-	-	3	-	3
Contas a receber	-	-	-	184.735	-	184.735
Contas a receber - partes relacionadas	8.082	-	8.082	126.909	-	126.909
Mútuos - partes relacionadas	22.736	(22.736) **(a)**	-	9.549	(9.549) **(a)**	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	5.692	-	5.692
Impostos a recuperar	43.356	(7.711) **(c)**	35.645	92.658	(7.711) **(c)**	84.947
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	-	-	-	82.779	-	82.779
Contas a receber com operações de derivativos	700	-	700	700	-	700
Despesas antecipadas e outras	4.226	-	4.226	39.847	-	39.847
Total do ativo circulante	869.460	(30.447)	839.013	1.721.541	(17.260)	1.704.281
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Conta reserva	-	-	-	1.577	-	1.577
Contas a receber	-	-	-	2.154	-	2.154
Contas a receber - partes relacionadas	1.725	-	1.725	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	899.096	22.736 **(a)**	921.832	3.438	9.549 **(a)**	12.987
Impostos a recuperar	89.867	7.711 **(c)**	97.578	89.867	7.711 **(c)**	97.578
Impostos diferidos	-	-	-	671.612	(502.810) **(d)**	168.802
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	-	-	-	2.474.667	-	2.474.667
Contas a receber com operações de derivativos	3.599	-	3.599	12.060	-	12.060
Despesas antecipadas e outras	153	-	153	16.721	-	16.721
	994.440	30.447	1.024.887	3.272.096	(485.550)	2.786.546
Investimentos	2.558.823	-	2.558.823	-	-	-
Imobilizado	11.703	-	11.703	393.122	-	393.122
Intangível	22.033	-	22.033	7.380.772	-	7.380.772
Total do ativo não circulante	3.586.999	30.447	3.617.446	11.045.990	(485.550)	10.560.440
Total do ativo	4.456.459	-	4.456.459	12.767.531	(502.810)	12.264.721

Notas Explicativas

	1º/01/2011					
	Controladora			Consolidado		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Passivo						
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	305	-	305	418.630	-	418.630
Debêntures e notas promissórias	63.064	-	63.064	1.427.009	-	1.427.009
Contas a pagar com operações de derivativos	2.057	-	2.057	54.673	-	54.673
Fornecedores	2.212	-	2.212	318.885	-	318.885
Impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social	1.433	-	1.433	125.338	-	125.338
Impostos e contribuições parcelados	14	-	14	44.134	-	44.134
Obrigações sociais e trabalhistas	18.918	-	18.918	80.918	-	80.918
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	7.102	-	7.102	40.571	-	40.571
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	8.792	(8.734) **(b)**	58
Plano de incentivo - partes relacionadas	9.211	-	9.211	9.211	-	9.211
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	-	23	4.293	-	4.293
Provisão de manutenção	-	-	-	283.567	-	283.567
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	143.407	-	143.407
Outras contas a pagar	109	-	109	82.245	-	82.245
Total do passivo circulante	104.448	-	104.448	3.041.673	(8.734)	3.032.939
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	435	-	435	1.403.583	-	1.403.583
Debêntures e notas promissórias	1.093.480	-	1.093.480	3.462.259	-	3.462.259
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	58.473	-	58.473
Impostos e contribuições parcelados	191	-	191	448.688	-	448.688
Impostos diferidos	-	-	-	668.972	(502.810) **(d)**	166.162
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	-	-	21.062	-	21.062
Provisão de manutenção	-	-	-	276.504	-	276.504
Provisão para passivo a descoberto	63.927	-	63.927	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	39.009	-	39.009
Adiantamento para aumento de capital - partes relacionadas	1.916	-	1.916	1.916	-	1.916
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	37.031	8.734 **(b)**	45.765
Plano de incentivo - partes relacionadas	8.775	-	8.775	8.775	-	8.775
Outras contas a pagar	900	-	900	159.196	-	159.196
Total do passivo não circulante	1.169.624	-	1.169.624	6.585.468	(494.076)	6.091.392
Patrimônio líquido						
Capital social	2.025.342	-	2.025.342	2.025.342	-	2.025.342
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.901)	-	(2.901)	(2.901)	-	(2.901)
Reservas de lucros	1.059.171	-	1.059.171	985.502	-	985.502
Dividendo adicional proposto	100.775	-	100.775	100.775	-	100.775
Patrimônio líquido dos controladores	3.182.387	-	3.182.387	3.108.718	-	3.108.718
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	31.672	-	31.672
	3.182.387	-	3.182.387	3.140.390	-	3.140.390
Total do passivo e patrimônio líquido	4.456.459	-	4.456.459	12.767.531	(502.810)	12.264.721

(a) Mútuo entre partes relacionadas do ativo circulante para o ativo não circulante na controladora e consolidado para atendimento ao artigo 179 da Lei nº 6.404/76;

(b) Mútuo entre partes relacionadas do passivo circulante para o passivo não circulante no consolidado;

(c) Imposto de renda sobre mútuo entre partes relacionadas do ativo circulante para o ativo não circulante na controladora e passivo circulante para o passivo não circulante no consolidado;

(d) Ajuste para apresentação líquida dos impostos diferidos na controladora e consolidado, para alinhamento com entendimento de que os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos devem estar registrados pelo valor líquido no ativo ou passivo.

Em razão das reclassificações apresentadas e discutidas nas tabelas anteriores, a Companhia está apresentando os balanços patrimoniais com a inclusão de terceira coluna para os saldos de abertura de 1º de janeiro de 2011. Entretanto, em razão da natureza de tais reclassificações, substancialmente representadas pela apresentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos pelo valor líquido, no ativo não circulante ou passivo não circulante, e sem efeitos em demais contas dos balanços patrimoniais, a Companhia avaliou não ser informação relevante para adequada compreensão das demonstrações financeiras, a inclusão de coluna adicional em todas as notas explicativas com saldos de 1º de janeiro de 2011, exceto pela inclusão de tal coluna para as contas afetadas e pelas

Notas Explicativas

divulgações completas requeridas pelas IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas nos quadros acima.

A demonstração do resultado da controladora de 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada em relação à sua última divulgação para contemplar a reapresentação a seguir:

	2011		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Lucro Bruto	92.548	-	92.548
Despesas gerais e administrativas	(111.837)	-	(111.837)
Resultado de equivalência patrimonial	-	844.816	844.816
Outras despesas/receitas operacionais	295	-	295
Resultado antes do resultado financeiro	(18.994)	844.816	825.822
Despesas financeiras	(184.592)	-	(184.592)
Receitas financeiras	236.882	-	236.882
Resultado de equivalência patrimonial	844.816	(844.816)	-
Lucro operacional e antes do imposto de renda e contribuição social	878.112	-	878.112

Notas Explicativas

	2011					
	Controladora			Consolidado		
	(Emitido Anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)	(Emitido Anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	**887.962**	**-**	**887.962**	**910.769**	**-**	**910.769**
Ajustes por:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.874)	-	(21.874)	(142.976)	-	(142.976)
Apropriação de despesas antecipadas	-	-	-	82.779	-	82.779
Depreciação e amortização	4.017	-	4.017	355.711	-	355.711
Baixa do ativo imobilizado, intangível e diferido	10	-	10	19.365	-	19.365
Amortização do direito da concessão - ágio	849	-	849	79.173	-	79.173
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	-	-	-	32.231	-	32.231
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	-	-	11.168	-	11.168
Juros sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercar	153.727	-	153.727	869.988	-	869.988
Variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	10.680	-	10.680	32.229	-	32.229
Capitalização de custo de empréstimos	-	-	-	(47.286)	-	(47.286)
Resultado de operações com derivativos	(6.264)	-	(6.264)	20.675	-	20.675
Resultado de operações com valor justo dos empréstimos	-	-	-	(2.992)	-	(2.992)
Constituição da provisão de manutenção	-	-	-	139.080	-	139.080
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	-	70.640	-	70.640
Constituição e reversão de provisão para riscos	52	(52) (a)	-	13.971	(14.602) (a)	(631)
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	7.690	-	7.690
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	(128.505)	-	(128.505)	4.730	-	4.730
Juros sobre impostos parcelados	-	-	-	55.238	-	55.238
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(34.220)	-	(34.220)
Equivalência patrimonial	(844.816)	-	(844.816)	-	-	-
	(832.124)	**(52)**	**(832.176)**	**1.567.194**	**(14.602)**	**1.552.592**
Variações nos ativos e passivos						
(Aumento) redução dos ativos						
Contas a receber	-	-	-	(67.157)	-	(67.157)
Contas a receber - partes relacionadas	(3.784)	-	(3.784)	(36.290)	-	(36.290)
Impostos a recuperar	(9.426)	-	(9.426)	(6.905)	-	(6.905)
Dividendos recebidos	-	1.532.683 (c)	1.532.683	-	5.080 (c)	5.080
Despesas antecipadas outorga fixa	-	-	-	(123.923)	-	(123.923)
Despesas antecipadas e outras	1.869	-	1.869	(4.279)	-	(4.279)
Aumento (redução) dos passivos						
Fornecedores	2.248	-	2.248	16.179	-	16.179
Fornecedores - partes relacionadas	(3.426)	-	(3.426)	(44.839)	-	(44.839)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.138	-	4.138	14.330	-	14.330
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	359	-	359	(27.785)	549.841 (b)	522.056
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(549.841) (b)	(549.841)
Liquidação de provisão para riscos	(52)	52 (a)	-	(14.602)	14.602 (a)	-
Realização da provisão de manutenção	-	-	-	(343.547)	-	(343.547)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	-	47.818	-	47.818
Outras contas a pagar	(23)	-	(23)	3.304	-	3.304
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	**47.741**	**1.532.683**	**1.580.424**	**1.890.267**	**5.080**	**1.895.347**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de investimentos	(28.375)	-	(28.375)	(127)	-	(127)
Aquisição de ativo imobilizado	(7.682)	-	(7.682)	(118.973)	-	(118.973)
Adições ao ativo intangível	(5.088)	-	(5.088)	(539.636)	-	(539.636)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(41.145)**	**-**	**(41.145)**	**(658.736)**	**-**	**(658.736)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Resgates / Aplicações (conta reserva)	-	-	-	943	-	943
Liquidação de operações com derivativos	(8.476)	-	(8.476)	(151.461)	-	(151.461)
Mútuos com partes relacionadas			-			
Captações	-	-	-	17.663	-	17.663
Recebimentos/Pagamentos	143.386	-	143.386	-	-	-
Liberações	(152.755)	-	(152.755)	(15.198)	-	(15.198)
Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil			-			
Captações		-	-	3.278.770	-	3.278.770
Pagamentos de principal	(985.968)	-	(985.968)	(3.191.200)	-	(3.191.200)
Pagamentos de juros	(159.357)	-	(159.357)	(784.700)	-	(784.700)
Dividendos:			-			
Pagos	(802.496)	-	(802.496)	(806.766)	-	(806.766)
Recebidos	1.532.683	(1.532.683) (c)	-	5.080	(5.080) (c)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(432.983)**	**(1.532.683)**	**(1.965.666)**	**(1.646.869)**	**(5.080)**	**(1.651.949)**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(426.387)**	**-**	**(426.387)**	**(415.338)**	**-**	**(415.338)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício	790.360	-	790.360	1.178.669	-	1.178.669
No final do exercício	363.973	-	363.973	763.331	-	763.331
	(426.387)	**-**	**(426.387)**	**(415.338)**	**-**	**(415.338)**
Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa						
Caixa pago durante o exercício						
Juros	131.439	-	131.439	349.016	-	349.016
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	549.841	549.841

(a) Reclassificação para apresentação líquida dos riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários;
(b) Abertura dos pagamentos de imposto de renda e contribuição social;
(c) Reclassificação de dividendos recebidos de atividades de financiamento para atividades operacionais.

Notas Explicativas

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

– Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado;
– Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
– Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível (ICPC01 (R1)/IFRIC 12)
9	Provisão para devedores duvidosos
11b	Impostos diferidos
16	Depreciação do ativo imobilizado
17	Amortização dos ativos intangíveis
21	Pagamento baseado em ações
23	Provisão para riscos – consolidado
24	Classificação de arrendamento mercantil
25	Provisão de manutenção
29	Instrumentos financeiros

5. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Notas Explicativas

- Investimentos em títulos financeiros

  O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

  O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

  As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros e opções de compra de Libor, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

  Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

  Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas de cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos, sendo a curva ativa, a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

  Opções de compra de Libor com teto (*cap*)

  O valor justo das opções de compra é calculado utilizando o modelo de Black para precificação de opções de taxas de juros.

- Transações de pagamentos baseados em ações

  O valor justo das opções de pagamentos baseados em ações (incentivos de longo prazo) é mensurado utilizando-se da fórmula Black-Scholes-Merton. Os *inputs* de mensuração incluem o valor da Unidade Virtual de Valor - UVV na data de mensuração, o valor de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a média ponderada dos prazos estimados destes instrumentos, dividendos esperados, taxa livre de risco, expectativa de postergação de resgate de cada tranche e expectativa de cancelamentos.

6. Segmentos operacionais

As informações por segmentos são apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento e em relação aos negócios da Companhia e suas investidas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em cinco segmentos operacionais principais: Concessões rodoviárias, metroviária, de transporte aquaviário e aeroportuárias e serviços/*holding*.

Notas Explicativas

Nos segmentos operacionais, estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões rodoviárias: AutoBAn, ViaOeste, NovaDutra, RodoNorte, SPVias, Ponte, ViaLagos, RodoAnel Oeste, Transolímpica e Renovias.
- Concessão metroviária: ViaQuatro.
- Concessão de transporte aquaviário: Barcas.
- Concessões Aeroportuárias: Quiport, Aeris e CAP, e todas as empresas relacionadas a estas concessões.
- Serviços/*holdings*: a Companhia, as sub-*holdings* CPC e CCR España e os demais negócios não alocados aos segmentos anteriormente dispostos.

A Companhia, possui substancialmente operações no Brasil, exceto participações em seus aeroportos recém-adquiridas com suas respectivas *holdings*, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

A seguir, estão apresentadas as informações por segmento:

	Concessões rodoviárias	Concessão metroviária	Serviços/ Holdings	Concessões Aeroportuárias	Concessão de Transporte Aquaviário	Totais	Eliminações (*)	Consolidado
	Informações relativas a 31 de dezembro de 2012							
Receitas brutas	5.644.097	171.405	265.698	105.984	74.150	6.261.334	-	6.261.334
Receitas brutas entre segmentos	5.549	41	247.662	-	-	253.252	(245.589)	7.663
Receitas financeiras	153.443	62.471	167.376	10.072	1.497	394.859	(128.976)	265.883
Despesas financeiras	(879.418)	(98.055)	(71.167)	(10.170)	(7.157)	(1.065.967)	128.976	(936.991)
Depreciação e amortização	(446.476)	(18.589)	(66.853)	(13.611)	(8.232)	(553.761)	13.499	(540.262)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	1.189.955	18.486	1.209.859	(10.787)	(17.474)	2.390.039	(1.197.666)	1.192.373
Imposto de renda e contribuição social	(591.578)	(10.745)	(35.314)	(2.667)	6.349	(633.955)	-	(633.955)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.219.441	(9.557)	(566)	1.209.318	(1.209.318)	-
Ativos dos segmentos divulgáveis	11.019.013	512.600	5.808.195	1.816.808	277.729	19.434.345	(5.128.519)	14.305.826
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	3.638.900	287.581	-	3.926.481	(3.926.481)	-
CAPEX	593.837	9.721	177.735	77.929	4.712	863.934		863.934
Passivos dos segmentos divulgáveis	9.100.070	457.986	1.203.749	1.140.179	197.000	12.098.984	(1.155.490)	10.943.494
	Informações relativas a 31 de dezembro de 2011							
Receitas brutas	5.193.675	137.367	259.745	-	-	5.590.787	-	5.590.787
Receitas brutas entre segmentos	-	-	268.881	-	-	268.881	(260.381)	8.500
Receitas financeiras	155.995	64.230	259.331	-	-	479.556	(129.021)	350.535
Despesas financeiras	(1.064.693)	(119.441)	(218.160)	-	-	(1.402.294)	129.021	(1.273.273)
Depreciação e amortização	(385.057)	(9.353)	(55.131)	-	-	(449.541)	11.409	(438.132)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	894.925	(39.148)	915.012	-	-	1.770.789	(860.020)	910.769
Imposto de renda e contribuição social	(449.970)	19.841	(13.383)	-	-	(443.512)	-	(443.512)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	844.816	-	-	844.816	(844.816)	-
Ativos dos segmentos divulgáveis	11.133.563	470.771	4.865.528	-	-	16.469.862	(3.618.496)	12.851.366
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	2.413.261	-	-	2.413.261	(2.413.261)	-
CAPEX	534.485	71.229	52.895	-	-	658.609	-	658.609
Passivos dos segmentos divulgáveis	9.620.098	434.645	987.210	-	-	11.041.953	(1.404.802)	9.637.151

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O segmento de concessões aeroportuárias representa as empresas no exterior e os demais segmentos, as empresas no Brasil.

7. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Notas Explicativas

a) Risco de crédito;
b) Risco de taxas de juros e inflação;
c) Risco de taxa de câmbio; e
d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como mitigador desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) da Cesta de Moedas (UMBNDES) relativa a certos empréstimos em reais tomados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; (4) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 8, nº 19, nº 20 e nº 32.

As tarifas das concessões do Grupo CCR são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As investidas brasileiras financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) e à UMBNDES equivalentes, em 31 de dezembro de 2012, a R$ 552.322 (R$ 502.058 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R$ 301.342 (R$ 217.524 em 31 de dezembro de 2011) estão protegidos por contratos de *hedge.*

Notas Explicativas

A Quiport possui operações com empréstimos e financiamentos em USD, entretanto esta é a moeda oficial no Equador.

A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, entretanto esta é a moeda funcional dessas investidas.

Para maiores detalhes vide notas explicativas nº 19 e 29.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Controladora		Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	-	-	495.166	149.632	152.569	149.211	495.779
Debêntures e notas promissórias	482.124	60.207	2.033.220	1.825.891	636.771	1.808.972	450.106

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 2.140.007 no consolidado, substancialmente composto por empréstimos, debêntures e notas promissórias a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e 20. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados (SPVias, ViaLagos e RodoNorte) e na controladora. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia e de suas investidas, está em andamento a reestruturação (alongamento/substituição) das dívidas.

Notas Explicativas

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	89	56	133.721	30.006
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	243.779	363.917	737.200	733.168
Outros	-	-	1.570	157
	243.868	363.973	872.491	763.331

As aplicações financeiras foram remuneradas em média, à taxa de 98,72% do CDI, equivalente a 8,84% ao ano (11,51% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

9. Contas a receber – Consolidado

	2012	2011
Circulante		
Pedágio eletrônico – STP (a)	286.065	239.526
Receitas acessórias (b)	16.641	10.647
Pedágio eletrônico – outros (c)	15.219	13.004
Contraprestação pecuniária (d)	5.672	11.786
Receitas com multímidia (g)	1.436	-
Outros	2.773	1.072
	327.806	276.035
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(47.963)	(35.170)
	279.843	240.865
Não circulante		
Poder Concedente - ViaOeste (f)	-	24.292
Poder Concedente - Barcas (h)	18.181	-
Contraprestação pecuniária (d)	-	5.491
Receitas com multímidia (g)	1.551	-
Receitas acessórias (b)	2.118	2.118
	21.850	31.901
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - ViaOeste (f)	-	(24.292)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(2.118)	(2.118)
	(2.118)	(26.410)
	19.732	5.491

Idade de vencimentos dos títulos

	2012	2011
Créditos a vencer	265.814	231.121
Créditos vencidos até 60 dias	25.764	12.809
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2.377	2.426
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	5.266	106
Créditos vencidos há mais de 180 dias	50.435	61.474
	349.656	307.936

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de tag's e estacionamentos da STP, bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias;

(b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

(c) Créditos a receber decorrentes de vale-pedágio;

(d) Saldo a receber do Poder Concedente pela ViaQuatro, correspondente à contraprestação pecuniária prevista nos Termos Aditivos Modificativos nº 3 e 4, dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao mês do início da operação comercial de cada sub-trecho da Fase I. Estes valores são reajustados anualmente pelo

Notas Explicativas

IGP-M FGV (50%) e IPC-FIPE (50%). O saldo corresponde a 9 parcelas que serão recebidas até setembro de 2013;

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias (120 dias na investida STP). Para a Quiport, é constituída para os títulos a receber de companhias aéreas que deixaram de operar no MSIA, sendo que o valor total da PDD desta investida é de R$ 735. A PDD é definida com base no histórico de perda de cada negócio da Companhia;

(f) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável à investida é remoto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o valor foi baixado da respectiva PDD;

(g) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados em atividades de multimídia (Samm);

(h) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao poder concedente em troca de melhorias na infraestrutura.

10. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011
Circulante						
IRRF	6.180	10.288	10.168	17.926	14.270	11.745
IRPJ e CSLL	27.428	3.131	17.005	36.590	9.914	61.398
COFINS	10.994	7.632	6.655	11.359	9.776	8.032
CSLL	395	112	367	1.404	1.088	509
PIS	2.396	1.666	1.444	2.475	2.840	2.071
ISS de pedágio	-	-	-	288	263	476
Outros	44	335	6	1.434	1.819	716
	47.437	23.164	35.645	71.476	39.970	84.947
Não circulante						
IRPJ e CSLL	97.703	109.287	89.867	98.149	119.770	89.867
IRRF sobre mútuos	36.906	30.068	7.711	36.906	30.068	7.711
	134.609	139.355	97.578	135.055	149.838	97.578

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.181.068	878.112	1.826.328	1.354.281
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(401.563)	(298.558)	(620.952)	(460.456)
Constituição de impostos diferidos não constituídos em exercícios anteriores	-	16.972	-	16.972
Efeitos tributários da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	5.075	5.346	12.000	10.185
	(396.488)	(276.240)	(608.952)	(433.299)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	393.613	287.237	-	-
Amortização ágio não incorporado sobre investimentos	(305)	(289)	(11.195)	(10.344)
Despesas indedutíveis	(6.806)	(5.332)	(20.215)	(15.513)
Resultado de operações de derivativos indedutíveis	-	4.109	-	488
Lucros auferidos em investidas no exterior	-	-	(2.892)	-
Outros ajustes tributários	(5.208)	365	9.299	15.156
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(15.194)	9.850	(633.955)	(443.512)
Impostos correntes	(11.856)	(12.024)	(669.430)	(586.488)
Impostos diferidos	(3.338)	21.874	35.475	142.976
	(15.194)	9.850	(633.955)	(443.512)
Alíquota efetiva de impostos	1,29%	1,12%	34,71%	32,75%

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	1º/01/2011
Bases ativas						
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	13.441	18.351	-	475.743	330.819	133.308
Constituição da provisão de manutenção (d)	-	-	-	121.482	144.923	185.900
Custo da transação na emissão de títulos	57	34	-	7.636	2.054	1.571
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	-	-	-	99.191	112.940	100.375
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (c)	-	-	-	256.050	218.608	170.146
Ajuste de prática contábil para consolidação - Renovias	-	-	-	16.053	14.595	-
Gastos pré operacionais diferidos para fins fiscais - Lei 11.638/07	-	-	-	8.463	7.515	9.202
Ganhos / perdas em operações com derivativos	-	-	-	3.585	506	24.832
Provisão para ILP e comissões sobre empréstimos	-	-	-	-	1.650	3.558
Provisão para fornecedores a pagar	9.287	-	-	11.680	-	2.952
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdênciários	-	-	-	6.605	6.035	5.370
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG`S	-	-	-	847	1.225	971
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	3.632	11.164	9.981
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.641	2.581	-	7.892	6.230	4.421
Valor justo de operações com derivativos	2.006	-	-	8.840	5.522	16.083
Variação cambial	19	-	-	27.020	4.026	1.028
Outras	189	6.896	-	5.339	10.402	1.914
	28.640	27.862	-	1.060.058	878.214	671.612
Bases passivas						
Critério de contabilização de direito de outorga Renovias	-	-	-	(16.737)	(16.964)	(17.247)
Amortização linear do Direito da Concessão - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (g)	-	-	-	(28.154)	(20.258)	(12.005)
Custo de empréstimos capitalizados (f)	-	-	-	(134.723)	(126.805)	(107.057)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e)	-	-	-	(606.354)	(547.923)	(511.333)
Ganhos / perdas em operações com derivativos	(5.622)	(4.351)	-	(20.925)	(9.441)	(267)
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil	(275)	(149)	-	(5.117)	(1.826)	-
Valor justo de operações com derivativos	(4.170)	(1.488)	-	(12.113)	(2.463)	(168)
Variação cambial	(36)	-	-	(12.686)	(5.305)	(20.482)
Outros	-	-	-	(1.699)	(1.613)	(413)
	(10.103)	(5.988)	-	(838.508)	(732.598)	(668.972)
Total líquido	18.537	21.874	-	221.550	145.616	2.640
Ativo diferido líquido	18.537	21.874	-	440.149	313.721	168.802
Passivo diferido líquido	-	-	-	(218.599)	(168.105)	(166.162)
Total líquido	18.537	21.874	-	221.550	145.616	2.640

(a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2013	-	21.743
2014	-	30.728
2015	-	17.469
2016	1.259	13.501
2017 em diante	12.182	392.302
	13.441	475.743

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

(b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;

Notas Explicativas

(c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(d) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "c", conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(e) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(f) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

(g) Diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão – ágio, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07.

A investida CPC não registrou o ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa acumulada, que monta em R$ 62.788, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fosse registrado, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R$ 21.348.

12. Pagamentos antecipados relacionados à concessão – Consolidado

	Início da concessão (1)	
Circulante	**2012**	**2011**
ViaLagos	430	1.177
AutoBAn	4.727	4.727
ViaOeste	3.297	3.297
RodoAnel Oeste	73.578	73.578
Renovias	94	94
	82.126	82.873

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
Não circulante	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
ViaLagos	9.931	9.614	-	-	9.931	9.614
AutoBAn	61.450	66.178	573.374	458.928	634.824	525.106
ViaOeste	29.673	32.970	82.336	65.765	112.009	98.735
RodoAnel Oeste	1.796.529	1.870.107	-	-	1.796.529	1.870.107
Renovias	785	902	14.129	11.253	14.914	12.155
	1.898.368	1.979.771	669.839	535.946	2.568.207	2.515.717

(1) Nas investidas em que foram efetuados pagamentos antecipados no início da concessão ou pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos a outorga fixa da concessão ou a indenizações de contratos sub-rogados, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa nas investidas nas quais o prazo de encerramento da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão das concessões.

Notas Explicativas

13. Despesas antecipadas e outras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	27	180	27.121	12.260
Seguros a apropriar	2	9	18.765	17.158
Adiantamentos de pessoal	1.188	882	3.828	2.213
Benefícios antecipados	712	300	5.392	4.440
Depósitos judiciais (*)	-	-	1.149	960
Encargos financeiros a apropriar	-	485	-	2.156
Material em estoque	-	-	5.948	1.675
Sinistro a receber	-	-	3.350	-
Outros	503	501	6.145	2.323
	2.432	2.357	71.698	43.185
Não circulante				
Depósitos judiciais (*)	16	153	25.120	16.131
Precatórios a receber	-	-	3.780	-
Contas a Receber - SEFAZ	-	-	2.643	-
Outros	-	-	1.414	1.531
	16	153	32.957	17.662

(*) A Companhia registra os depósitos judiciais como ativos financeiros até o momento da solução das questões às quais estão associados, quando serão resgatados ou liquidados dos passivos.

Notas Explicativas

14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e em 1º de janeiro de 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas em conjunto, controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

a. Controladora

	Transações			Saldos				
				Ativo			Passivo	
	Serviços prestados	Receitas	Receitas financeiras	Contas a receber	AFAC	Mútuos	AFAC	Fornecedores, contas a pagar e ILP
Controladas								
RodoNorte (a)	-	5.510	-	454	-	-	-	-
ViaOeste (a) (i)	-	12.461	-	1.096	1.724	-	-	-
RodoAnel Oeste (a) (b)	-	171	83.647	14	-	612.526	-	-
Ponte (a)	-	4.947	-	400	-	-	-	-
NovaDutra (a)	-	24.968	-	2.017	-	-	-	-
ViaLagos (a)	-	2.523	-	204	-	-	-	-
AutoBAn (a)	-	23.718	-	2.000	-	-	-	72
ViaQuatro (a) (c)	-	3.190	5.975	249	-	67.476	-	-
CPC (a) (i)	185	721	-	56	5.940	-	-	14
SPVias (a)	-	1.722	3.854	5.201	-	-	-	-
Inovap 5 (g)	-	530	-	42	-	-	-	-
Samm (a)	-	581	-	45	-	-	-	-
Barcas	-	-	-	11	-	-	-	-
Renovias	-	-	-	95	-	-	-	-
CPCSP (i)	-	-	-	-	2.648	-	-	-
Actua Assessoria (i)	-	-	-	-	60	-	-	-
Controladoras								
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura (d)	-	-	-	-	-	-	720	14
Construtora Andrade Gutierrez (d)	-	-	-	-	-	-	720	-
Soares Penido Concessões S.A. (d)	-	-	-	-	-	-	287	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. (d)	-	-	-	-	-	-	189	-
Outras partes relacionadas								
Companhia Operadora de Rodovias (a)	-	1.242	-	100	-	-	-	-
CORI (a) (f)	346	65.858	-	31	-	-	-	1.486
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (a)	-	1.834	-	147	-	-	-	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (e)	-	-	295	-	-	2.656	-	-
RATP Developpment S.A. (e)	-	-	295	-	-	2.656	-	-
Plano de incentivo de longo prazo (h)	-	-	-	-	-	-	-	27.805
Total circulante, 31 de dezembro de 2012				12.162	-	-	-	16.562
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012				-	10.372	685.314	1.916	12.829
Total, 31 de dezembro de 2012	531	149.976	94.066	12.162	10.372	685.314	1.916	29.391
Total circulante, 31 de dezembro de 2011				13.591	-	-	-	10.995
Total não circulante, 31 de dezembro de 2011				-	-	1.039.836	1.916	10.667
Total, 31 de dezembro de 2011	175	171.179	96.365	13.591	-	1.039.836	1.916	21.662
Total circulante, 1º de janeiro de 2011				8.082	-	-	-	16.313
Total não circulante, 1º de janeiro de 2011				1.725	-	921.832	1.916	8.775
Total, 1º de janeiro de 2011				9.807	-	921.832	1.916	25.088

Na AGO realizada em 13 de abril de 2012, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R$ 26.000, a qual não inclui os encargos sociais.

(a) Prestação de serviços administrativos;

(b) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 15 de novembro de 2024;

(c) Contratos de mútuos remunerados à variação acumulada de 109% do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 11 de março de 2013;

(d) Adiantamento para futuro aumento de capital;

Notas Explicativas

(e) Contratos de mútuos remunerados pelo IPC + 1% a.m., com vencimentos em julho de 2015;

(f) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação para a investida SPVias;

(g) Refere-se ao percentual de participação da folha de pagamento do Consórcio Operador de Rodovias Integradas – CORI;

(h) Plano de incentivo de longo prazo a pagar aos profissionais chave da administração; e

(i) Adiantamento para futuro aumento de capital nas investidas ViaOeste, CPC, CPCSP e Actua Assessoria.

Notas Explicativas

b. Consolidado

	Transações					Saldos				
						Ativo		Passivo		
	Serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Contas a receber	Mútuos	AFAC	Mútuos	Fornecedores, contas a pagar e ILP
Controladoras										
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.713	3.117
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (b)	-	-	-	-	-	-	-	720	-	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	720	-	-
Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142
Camargo Corrêa Transportes S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432
Soares Penido Concessões S.A. (b)	-	-	-	-	-	-	-	287	-	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. (b)	-	-	-	-	-	-	-	189	-	-
Controladas em conjunto										
CGMP (c)	-	-	-	-	-	164.504	-	-	-	-
ViaQuatro (h)	-	-	2.418	2.510	-	105	28.340	-	-	6
Quito Airport Consortium Inc (k)	-	-	-	-	-	244	-	-	-	-
Icaros (j)	-	-	-	-	-	-	526	-	11	-
Corporación Quiport (j)	-	-	-	2.821	-	-	73.344	-	-	-
Aeris (o)	-	-	-	63	-	-	1.981	-	-	-
IBSA (o)	-	-	-	1.246	-	-	39.656	-	-	-
Renovias	-	-	-	-	-	57	-	-	-	-
Outras partes relacionadas										
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d)	241.532		2.011	-	-	162	-	-	-	24.554
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia	-	28.663	-	-	-	-	-	-	-	2.514
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	1.272	-	-	103	-	-	-	-
CORI (e)	752	-	4	-	-	242	-	-	-	57
Samm (p)		-	1.957	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio Contrutor Transolímpica (q)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.012
Benito Roggio Transporte Ltda. (f)	-	-	-	295	-	-	2.656	-	-	-
RATP Developpment S.A. (f)	-	-	-	295	-	-	2.656	-	-	-
Encalso Construções Ltda. (g)	-	-	-	-	4.435	-		-	54.766	-
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.948
Montgomery Participações S.A. (h)	-	-	-	-	1.733	-	-	-	19.568	-
MRC Equip Ferroviários Brasil (h)	-	-	-	-	387	-	-	-	4.383	-
MRC Serv Ferroviários Amer Lat (h)	-	-	-	-	190	-	-	-	2.139	-
ADC&HAS Management Ltd (l)	-	-	-	-	308	1.369	-	-	2.055	1.081
ADC Management Ltd (l) e (o)	-	-	-	-	971	287	-	-	40.238	268
Aecon Invesment (j)	-	-	-	-	-	-	-	-	61.689	390
Black Coral Inc. (j)	-	-	-	-	-	-	-	-	6.275	-
Auto Viação 1001 Ltda. (m)	-	-	-	-	-	66	-	-	-	24.494
JCA Holding Participacoes Ltda	-	-	-	-	-	83	-	-		-
Rodomar Administ e Partic Ltda	-	-	-	-	-		-	-	-	1.495
Edica Ltd	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59
HAS Development Corp	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-
Plano de incentivo de longo prazo (n)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.805
Total circulante, 31 de dezembro de 2012						167.230	-	-	30.858	55.929
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012						-	149.159	1.916	162.979	38.542
Total, 31 de dezembro de 2012	242.284	28.663	7.662	7.230	8.024	167.230	149.159	1.916	193.837	94.471
Total circulante, 31 de dezembro de 2011						163.199	-	-	-	44.726
Total não circulante, 31 de dezembro de 2011						-	30.673	1.916	69.554	10.667
Total, 31 de dezembro de 2011	241.348	41.675	6.291	153	3.421	163.199	30.673	1.916	69.554	55.393
Total circulante, 1º de janeiro de 2011						126.909	-	-	58	49.782
Total não circulante, 1º de janeiro de 2011						-	12.987	1.916	45.765	8.775
Total, 1º de janeiro de 2011						126.909	12.987	1.916	45.823	58.557

Notas Explicativas

c. Despesas com profissionais chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
1. Remuneração: (i)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	10.499	9.044	24.282	22.662
Outros benefícios:	-		-	
Provisão de participação no resultado	18.165	21.649	48.164	45.619
Previdência privada	736	597	1.648	1.469
Seguro de vida	30	20	93	71
2. Plano de incentivo de longo prazo	14.912	5.665	14.912	5.665
	44.342	36.975	89.099	75.486

d. Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Remuneração dos administradores (i)	18.999	9.946	50.997	28.051

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros b, c e d:

(a) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital;

(c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as investidas no período subsequente;

(d) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação para a investida NovaDutra, embora tenha sido faturado no exercício o valor de R$ 301.426, somente permaneceu no resultado R$ 241.532, sendo o restante, no valor de R$ 59.894, registrado como realização da provisão de manutenção no passivo;

(e) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação para a investida SPVias;

(f) Contratos de mútuo remunerados pelo IPC +1% a.m., com vencimentos em 1º de julho de 2015;

(g) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o RodoAnel Oeste e sua acionista Encalso, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024;

(h) Contratos de mútuo entre a ViaQuatro e suas acionistas Montgomery e MRC, remunerados à variação acumulada de 109% do CDI, com vencimento previsto em 11 de março de 2013;

(i) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária;

(j) Contratos de mútuos entre a Quiport e seus acionistas e outras partes relacionadas, remunerados em até 9,36% ao ano, com vencimentos de principal entre 2037 e 2040;

(k) Refere-se principalmente a serviços técnicos e legais;

Notas Explicativas

(l) Refere-se a provimento de facilidades e serviços necessários à administração, operação, supervisão, coordenação e manutenção do aeroporto Mariscal Sucre (MSIA);

(m) Refere-se à parcela retida no contrato de compra e venda de ações entre a CPC e os ex-acionistas da Barcas;

(n) Plano de incentivo de longo prazo a pagar aos profissionais chave da administração;

(o) Refere-se a contratos de mútuo entre a Aeris e outras partes relacionadas remuneradas a 9,89% ao ano, com vencimento de principal entre 2018 e 2023;

(p) Refere-se a serviços de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras ópticas; e

(q) Refere-se ao saldo a pagar ao consórcio por obras executadas.

Como detalhado na nota explicativa n° 3, a CPC e a CCR España concluíram a compra da participação nos projetos relacionados aos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, pelos valores de R$ 285.336, R$ 101.707 e R$ 85.439, respectivamente. Os Aeroportos Internacionais de Quito e San Jose foram adquiridos da Andrade Gutierrez Concessões S.A e o Aeroporto Internacional de Curaçao foi adquirido da Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A.

Notas Explicativas

15. Investimentos

a. Composição dos investimentos, líquido da provisão para passivo a descoberto (Controladora)

	Participação da controladora no capital das investidas	Patrimonio líquido das investidas		Investimentos da controladora		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Actua Assessoria	100%	10.863	5.594	10.863	5.595	72	384	72	384
AutoBAn (b)	100%	604.366	450.001	604.366	450.001	563.865	496.377	563.865	496.377
CCR México (b)	100%	1.223	1.901	1.223	1.901	(1.658)	(2.487)	(1.658)	(2.487)
CCR USA	100%	-	(5)	-	(5)	-	(63)	-	(63)
CPC	99%	1.027.834	517.084	1.017.556	511.912	8.400	(22.545)	8.316	(22.320)
CPCSP	99,90%	(1.829)	(350)	(1.827)	(350)	(3.647)	(3.251)	(3.643)	(3.247)
NovaDutra (b)	100%	446.752	419.188	446.752	419.188	229.727	191.138	229.727	191.138
Parques	85,92%	133	22	114	19	27	76	23	65
Ponte (b)	100%	43.245	42.487	43.245	42.487	38.629	34.812	38.629	34.812
RodoAnel Oeste (c)	98,5714%	46.232	(281.468)	45.572	(267.394)	(166.478)	(214.225)	(164.100)	(203.514)
RodoNorte	85,92%	182.975	162.779	157.212	139.860	189.576	156.950	162.884	134.852
Samm	99,90%	30.297	12.156	30.267	12.144	(7.859)	(1.112)	(7.851)	(1.111)
STP (a)	38,25%	161.365	136.646	61.722	52.267	139.391	115.370	53.317	44.129
Transolímpica (a)	33,33%	46.496	-	15.497	-	(2.769)	-	(923)	-
ViaLagos (b)	100%	21.954	21.344	21.954	21.344	29.447	21.008	29.447	21.008
ViaOeste	100%	239.489	406.942	239.489	406.942	231.096	193.941	231.096	193.941
ViaQuatro (a)	58%	94.159	62.286	54.612	36.126	31.872	(67.497)	18.486	(39.148)
Total de investimentos líquido da provisão para passivo a descoberto		2.955.554	1.956.607	2.748.617	1.832.037	1.279.691	898.876	1.157.687	844.816

(a) Os valores do patrimônio líquido e do resultado dessas controladas em conjunto estão considerados a 100%;

(b) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora;

(c) Em 1º de novembro e 1º de dezembro de 2012, o capital social da investida foi aumentado com a capitalização em dinheiro e com mútuos em aberto com a CCR, nos montantes de R$ 72.000 e R$ 428.000, respectivamente, sem a participação do outro acionista da empresa, tendo como consequência a diluição do capital da investida. Sendo assim, a CCR passou a deter 98,5714% de participação acionária.

Notas Explicativas

b. Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto (Controladora)

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste acumulado de conversão	Saldo final
	2011			2012		
Actua Assessoria	5.595	72	5.177	-	19	10.863
AutoBAn	450.001	563.864	-	(409.499)	-	604.366
CCR México	1.901	(1.658)	846	-	134	1.223
CCR USA	(5)	6	-	-	(1)	-
CPC	511.912	8.316	494.128	-	3.200	1.017.556
CPCSP	(349)	(3.643)	2.165	-	-	(1.827)
NovaDutra	419.188	229.726	-	(202.162)	-	446.752
Parques	19	95	-	-	-	114
Ponte	42.487	38.628	-	(37.870)	-	43.245
RodoAnel Oeste	(267.395)	(164.099)	500.000	(22.934)	-	45.572
RodoNorte	139.860	162.883	-	(145.531)	-	157.212
Samm	12.144	(7.851)	25.974	-	-	30.267
STP	52.267	53.244	-	(43.789)	-	61.722
Transolímpica	-	(924)	16.421	-	-	15.497
ViaLagos	21.344	29.446	-	(28.836)	-	21.954
ViaOeste	406.942	231.096	-	(398.549)	-	239.489
ViaQuatro	36.126	18.486	-	-	-	54.612
	1.832.037	1.157.687	1.044.711	(1.289.170)	3.352	2.748.617
	2010			2011		
Actua Assessoria	13.462	384	5.189	(13.440)	-	5.595
AutoBAn	867.373	496.377	-	(913.749)	-	450.001
CCR México	929	(2.487)	3.584	-	(125)	1.901
CCR USA	60	(63)	-	-	(2)	(5)
CPC	534.241	(22.329)	-	-	-	511.912
CPCSP	2.898	(3.247)	-	-	-	(349)
NovaDutra	351.665	191.138	-	(123.615)	-	419.188
Parques	(46)	65	-	-	-	19
Ponte	31.758	34.812	-	(24.083)	-	42.487
RodoAnel Oeste	(63.881)	(203.514)	-	-	-	(267.395)
RodoNorte	213.919	134.861	-	(208.920)	-	139.860
Samm	2.138	(1.111)	11.117	-	-	12.144
STP	46.292	44.129	-	(38.154)	-	52.267
ViaLagos	20.382	21.008	-	(20.046)	-	21.344
ViaOeste	408.001	193.941	-	(195.000)	-	406.942
ViaQuatro	65.705	(39.148)	9.569	-	-	36.126
	2.494.896	844.816	29.459	(1.537.007)	(127)	1.832.037

Notas Explicativas

c. Demonstrações financeiras resumidas das investidas

	2012				2011			
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Actua Assessoria	10.925	62	-	72	5.614	20	-	384
Aeris (a)	191.833	187.748	17.314	(3.026)	-	-	-	-
Aeropuertos (a)	1.737	-	-	(1.286)	-	-	-	-
AG Concessiones	107.977	12	-	(2.364)	-	-	-	-
AG Concessions	135.574	8.833	-	2.102	-	-	-	-
AGC Airports	88.616	211	-	2.478	-	-	-	-
AGC Holding	4.085	-	-	(3.025)	-	-	-	-
ATP	1.020	2.086	3.682	(566)	-	-	-	-
AutoBAn	2.738.134	2.133.767	1.681.632	563.865	2.615.446	2.165.445	1.486.814	496.377
Barcas	276.953	194.914	66.905	(16.908)	-	-	-	-
CAI (a)	22.444	2.280	-	983	-	-	-	-
CAP	59.156	36.711	6.996	989	-	-	-	-
CARE (a)	1	1.272	-	-	-	-	-	-
CCR España	68.055	891	-	(7.406)	-	-	-	-
CCR México	1.223	-	-	(1.658)	1.959	58	-	(2.487)
CCR USA	-	-	-	-	27	32	-	(63)
Controlar (a)	43.516	19.129	54.956	2.765	56.319	34.695	80.275	12.004
CPA	55.896	2.623	-	(127)	-	-	-	-
CPC	1.225.331	197.732	87.817	8.400	711.118	194.034	85.227	(22.545)
CPCSP	1.130	2.959	-	(3.647)	1.110	1.460	-	(3.251)
Desarrollos (a)	2.240	-	-	(1.658)	-	-	-	-
FTZ (a)	1	-	-	-	-	-	-	-
IBSA (a)	79.425	79.636	-	(53)	-	-	-	-
IBSA Finance (a)	79.336	79.390	-	(1)	-	-	-	-
Ícaros (a)	45.028	1.232	-	(43)	-	-	-	-
Inovap 5	2.837	2.451	1.343	148	5.309	5.071	1.657	(87)
MTH	10.257	144	-	(294)	-	-	-	-
NovaDutra	1.564.585	1.117.833	1.176.665	229.727	1.429.051	1.009.863	1.179.632	191.138
Parques	207	76	-	26	1.622	1.600	-	76
Ponte	77.913	34.668	141.616	38.629	84.487	42.000	133.675	34.812
Quiport (a)	825.319	740.042	81.673	(3.050)	-	-	-	-
Quiport Holdings (a)	107.774	44	-	(2.331)	-	-	-	-
Renovias (a)	160.554	113.947	141.089	40.899	153.889	116.481	119.430	39.642
RodoAnel Oeste	2.580.380	2.534.148	211.928	(172.300)	2.531.654	2.813.122	207.609	(214.225)
RodoNorte	631.444	448.468	511.550	189.576	586.006	423.227	436.290	156.950
Samm	120.068	89.771	1.956	(7.859)	13.954	1.798	-	(1.112)
SPVias	1.756.566	1.462.329	484.545	39.766	1.696.591	1.442.120	389.719	(23.618)
STP / CGMP / SGMP (a)	341.431	279.709	174.783	53.317	281.711	229.444	142.030	44.129
Terminal (a)	110	-	-	(81)	-	-	-	-
Transolímpica (a)	39.360	23.864	9.897	(924)	-	-	-	-
ViaLagos	133.012	111.058	82.005	29.447	136.009	114.665	73.179	21.008
ViaOeste	1.356.951	1.117.461	777.249	231.096	1.370.475	963.533	774.933	193.941
ViaQuatro (a)	512.597	457.985	160.815	18.486	456.958	420.832	131.765	(39.148)
Subtotal	15.461.001	11.485.486	5.876.418	1.224.164	12.139.309	9.979.500	5.242.234	883.925
Controladora	3.973.345	613.620	136.870	1.165.874	3.765.586	497.961	152.442	887.962
Baixa do ativo diferido para fins de consolidação	(50.848)	-	-	11.410	(62.259)	-	-	11.410
Eliminações	(5.077.672)	(1.155.612)	(245.589)	(1.224.164)	(3.555.763)	(1.404.803)	(260.380)	(883.925)
Consolidado	14.305.826	10.943.494	5.767.698	1.177.284	12.286.873	9.072.658	5.134.296	899.372

(a) Empresas consolidadas proporcionalmente.

d. Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

a) RodoNorte

i. Redução unilateral da tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50%. Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

Notas Explicativas

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

A sentença que homologou o acordo entre as partes transitou em julgado em 03 de março de 2010.

ii. Anulação de aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002) e da decisão homologatória das respectivas transações (item "i"), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item "i"). Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Controlada. Em razão disso, os acionistas e a Controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.
Atualmente o processo encontra-se suspenso, por requerimento das partes, diante da possibilidade da celebração de acordo.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Controlada encontrou dificuldades em conseguir junto ao

Notas Explicativas

DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 e de 2012 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Controlada. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença. Os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações referentes aos reajustes de 2003 e 2005 a 2009 estão pendentes de julgamento. O recurso referente ao reajuste de 2004 foi julgado, tendo sido mantida a sentença de procedência da ação.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Controlada pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos processos.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a Controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A Controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R$ 16.000. A Controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A Controlada ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do Contrato de Concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos processos.

vii. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não

Notas Explicativas

se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Sentença de extinção da ação sem julgamento do mérito, com recurso da parte contrária pendente de julgamento.

Diante da possibilidade da celebração de acordo nas referidas ações, as partes requereram a suspensão dos aludidos feitos.

b) ViaOeste

Procedimento administrativo

Em fevereiro de 2012 foi recebida pela CCR ViaOeste, solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº 12/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a CCR ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso, por decisão da ARTESP, até que sejam fornecidos documentos necessários para a elaboração da manifestação da CCR ViaOeste.

c) RodoAnel Oeste

Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas da Concessionária do RodoAnel Oeste S.A., CCR S.A. e Encalso Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.
A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalso interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos os recursos ao STJ e STF, que aguardam juízo de admissibilidade.

d) ViaQuatro

i. Processo nº. 05306107038-4 – 11ª. Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô e outros, visando a anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de

Notas Explicativas

São Paulo. O processo encontra-se suspenso, aguardando decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto ao pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no pólo passivo da ação.

ii. Processo nº. 0532006117119-0 – 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô e outros, visando a anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo.

Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item "i" acima).

e) Controlar

i. Ação Civil Pública nº 1429/1997 ajuizada em 4 de dezembro de 1997 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Controlar S/A, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas rés para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 (noventa) dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 08 de abril de 2003. Aguarda-se o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos pela Controlar aos Tribunais Superiores (STJ e STF).

ii. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos Requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O Juiz de 1º. Grau concedeu em parte a liminar requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os Requeridos.

A referida liminar foi integralmente suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça, em 11 de janeiro de 2012, em decisão confirmada pela Corte Especial do mesmo Tribunal, em 18 de abril de 2012. O Juízo de 1º. Grau, em razão da decisão do STJ, retirou a indisponibilidade de bens de todos os Requeridos.

Em 26 de junho de 2012, foram julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo recursos anteriores, da CCR, Controlar e outros, interpostos contra a mesma liminar, que foram

Notas Explicativas

acatados para cassar a parte restante da liminar, relativa à realização de nova licitação.

Em 27 de junho de 2012, o Juízo de 1º Grau proferiu decisão reafirmando o desbloqueio dos bens de todos os Requeridos. Aguarda-se a intimação de todos os Requeridos, após o que serão apresentadas defesas prévias.

iii. Ação Ordinária nº 0001123-54.2012.8.26.0053 ajuizada pela Controlar contra a Municipalidade de São Paulo em trâmite perante a 10ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, visando a declaração de nulidade de decisão administrativa que determinou a redução unilateral de aproximadamente 30% da tarifa dos serviços de inspeção veicular, requerendo liminar para suspender os efeitos da referida decisão, a qual foi indeferida pelo Juiz de primeiro grau em decisão publicada em 28 de fevereiro de 2012.

Em 07 de março de 2012, a Controlar apresentou Agravo de Instrumento cujo pedido de tutela recursal, foi inferido em decisão publicada em 27 de março de 2012. Aguarda-se julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, suspenso a requerimento das partes.

f) AutoBAn

i. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Publico do Estado de São Paulo contra a AutoBAn e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAn, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBan foi incluída posteriormente no pólo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A AutoBAn opôs embargos de declaração contra essa decisão, que não acolheu a defesa prévia, que foram rejeitados em 29 de junho de 2012. A AutoBAn interpôs agravo de instrumento em 23 de julho de 2012, que aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A AutoBAn ainda não foi citada para contestar a ação.

ii. Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAn, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a CCR AutoBAn foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso, por decisão da ARTESP, até que sejam fornecidos documentos necessários para a elaboração da manifestação da CCR AutoBAn.

g) SPVias

Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012 foi recebida pela SPVias, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº14/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso, por decisão da ARTESP, até que sejam fornecidos documentos necessários para a elaboração da manifestação da SPVias.

Notas Explicativas

h) Renovias

i. O Estado de São Paulo ingressou no final do ano de 2011 com uma Ação de Procedimento Ordinário visando a declaração de nulidade do Contrato de Concessão nº CR/004/98 e a condenação da Renovias ao pagamento de indenização, a ser apurada em liquidação de sentença, pela não construção de uma praça de pedágio que, no entendimento do Estado, deveria ter sido implantada na região de Mogi Mirim. Em 04 de abril de 2012, a Renovias recebeu o mandado de citação. Em 09 de novembro de 2012 foi homologado acordo celebrado entre as partes, extinguindo-se a ação.

ii. Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012 foi recebida pela Renovias, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº 13/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso, por decisão da ARTESP, até que sejam fornecidos documentos necessários para a elaboração da manifestação da Renovias.

i) Barcas

i. Ação Civil Pública nº 2004.001.000961-5 proposta pelo Ministério Público em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas S/A, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo, a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Concessionária e a realização de novo procedimento licitatório. O pedido de liminar foi indeferido. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve o indeferimento da liminar. O processo está em fase de perícia.

ii. Ação Civil Pública movida pela Associação Brasileira de Consumidor e Trabalhador (Abrecont) nº 0082365-89.2012.8.19.0001, que requer a suspensão da cobrança do acréscimo de tarifa no trecho Praça XV - Araribóia - Praça XV, decorrente do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme Decreto 43.441 de 30 de abril de 2012, retornando ao valor anterior ou, alternativamente, que a tarifa seja reajustada em 6%, índice aplicado ao salário mínimo vigente no país. O pedido de liminar foi indeferido. A Autora interpôs agravo de instrumento que teve provimento negado. O processo encontra-se em fase de instrução.

iii. Ação Popular nº 0056005-06.2001.8.19.0001, movida em face do Estado do Rio de Janeiro, Barcas S/A e outros, visando a declaração de inconstitucionalidade do Decreto 28.177/2001 e a declaração de caducidade do contrato de concessão. Em primeira instância foi julgada procedente para declarar a caducidade da concessão das linhas Praça XV – Charitas, Praça XV - São Gonçalo, Praça XV - Guia de Pacobayba, Praça XV - Barra da Tijuca e Rio de Janeiro - São Gonçalo (seletiva especial), e reconhecer o direito do Poder Concedente reaver e licitá-las livremente. Interposto recurso de apelação, este foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, revertendo totalmente a decisão de primeiro grau. O Autor interpôs Recurso Especial ao STJ em 11 de julho de 2012 que não foi admitido. Em 18 de dezembro de 2012 os autores da ação interpuseram recurso de Agravo de Instrumento, que aguarda julgamento pelo STJ.

iv. Ação Civil Pública nº 0030179-65.2007.8.19.0001 movida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em face de Barcas S/A e da Agetransp, na qual questiona a legalidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2007, requerendo concessão de liminar para suspender o aludido reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 03 de novembro de 2012 a ação foi julgada improcedente.

Notas Explicativas

v. Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, movida em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR S/A, Companhia de Participações em Concessões, Barcas S/A e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS, c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da Concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 10 de dezembro de 2012 as rés, Barcas S/A, CCR e CPC apresentaram suas contestações.

Os acionistas controladores e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.
As demonstrações financeiras das investidas e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Notas Explicativas

16. Ativo Imobilizado - Consolidado

		2012			2011		
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	34.499	(14.675)	19.824	26.514	(11.709)	14.805
Máquinas e equipamentos	15	266.953	(137.996)	128.957	215.989	(109.916)	106.073
Veículos	20	86.679	(53.746)	32.933	82.239	(48.956)	33.283
Instalações e edificações	6	66.944	(22.480)	44.464	47.070	(15.457)	31.613
Sistemas operacionais	12	381.702	(212.614)	169.088	294.031	(190.217)	103.814
Imobilizações em andamento	-	165.640	-	165.640	138.728	-	138.728
Adiantamento para imobilizado	-	-	-	-	2.757	-	2.757
		1.002.417	(441.511)	560.906	807.328	(376.255)	431.073

Movimentação do custo

	2011	2012					
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Baixas	Transferências (a)	Variação Cambial	Saldo final
Móveis e utensílios	26.514	1.076	2.059	(1.059)	5.905	4	34.499
Máquinas e equipamentos	215.989	2.650	26.149	(6.933)	29.093	5	266.953
Veículos	82.239	554	3.316	(5.383)	6.054	(101)	86.679
Instalações e edificações	47.070	16.080	1.252	(361)	2.950	(47)	66.944
Sistemas operacionais	294.031	-	45.008	(7.877)	50.540	-	381.702
Imobilizações em andamento	138.728	7.212	147.744	(4.774)	(123.472)	202	165.640
Adiantamento para imobilizado	2.757	-	-	(2.757)	-	-	-
	807.328	27.572	225.528	(29.144)	(28.930)	63	1.002.417

	2010	2011			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Móveis e utensílios	21.647	1.967	(866)	3.766	26.514
Máquinas e equipamentos	168.917	21.051	(7.499)	33.520	215.989
Veículos	77.378	501	(5.447)	9.807	82.239
Instalações e edificações	43.053	2.460	(10)	1.567	47.070
Sistemas operacionais	296.349	1.228	(47.149)	43.603	294.031
Imobilizações em andamento	138.785	105.539	(551)	(105.045)	138.728
Adiantamento de fornecedor para imobilizado	2.757	-	-	-	2.757
	748.886	132.746	(61.522)	(12.782)	807.328

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível;

(b) Refere-se aos saldos iniciais dos ativos das empresas adquiridas (Quiport, Aeris e Barcas).

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 9.745 no exercício de 2012 (R$ 13.773 no exercício de 2011).

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação

	2011	2012					
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Baixas	Transferências (a)	Variação Cambial	Saldo final
Móveis e utensílios	(11.709)	(558)	(2.957)	606	(40)	(17)	(14.675)
Máquinas e equipamentos	(109.916)	(1.079)	(32.299)	5.426	(120)	(8)	(137.996)
Veículos	(48.956)	(426)	(8.620)	4.267	(2)	(9)	(53.746)
Instalações e edificações	(15.457)	(743)	(5.295)	31	(1.013)	(3)	(22.480)
Sistemas operacionais	(190.217)	-	(32.338)	9.311	630	-	(212.614)
	(376.255)	(2.806)	(81.509)	19.641	(545)	(37)	(441.511)

	2010	2011			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Móveis e utensílios	(10.216)	(2.023)	649	(119)	(11.709)
Máquinas e equipamentos	(89.325)	(25.705)	5.110	4	(109.916)
Veículos	(43.894)	(9.597)	4.615	(80)	(48.956)
Instalações e edificações	(10.719)	(3.454)	239	(1.523)	(15.457)
Sistemas operacionais	(201.610)	(24.429)	34.073	1.749	(190.217)
	(355.764)	(65.208)	44.686	31	(376.255)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

(b) Refere-se aos saldos iniciais dos ativos das empresas adquiridas (Quiport, Aeris e Barcas).

Notas Explicativas

17. Ativos Intangíveis – Consolidado

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia avaliou os valores recuperáveis de seus ativos, que são substancialmente oriundos de direito de concessão com prazo definido, com vistas a monitorar a existência de indicativos de perda de valor recuperável, sendo que não foram encontrados indícios que levassem ao entendimento de perdas em tais valores, com exceção das investidas RodoAnel Oeste e Controlar, que foram submetidas a teste, porém sem identificação de ajustes de redução a serem executados.

Para avaliação e determinação do valor em uso dos respectivos ativos intangíveis, a Companhia utilizou premissas chaves relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB de cada ativo.

Composição

		2012			2011		
	Taxa média anual de amortização %	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	9.416.873	(2.369.202)	7.047.671	7.462.664	(1.670.564)	5.792.100
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	97.858	(40.001)	57.857	53.015	(28.553)	24.462
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	40.878	(17.902)	22.976	31.785	(11.324)	20.461
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	(a)	1.938.812	(296.086)	1.642.726	1.822.619	(205.306)	1.617.313
Cessão de fibra óptica	10	12.055	(1.219)	10.836	-	-	-
		11.506.476	(2.724.410)	8.782.066	9.370.083	(1.915.747)	7.454.336

(a) Amortização pela curva de benefício econômico ou linear.

Movimentação do custo

	2011	2012						
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Baixas	Transferências (c)	Outros (d)	Variação cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	7.462.664	1.398.616	598.720	(6.221)	(18.351)	(23.045)	4.490	9.416.873
Direitos de uso de sistemas informatizados	53.015	1.344	3.348	(101)	40.250	-	2	97.858
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	31.785	-	4.500		4.593	-	-	40.878
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	1.822.619	42.676	73.536	-	-	-	(19)	1.938.812
Cessão de fibra óptica	-	-	9.617		2.438	-	-	12.055
	9.370.083	1.442.636	689.721	(6.322)	28.930	(23.045)	4.473	11.506.476

	2010	2011				
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (c)	Outros (d)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	7.046.781	600.583	(4.171)	1.277	(181.806)	7.462.664
Direitos de uso de sistemas informatizados	39.229	7.350	(67)	6.503	-	53.015
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	19.892	6.891	-	5.002	-	31.785
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	1.822.619	-	-	-	-	1.822.619
	8.928.521	614.824	(4.238)	12.782	(181.806)	9.370.083

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 35.816 no exercício de 2012 (R$ 33.513 no exercício de 2011). A taxa média de capitalização foi de 6,82% ao ano (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 11,55% ao ano no exercício de 2011.

Notas Explicativas

Movimentação da amortização

	2011	2012					
	Saldo inicial	Novas aquisições (b)	Adições	Baixas	Transferências (c)	Variação cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(1.670.564)	(341.532)	(356.480)	240	131	(997)	(2.369.202)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(28.553)	(1.205)	(10.578)	78	259	(2)	(40.001)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(11.324)	-	(6.733)	-	155	-	(17.902)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	(205.306)	(6.666)	(84.114)	-	-	-	(296.086)
Cessão de fibra óptica	-	-	(1.219)	-	-	-	(1.219)
	(1.915.747)	(349.403)	(459.124)	318	545	(999)	(2.724.410)

	2010	2011			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (c)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(1.392.331)	(279.846)	1.644	(31)	(1.670.564)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(22.497)	(6.121)	65	-	(28.553)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(6.788)	(4.536)	-	-	(11.324)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios	(126.133)	(79.173)	-	-	(205.306)
	(1.547.749)	(369.676)	1.709	(31)	(1.915.747)

(b) Refere-se aos saldos iniciais dos ativos das empresas adquiridas (Quiport, Aeris, Curaçao e Barcas);
(c) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível; e
(d) Refere-se à parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras que estão sendo realizadas pela investida ViaOeste, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

Composição do direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

	2012			2011		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Controlar (a)	136.719	(52.082)	84.637	136.719	(36.460)	100.259
Coparques	16.570	(16.570)	-	16.570	(16.570)	-
Inovap 5 (a)	3.087	(52)	3.035	3.087	(6)	3.081
Parques	320	(320)	-	320	(320)	-
Renovias (b)	209.209	(48.887)	160.322	209.209	(36.759)	172.450
RodoNorte (b)	14.988	(4.949)	10.039	14.988	(4.068)	10.920
SPVias (b)	1.177.136	(81.840)	1.095.296	1.177.136	(39.404)	1.137.732
STP (c)	12.881	(8.525)	4.356	12.881	(8.525)	4.356
ViaOeste (b)	251.709	(75.519)	176.190	251.709	(63.194)	188.515
Barcas (a)	2.663	(105)	2.558	-	-	-
Aeroporto Internacional de Quito (d)	55.954	-	55.954	-	-	-
Aeroporto Internacional de San Jose (a)	9.122	(231)	8.891	-	-	-
Aeroporto Internacional de Curaçao (a)	48.454	(7.006)	41.448	-	-	-
	1.938.812	(296.086)	1.642.726	1.822.619	(205.306)	1.617.313

(a) Amortização linear;
(b) Amortização pela curva de benefício econômico;
(c) Não amortizado, pois possui vida útil indefinida;
(d) Será amortizado a partir da inauguração do NQIA.

Notas Explicativas

18. Outras contas a pagar – Consolidado

	2012	2011
Circulante		
Contas a pagar - Aquisição da SPVias e Inovap 5 (a)	46.989	43.372
Receitas acessórias a apropriar	19.141	19.395
Comissões a pagar	6.210	4.854
Verbas contratuais	7.747	8.053
Indenizações a pagar	3.610	3.610
Provisão de custos com AVI	2.533	3.649
Adiantamento de clientes	3.401	1.831
Seguros a pagar	1.444	1.917
Outros	9.863	5.431
	100.938	92.112
Não circulante		
Receita diferida (b)	243.659	-
Contas a pagar - Aquisição da SPVias e Inovap 5 (a)	93.977	129.676
Receitas acessórias a apropriar	23.500	21.647
Benefícios - previdência privada	6.258	-
Outros	9.330	1.310
	376.724	152.633

(a) Refere-se a contas a pagar aos ex-controladores da SPVias e Inovap 5, atualizadas pelo CDI, as quais estão sendo pagas em cinco prestações anuais, sendo que a 1ª foi paga em novembro de 2011.

(b) De acordo com o contrato de construção e operação do NQIA, a Quiport obteve o direito de operar o aeroporto existente (MSIA). Dessa forma, foi determinado o valor justo do direito de operação desse aeroporto e o valor apurado foi registrado como uma receita diferida.

Além disso, como resultado de renegociação (*Strategic Alliance Agreement - SAA*) realizada com o Poder Concedente em 5 de fevereiro de 2011, a Quiport passou a registrar os valores das tarifas reguladas recebidas pelo MSIA, que forem adicionais aos custos de operação desse aeroporto, como receitas diferidas. Esse procedimento permanecerá até o início das operações do NQIA, que estava previsto para outubro de 2012, mas que por decisão das autoridades governamentais do Equador, foi prorrogado para fevereiro de 2013.

A partir da data de início de operação do NQIA as receitas diferidas passarão a ser apropriadas até o fim do prazo de concessão.

Notas Explicativas

19. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

	Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2012	Vencimento final	2012	2011	
		Em moeda nacional								
	CCR	Itaú BBA S.A. (Arrend. Mercantil)	13,10% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	38	220	(i)
	CCR	Banco Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	116	268	(i)
		Subtotal Controladora				-		154	488	
1.	AutoBAn	BNDES- FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	162	Fevereiro de 2017	172.005	213.351	(d)
1.	AutoBAn	BNDES- FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	16.234	20.143	(d)
2.	Renovias	BNDES- FINEM II	TJLP + 1,80% a 2,80% a.a.	0,0234% a 0,0239% (a)	7	4	Novembro de 2016	11.907	13.411	(d)
2.	Renovias	BNDES- FINEM III	TJLP + 1,80% a 2,80% a.a.	0,0652% a 0,0667% (a)	21	13	Abril de 2016	32.987	12.606	(d)
3.a	SPVias	BNDES- FINEM I e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	5.817	13.584	(e)
3.a	SPVias	BNDES- FINEM II - Repasse e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	5.817	13.584	(e)
3.b	SPVias	BNDES- FINEM III	TJLP + 2,8% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2019	38.049	44.894	(e)
13.	SPVias	Votorantim S.A. (Finame)	TJLP + 4,50 % a 7,00% a.a.	N/I	-	-	Setembro de 2013	541	1.283	(i)
3.c	SPVias	Santander S.A.	CDI + 3,75% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	-	37.257	(h)
3.c	SPVias	Bradesco S.A.	116,5% do CDI	0,4419% (a)	783		Fevereiro de 2013	-	57.923	(h)
3.c	SPVias	Itaú BBA S.A.	116,5% do CDI	0,4612% (a)	694	-	Fevereiro de 2013	-	109.574	(h)
	SPVias	Safra S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 0,14% a 0,5654% a.a.	N/I	-	-	Junho de 2013	-	138	(i)
	Ponte	Santander S.A.	111% CDI	N/I	-	-	Julho de 2012	-	11.675	(j)
4.	Ponte	Itaú BBA S.A.	112,5% do CDI	N/I	-	-	Novembro de 2013	10.090	11.134	(j)
5.	Controlar	Itaú BBA S.A.	CDI + 1,7% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2013	6.229	16.861	(f)
6.	Barcas	Bradesco S.A.	CDI + 0,70%	N/I	-	-	Abril de 2013	118.354	-	(h)
13.	Diversos	Alfa S.A. (Finame)	5,5%. a 7,7 % a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	2.333	-	(i)
13.	Diversos	Diversos (Finame)	TJLP + 1% a 4,3% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	2.450	4.761	(i)
	Diversos	Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	-	Junho de 2014	1.283	2.016	(i)
	Diversos	Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	2.764	7.415	(i)
	Diversos	Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Janeiro de 2015	1.677	3.028	(i)
		Subtotal em moeda nacional				179		428.691	595.126	
		Em moeda estrangeira								
3.a	SPVias	BNDES- FINEM I	Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	826	1.673	(e)
3.a	SPVias	BNDES- FINEM II - Repasse e CEF	Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	826	1.673	(e)
7.	ViaLagos	Merrill Lynch (c)	US$ + 1,73% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2013	97.128	87.396	(j)
8.	ViaQuatro	BID - B Loan	US$ + LIBOR + 1,9% a 2,5 % a.a. (b)	3,7516% (a)	13.906	8.432	Fevereiro de 2020	278.879	253.262	(g)
8.	ViaQuatro	BID - A Loan	US$ + LIBOR + 2,2% a 2,8 % a.a. (b)	4,2287% (a)	3.903	2.382	Fevereiro de 2023	80.531	73.157	(g)
9.	RodoNorte	Merrill Lynch (c)	US$ + LIBOR + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2013	94.132	84.897	(j)
10.	Quiport	OPIC	US$ + 6,07% a 7,37% a.a.	8,25%	1.222	1.235	Maio de 2021	172.521	-	(g)
10.	Quiport	EXIM	US$ + 4,9% a.a.	7,17%	12.701	12.840	Maio de 2021	46.508	-	(g)
10.	Quiport	BID	US$ + 6,08% a 9,6% a.a.	12,50%	458	463	Maio de 2021	64.580	-	(g)
10.	Quiport	EDC	US$ + 10,65% a.a.	13,71%	458	232	Maio de 2021	32.256	-	(g)
11.	Aeris	BID	US$ + 6,33% a.a.	N/I	-	-	Maio de 2024	43.706	-	(g)
11.	Aeris	OPIC	US$ + 6,91% a.a.	N/I	-	-	Maio de 2024	53.463	-	(g)
12.	Curaçao	DVB Bank AG	US$ + LIBOR + 2,75% a 3,5% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2018	22.518	-	(k)
12.	Curaçao	Maduro and Curiel's Bank	US$ + 7% a.a.	N/I	-	-	Dezembro de 2013	29	-	(k)
		Subtotal em moeda estrangeira				25.584		987.903	502.058	
						25.763		1.416.594	1.097.184	

	Consolidado	
	2012	2011
Circulante		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	495.166	132.213
Custos de transação	(2.407)	(3.267)
	492.759	128.946
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	947.191	979.204
Custos de transação	(23.356)	(10.966)
	923.835	968.238

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1). Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada;

(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual;

(c) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de *swap*, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa n° 29 para maiores detalhes).

Notas Explicativas

Garantias:

(d) Fiança bancária.
(e) Fiança bancária com aval do acionista controlador.
(f) Fiança dos acionistas controladores, cessão da indenização e dos recebíveis.
(g) Alienação das ações, cessão das contas bancárias e da indenização e recursos dos acionistas controladores para determinados eventos.
(h) Fiança/aval do acionista controlador.
(i) Bens financiados.
(j) Não existem garantias.
(k) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado
	2012
2014	149.632
2015	152.569
2016	149.211
2017	109.331
2018	102.869
Após 2018	283.579
Total	947.191

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de Finame, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1. AutoBAn

Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

2. Renovias

Em 14 de dezembro de 2011, foi firmado contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R$ 130.000, divididos em 8 subcréditos (A1 e A2 e B1 a B6).

Notas Explicativas

Foram efetuadas liberações nos montantes de R$ 65.000 em 23 de dezembro de 2011, R$ 14.750 em 29 de maio de 2012, R$ 22.000 em 27 de julho de 2012 e R$ 14.000 em 28 de dezembro de 2012, perfazendo o total de R$ 115.750 até o momento.

Os subcréditos A1 e A2 no montante total de R$ 33.487 (totalmente liberados) estão sendo amortizados em 53 prestações mensais desde julho de 2012. Os juros foram pagos trimestralmente, entre dezembro de 2011 e junho de 2012 e, estão sendo pagos mensalmente, desde julho de 2012 até novembro de 2016.

Os subcréditos B1 a B6 no montante total de R$ 96.513 (R$ 82.263 liberados) serão amortizados em 33 prestações mensais a partir de agosto de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente entre dezembro de 2011 e julho de 2013 e, mensalmente, entre julho de 2013 e abril de 2016.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são:

- Carta de fiança no valor do crédito liberado, prestada por instituição financeira que a critério do BNDES esteja em situação econômico-financeira que lhe confira grau de notória solvência. A carta de fiança deve ter prazo de validade de no mínimo 2 anos.

- Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor total de todas as dívidas contratadas junto a terceiros, que represente mais que 15% da receita bruta auferida no exercício anual anterior, excluindo o saldo devedor da 1ª emissão de debêntures e o deste financiamento.

3. SPVias

a. Em 28 de março de 2003, foi contratado financiamento junto ao BNDES, no valor total de R$ 67.400 (subcrédito A – R$ 53.920 e subcrédito B em moeda estrangeira – R$ 13.480). Na mesma data, foi firmado contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF) através de repasse do BNDES, nos mesmos montantes e com as mesmas remunerações e vencimentos.

O principal está sendo amortizado em 96 parcelas mensais entre 15 de outubro de 2005 e 15 de setembro de 2013 para o subcrédito A, e para o subcrédito B, entre 15 de novembro de 2005 e 15 de outubro de 2013.

Os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela do subcrédito A e do subcrédito B, serão pagas em 15 de setembro de 2013 e 15 de outubro de 2013, respectivamente.
A investida possui a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2013, taxa de sucesso de 2,5% e 3% respectivamente ao BNDES e à CEF sobre a receita que ultrapassar o volume de veículos estipulado no contrato de financiamento.
A principal garantia que é compartilhada entre a CEF e o BNDES e cláusula restritiva do contrato de financiamento com o BNDES de 7 de julho de 2008 é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

b. Em 07 de julho de 2008, a investida contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R$ 174.456 (subcrédito A – R$ 52.526 e subcrédito B – R$ 121.930).

Para o subcrédito A, o principal está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, e para o subcrédito B, o principal está sendo amortizado em 78 parcelas mensais entre 15 de agosto de 2012 e 15 de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

Os juros estão sendo pagos mensalmente para os subcréditos A e B desde novembro de 2010 e agosto de 2012, respectivamente, até os vencimentos finais dos subcréditos.

A principal garantia que é compartilhada entre a CEF, o BNDES e o financiamento de 28 de março de 2003, é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

c. Em julho de 2012, as cédulas de crédito bancário dos bancos Bradesco, Itaú e Santander foram integralmente liquidadas antecipadamente.

4. Ponte

Em 24 de novembro de 2011, foi contratada cédula de crédito bancário no valor de R$ 11.000, junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., com vencimento de juros e principal em 19 de novembro de 2012, fazendo jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 112,50% do CDI.

Em 19 de novembro de 2012, a cédula foi parcialmente liquidada no montante de R$ 1.000 e aditada com novo montante no valor de R$ 10.000 com nova remuneração, de 115,35% do CDI e vencimento de principal e juros em 19 de novembro de 2013.

5. Controlar

Em 24 de novembro de 2009, foi contratado financiamento com o Banco Itaú BBA S.A., no montante de R$ 70.000, tendo o valor integral sido liberado até 31 de março de 2010.

A amortização do principal e pagamento de juros, são realizadas trimestralmente, entre março de 2010 e dezembro de 2013.

As garantias e as principais cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Fiança dos acionistas para 100% do endividamento;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios do projeto e indenizações devidas pelo Poder Concedente;
- Limitação do endividamento líquido em R$ 100.000;

- Manutenção do índice endividamento líquido / EBITDA inferior a 3,0, sendo a apuração deste índice realizada semestralmente;
- Restrição de distribuição de dividendos, pela investida, além do mínimo legalmente permitido, durante o período decorrido entre a assinatura do contrato e a data na qual deverá ser paga a primeira parcela de principal; e
- Restrições para modificações da composição dos acionistas da investida sem a prévia anuência do financiador.

6. Barcas

Na data de aquisição, a companhia contava com diversas cédulas de crédito bancário em aberto, com características distintas. Em outubro de 2012, após diversas negociações, foi efetuada portabilidade de todos os títulos em aberto para o Banco Bradesco. A dívida tem vencimento de principal e juros em 16 de abril de 2013 e conta com aval de 80% da CCR e 20% da JCA Holdings Participações S.A.

Notas Explicativas

Em 13 de dezembro de 2012 foi realizada nova captação no valor de R$ 3.500 em Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Bradesco, seguindo as características dos contratos anteriores.

7. ViaLagos

Em 15 de agosto de 2011, foi firmado contrato de financiamento em moeda estrangeira (dólar americano), através da resolução 4131 do Banco Central do Brasil (BACEN), com o Bank of America National Association, no montante de US$ 47.400 mil, equivalente a R$ 77.072, com vencimento em 15 de agosto de 2013, sendo o pagamento de juros trimestral e pagamento de principal no final da operação.

Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a totalidade da variação cambial dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por 101% do CDI.

8. ViaQuatro

Em 7 de outubro de 2008, foi contratado financiamento de longo prazo, no valor total de US$ 368.700 mil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- **Financiamento BID A (fase I):** Possui valor de US$ 69.200 mil e prazo total de 15 anos;
- **Financiamento BID A (fase II):** Possui valor de US$ 59.500 mil. O prazo e o custo equivalentes às condições de mercado no momento da fase II.
- **Financiamento BID B (somente fase I):** Possui valor de US$ 240.000 mil e prazo total de 12 anos.

De acordo com as condições estipuladas no contrato de financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa (*ABR Prime*) em substituição à *Libor* quando:

- Em razão de circunstâncias que afetem o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão;
- Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a *Libor* não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da concessionária, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do contrato de concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado deste;
- Contratar operação de *hedge* de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento;

Notas Explicativas

- Contratar operação de *hedge* de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado caso, a taxa a termo do dólar *de m*arço de 2010 esteja acima de R$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado *hedge* de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principa*l (2 a*nos);

- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da investida em conjunto, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;

- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR e/ou os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R$ 7.500;

- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;

- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após o último desembolso do financiamento da fase I do projeto;

- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de conclusão do projeto da fase I;

- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a conclusão do projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, apresentar no mínimo, índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + *fees* e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

9. RodoNorte

Em 10 de novembro de 2011, foi contratado financiamento em moeda estrangeira (dólar americano), através da resolução 4131 do BACEN, com o Bank of America National Association, no montante de US$ 45.819 mil, equivalente a R$ 80.000, com vencimento final em 14 de novembro de 2013, sendo o pagamento de juros semestral e pagamento de principal no final da operação.

Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando 100% da totalidade da variação cambial, dos juros e o IR sobre remessa ao exterior por 101% do CDI.

10. Quiport

A investida tem contratado financiamentos para a construção do NQIA, estruturado no modelo de *Project Finance* junto às instituições financeiras Overseas Private Investment Corporation (OPIC), Export Development Canada (EDC), BID e Export and Import Bank (EXIM).

Os financiamentos possuem amortizações semestrais entre novembro de 2010 e maio de 2021.

As principais garantias incluem o penhor de 100% das ações que representam o capital da investida e das receitas geradas de contratos com clientes.

Os financiamentos dessa investida foram captados em dólares norte-americanos, no Equador, país cuja moeda nacional corrente é dólar norte-americano.

Notas Explicativas

11. Aeris

A investida tem contratos de financiamentos para investimentos nos projetos de expansão do aeroporto estruturados no modelo de *Project Finance* junto às instituições financeiras OPIC e BID.

Os financiamentos possuem amortizações de principal e pagamento de juros semestrais, entre maio de 2012 e maio de 2024.

As principais garantias incluem o penhor de 100% das ações que representam o capital da investida e das receitas geradas de contratos com clientes.
Os financiamentos dessa investida foram captados em dólares norte-americanos moeda funcional da investida.

12. Curaçao

A investida tem contratado com o DVB Bank AG, financiamento de U$ 37.000 mil para desenvolvimento, desenho e construção de novo terminal no Aeroporto Internacional de Curaçao. O principal e os juros estão sendo pagos semestralmente em junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final da operação em dezembro de 2018. O pagamento do principal segue uma range definida no contrato que varia de 2,62% a 5,70% do valor nominal do financiamento.

Para financiar os investimentos em salas *VIP* no aeroporto, a investida tem contratado financiamento no montante de U$ 300 mil com a instituição Maduro and Curiel's Bank N.V. desde julho de 2006. Os pagamentos de principal e juros estão sendo feitos mensalmente, até o vencimento final da operação em dezembro de 2013.

Os financiamentos são garantidos pelos direitos presentes e futuros sobre ativos, contrato de seguros, contas a receber intragrupo, saldos de contas bancárias, licenças, entre outros.

Os financiamentos dessa investida foram captados em dólares norte-americanos moeda funcional da investida.

13. Finames

Contratados ao longo dos anos de 2007 a 2011, com taxas remuneratórias entre 1% a.a. e 4,3% a.a. mais TJLP, nas investidas AutoBAn, RodoNorte, RodoAnel Oeste, ViaOeste, NovaDutra, SPVias, no valor nominal total de R$ 4.761, destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

Em 2012, foram contratados novos financiamentos, com taxas remuneratórias fixas entre 5,50% a.a. e 7,70% a.a., nas investidas AutoBAn, RodoNorte, ViaOeste e NovaDutra, no valor nominal total de R$ 2.310, os quais se destinam substancialmente à compra de caminhões e guinchos.

Notas Explicativas

20. Debêntures e notas promissórias

	Empresa	Série	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/12/2012	Vencimento final	2012	2011	
1.a	CCR	5a Emissão - Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	1.188	232	Agosto de 2014	123.794	175.877	(d)
1.b	CCR	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0150% (a)	42	15	Maio de 2013	418.290	-	(c)
		Subtotal - controladora				247		542.084	175.877	
2.	RodoNorte	2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,2025% (b)	1.645	577	Novembro de 2015	172.444	202.120	(c)
3.a	AutoBAn	1a Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	7	Abril de 2014	53.304	74.034	(e)
3.a	AutoBAn	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	65	Outubro de 2013	30.306	56.255	(e)
3.a	AutoBAn	1a Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (b)	2.809	-	Abril de 2012	-	46.736	(e)
3.b	AutoBAn	2a Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (b)	662	-	Setembro de 2012	-	133.806	(c)
3.c	AutoBAn	4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1084% (b)	4.151	4.044	Setembro de 2017	974.667	-	(c)
3.c	AutoBAn	4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71%	0,0876% (b)	1110	1.091	Outubro de 2017	136.409	-	(c)
3.d	AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	105,50% do CDI	0,0559% (a)	562	-	Novembro de 2012	-	959.866	(c)
3.e	AutoBAn	Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	54	54	Maio de 2013	50.382	-	(c)
	ViaOeste	1a Emissão - Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.668	-	Julho de 2015	-	130.016	(f)
	ViaOeste	1a Emissão - Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	2.431	-	Julho de 2015	-	128.028	(f)
	ViaOeste	1a Emissão - Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	0,2976% (a)	2.431	-	Janeiro de 2015	-	105.825	(f)
	ViaOeste	2a Emissão - Série única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	-	Dezembro de 2016	-	227.096	(c)
4.a	ViaOeste	3a Emissão - Série única	110,5% do CDI	0,2201% (b)	880	240	Fevereiro de 2015	109.843	156.122	(c)
4.b	ViaOeste	4a Emissão - Série única	108,3% do CDI	0,1718% (b)	3.828	3.119	Maio de 2017	751.671	-	(c)
5.	RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 1	109,20% do CDI	0,1125% (b)	1.684	820	Maio de 2014	504.792	507.337	(g)
5.	RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 2	111% do CDI	0,1131% (b)	2.483	1.535	Maio de 2015	554.740	557.599	(g)
5.	RodoAnel Oeste	2a Emissão - Série 3	112% do CDI	0,1142% (b)	4.276	2.928	Maio de 2016	755.707	759.728	(g)
6.	Renovias	1a Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,1784% (b)	485	112	Fevereiro de 2015	37.726	55.766	(c)
7.a	SPVias	1a Emissão - Série única	116,50% do CDI	0,1433% (b)	-	-	Fevereiro de 2013	829.553	934.912	(g)
7.b	SPVias	2a Emissão - Série única	119,30% do CDI	0,0801 %(b)	1.284	1.151	Julho de 2016	414.230	-	(g)
8.a	NovaDutra	2a Emissão - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (b)	1.683	670	Setembro de 2015	259.724	304.877	(d)
8.a	NovaDutra	2a Emissão - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (b)	1.122	446	Setembro de 2015	173.189	203.325	(c)
8.b	NovaDutra	Cetip (Notas promissórias)	106,80% do CDI	0,0100% (a)	13	-	Novembro de 2012	-	131.366	(c)
8.c	NovaDutra	3a Emissão - Série única	105,6% do CDI	-	-	-	Novembro de 2015	351.675	-	(c)
9.	Samm	Cetip (Notas promissórias)	105% do CDI	0,0100% (a)	59	34	Abril de 2013	35.374		(g)
						17.140		6.737.820	5.850.691	

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Debêntures e notas promissórias	482.124	62.172	2.033.220	1.759.503
Custos de transação	(181)	(279)	(6.232)	(5.979)
	481.943	61.893	2.026.988	1.753.524
Não Circulante				
Debêntures	60.207	114.242	4.721.740	4.106.434
Custos de transação	(66)	(258)	(10.908)	(9.267)
	60.141	113.984	4.710.832	4.097.167

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

(c) Não existem garantias.
(d) Flutuante.
(e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
(f) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
(g) Fidejussória do acionista controlador.

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora	Consolidado
	2012	
2014	60.207	1.275.891
2015	-	1.186.771
2016	-	1.808.972
2017	-	450.106
Total	60.207	4.721.740

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

As debêntures não possuem cláusula de repactuação.

1. CCR

a. Em 1° de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 debêntures simples da 5ª emissão, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal total de R$ 598.156.

Em 23 e 28 de abril de 2010, foram contratadas operações de *swap,* onde houve a troca do indexador IPCA +7,5% a.a, para todos os vencimentos de juros, por um percentual do CDI que varia entre 108% e 109,65% (maiores detalhes vide nota explicativa 29 – Instrumentos financeiros).

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores, sendo estes índices: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

b. Em 23 de maio de 2012, a Companhia realizou a sua 1ª emissão de notas comerciais, no total de 10 notas de série única, sem garantia, para distribuição pública com esforços restritos e com valor nominal total de R$ 400.000. O vencimento do principal e dos juros ocorrerá em 18 de maio de 2013.

2. RodoNorte

Em 15 de abril de 2010, foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, através de distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal total de R$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010.

Os juros estão sendo pagos em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2011 e 15 de novembro de 2015 e a amortização do principal, em parcelas semestrais entre 15 de novembro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora,

Notas Explicativas

com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro semestre de cada ano, apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
  - Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3;
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0;
  - (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e/ou afiliadas) / EBITDA menor ou igual a 4,0.
- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos financiadores, exceto as definidas na escritura.

3. AutoBAn

a. Em 1° de abril de 2006, foram emitidas 51.000 debêntures nominativas escriturais, da 1ª emissão, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo 9.800 para a 1ª e 2ª séries e 31.400 para a 3ª série. O valor nominal total da emissão foi de R$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, por R$ 533.883.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- **Primeira série**: A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.
- **Segunda série:** A amortização do principal está sendo realizada em cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e de 2013 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e de 2013.
- **Terceira série:** Esta série foi integralmente liquidada.

Como garantia da emissão das debêntures, a investida está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da investida contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a investida contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.

b. Esta emissão foi integralmente liquidada em setembro de 2012.

c. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, totalizando R$ 1.100.000, na data de emissão.

Notas Explicativas

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série ao valor nominal de R$ 1 na data da emissão. As debêntures da 1ª série não tem seu valor nominal atualizado e a remuneração é baseada na variação acumulada de 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;

- Juros: trimestralmente, entre 15 de julho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures de 2ª série, com valor nominal total de R$ 135.000 na data da emissão. As debêntures tem seu valor nominal atualizado pelo IPCA sob o qual incidem juros remuneratórios 2,71% a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;

- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não poderão ser facultativamente resgatadas.

Os principais critérios para decretação do vencimento antecipado das debêntures desta emissão são:

- Distribuir dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;

- Distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a 4.

d. Em 25 de novembro de 2011, a controlada realizou a 2ª emissão de notas comerciais, emitindo 380 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R$ 950.000. As notas promissórias desta emissão foram integralmente liquidadas em novembro de 2012.

e. Em 14 de novembro de 2012, foi realizada a 3ª emissão de notas comerciais, sendo 50 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R$ 50.000.

O valor nominal e os juros serão pagos no vencimento, em 3 de maio de 2013.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Notas Explicativas

4. ViaOeste

a. Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011 pelo mesmo montante.

Os juros estão sendo pagos em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2011 e de 2015. A amortização do principal está sendo realizada em 8 parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015, podendo ser totalmente resgatadas, a qualquer momento, a critério da emissora.

As principais obrigações e cláusulas restritivas são as seguintes:

- Não realizar até a liquidação das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, novas emissões de debêntures da espécie quirografária, com garantia real ou com garantia flutuante, sem que a respectiva destinação dos recursos esteja limitada ao financiamento de novos investimentos aprovados pelo Poder Concedente, não previstos no contrato de concessão;

- Até a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão "Dívida líquida/EBITDA" seja superior a 3 e/ou o ICSD seja inferior a 1,20;

- Após a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso o resultado da divisão "Dívida líquida/EBITDA" seja superior a 4 e/ou o ICSD seja inferior a 1,2.

b. Em 28 de abril de 2012, a investida realizou a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de emissão de R$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R$ 751.887.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;
- Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Esta emissão não conta com garantias.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da investida que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.

Notas Explicativas

- Caso a investida, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de dívida líquida / EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item;

- Redução do capital social da investida sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação;

- Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.

5. RodoAnel Oeste

Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, no total de 50.000 e as da 2ª série de 55.000, têm valor nominal total de R$ 1.050.000 e foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante. As debêntures da 3ª série, no total de 75.000 (setenta e cinco mil), têm valor nominal total de R$ 750.000 e foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011.

As debêntures das três séries são garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações, sendo CCR (95%) e Encalso (5%).

Os juros estão sendo pagos semestralmente para todas as séries, sendo seus vencimentos de novembro de 2011 até maio de 2014, de 2015 e de 2016, respectivamente, para a 1ª, 2ª e 3ª séries.

O principal será liquidado em parcela única, em maio de 2014, maio de 2015 e maio de 2016, para a 1ª, 2ª e 3ª séries, respectivamente.

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.
Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

6. Renovias

Em 1º de fevereiro de 2010, realizou-se a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 140 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de emissão de R$ 140.000.

Os juros estão sendo pagos mensalmente, entre 1º de março de 2010 a 1º de fevereiro de 2015. O principal está sendo amortizado em 37 parcelas mensais, entre 1º de fevereiro de 2012 e de 2015.

As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento, sendo que, se a amortização extraordinária for efetuada no período de carência do principal, o valor será

Notas Explicativas

acrescido de um prêmio de 0,60%.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

(i) Realização de novas emissões de debêntures, exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro; e

(ii) Contrair ou manter empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam a qualquer momento, o valor principal total de R$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas.

7. SPVias

a. Em 22 de dezembro de 2010, a investida assumiu por sucessão, a 1ª emissão pública de debêntures, no total de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, sendo o valor total de emissão de R$ 817.387.

O pagamento dos juros e principal no final da operação, em 28 de fevereiro de 2013. As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente, a qualquer momento.

Um dos principais critérios para o vencimento antecipado é a extinção, liquidação, dissolução, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal ou decretação de falência ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, de qualquer controlada da CCR, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido.

b. Em 5 de julho de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 40.000 debêntures, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de R$ 400.000, na data de emissão.

A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 5 de janeiro de 2013 e 5 de julho de 2016.

A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;

Notas Explicativas

- Distribuir aos acionistas do interveniente garantidor de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a interveniente garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da interveniente garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

8. NovaDutra

a. Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000 , divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000, possuem garantia flutuante e tem valor nominal total de R$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000, são subordinadas e tem valor nominal total de R$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal caso, o ICSD seja menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;

- Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

b. As notas foram resgatadas antecipadamente e liquidadas no dia 28 de dezembro de 2012.

c. Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sob regime de garantia firme, em série única, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de emissão de R$ 350.000.

A amortização do principal e os juros serão pagos em parcelas semestrais, entre 5 de junho de 2013 e 5 de dezembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

Notas Explicativas

- Distribuição de dividendos, pela investida, em valor superior ao mínimo legal, caso o ICSD seja inferior a 1,20 ou o resultado da divisão dívida líquida/EBITDA, seja superior a 4.
- Redução do capital social da investida após a data de emissão para um valor inferior a R$ 100.000, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9. Samm

Em 30 de outubro de 2012, foram captados R$ 35.000 em notas promissórias da 1ª emissão, com vencimento de principal e juros em 28 de abril de 2013.

21. Pagamentos baseados em ações (plano de incentivo de longo prazo)

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) que tecnicamente não se enquadra como remuneração variável, nem como remuneração baseada em ações, por se tratar de política de geração de valor que permite a determinados executivos da Companhia e de suas investidas, a aquisição de direitos junto a Companhia, cuja valorização se determina com base na valorização das ações, na geração operacional de caixa e no valor dos dividendos distribuídos.

O ILP tem por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Como dito, esse plano está baseado na venda a determinados executivos (participante), escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UIs.

Cada UI é um instrumento que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (valor da UVV no resgate, subtraido do valor da UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 2, aprovado pelo Conselho de Administração (CAD) no ano de 2007 e o Plano 3 no ano de 2010. Cada plano possui seus respectivos programas.

Caso o participante tenha seu vínculo empregatício encerrado com o Grupo CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVVs. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o participante perde todos os seus direitos ao resgate de UIs ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos participantes do plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

Notas Explicativas

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs ao término do período de *vesting*, podendo o participante, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo programa. Ao final de cada Programa, as UIs são automaticamente resgatadas.
A criação de cada programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo CAD. A conquista de um novo negócio também poderá ensejar a criação de um programa específico. A criação de novos planos e seus respectivos programas estão sujeitos à aprovação do CAD da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas demonstrações financeiras, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos planos ou programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos participantes dos programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UIs, durante o período a que estas demonstrações financeiras se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R$ 14.912 no exercício de 2012 (R$ 5.665 no exercício de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de provisão para incentivos de longo prazo era de R$ 27.805 (R$ 17.403 em 31 de dezembro de 2011).

		Saldo Total em 31.12.2011			Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2011			Outorga entre 01.01 e 31.12.2012			Canceladas entre 01.01 e 31.12.2012		
		Quantidade de UI´s	VJUMP (R$) em 31.12.12	Total	Quantidade de UI´s	VJUMP (R$) em 31.12.12	Total	Quantidade de UI´s	VJUMP (R$) em 31.12.12	Total	Quantidade de UI´s	VJUMP (R$) em 31.12.12	Total
Plano 2	Programa 4 (2007)	296.658	17,62	5.226	296.658	17,62	5.226	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 5 (2008)	264.732	16,00	4.235	264.732	16,00	4.235						
Plano 3	Programa 6 (2009)	196.638	18,35	3.609	196.638	18,35	3.609	-	-	-	-	-	-
Plano 3	Programa 7 (2010)	467.328	17,52	8.188	182.761	16,70	3.052	-	-	-	-	-	-
Plano 3	Programa 8 (2011)	356.577	20,90	7.451	55.380	20,01	1.108	-	-	-	-	-	-
NN	Nov Neg VO (2011)	133.740	20,90	2.795	20.771	20,01	416	-	-	-		-	-
Plano 3	Programa 9 (2012)	-	-	-	-	-	-	336.231	29,32	9.858	9.966	29,32	292
NN	Nov Neg AB (2012)	-	-	-	-	-	-	70.353	29,32	2.063			
Custo aquisição UI´s		-	-	(694)	-	-	(243)	-	-	(198)	-	-	(5)
Total		1.715.673		30.810	1.016.941		17.403	406.584		11.723	9.966		287

		Exercidas entre 01.01 e 31.12.2012			Saldo Total em 31.12.2012			Exercíveis em 30.06.2013			Saldo Prov. c/ passivo em 31.12.2012		
		Quantidade de UI´s	Valor de resgate da UI (R$)	Total	Quantidade de UI´s	VJUMP (R$) em 31.12.12	Total	Quantidade de UI´s	VJUMP (R$) em 31.12.12	Total	Quantidade de UI´s	VJUMP (R$) em 31.12.12	Total
Plano 2	Programa 4 (2007)	296.658	15,89	4.714	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 5 (2008)	-	-	-	264.732	24,29	6.431	264.732	24,29	6.431	264.732	24,29	6.431
Plano 3	Programa 6 (2009)	-	-	-	196.638	27,24	5.356	131.092	24,29	3.185	166.294	27,24	4.530
Plano 3	Programa 7 (2010)	-	-	-	467.328	25,59	11.961	155.776	20,20	3.146	313.696	25,59	8.029
Plano 3	Programa 8 (2011)	-	-	-	344.667	30,19	10.404	-	-	-	156.565	30,19	4.726
NN	Nov Neg VO (2011)	-	-	-	133.743	30,19	4.037	-	-	-	60.753	30,19	1.834
Plano 3	Programa 9 (2012)	-	-	-	326.265	29,28	9.552	-	-	-	73.904	29,28	2.164
NN	Nov Neg AB (2012)	-	-	-	70.353	29,28	2.060	-	-	-	15.936	29,28	467
Custo aquisição UI		-	-	-	-	-	(740)	-	-	-			(375)
Total		296.658		4.714	1.803.726		49.061	551.600		12.761	1.051.880		27.804

VJUMP (R$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R$) = Valor Justo Unitário em Reais

Totais em milhares

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelos de avaliação		Dados (I)
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados.	R$ 62,70 (Plano 2), R$ 59,19 (Plano 3 e Nov. Neg VO e AB)
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate (R$), com correções futuras estimadas, acordo com os critérios do programa.	Programa 5, 35,95 para 2013
		Programa 6, 35,95 para 2013 e 37,61 para 2014
		Programa 7, 37,62 para 2013, 39,36 para 2014 e 41,18 para 2015
		Programa 8, 39,00 para 2014, 40,80 para 2015 e 43,67 para 2016
		Prog. Nov. Neg VO, 39,00 para 2014, 40,80 para 2015 e 43,67 para 2016
		Programa 9, 45,71 para 2015, 48,93 para 2016 e 52,10 para 2017
		Prog. Nov. Neg AB, 45,71 para 2015, 48,93 para 2016 e 52,10 para 2017
Tempo	Prazo decorrido entre a data base destas demonstrações financeiras e prazo de resgate da tranche de cada Programa.	180 dias p/ resgates de 2012 e 360 dias adicionais p/ cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do LN da variação diária das ações da Cia. entre 01.01.2003 até a data base desta demonstração financeira.	2,57% a.d.
Dividend Yield	Média histórica anual entre 2003 e a data base destas demonstrações financeiras.	4,08% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Estimativa na data base destas demonstrações financeiras do CDI para os períodos em análise.	6,98% (2013, 2014, 2015), 7,81% (2016), 8,48% (2017)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI´s até a data base de apuração destas demonstrações financeiras.	1,51%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI´s até a data base de apuração destas demonstrações financeiras.	60,06% no primeiro ano e 61,58% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

(1) valores ajustados em decorrência do split de ações ocorrido em novembro de 2011

Notas Explicativas

22. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
IRPJ e CSLL	-	-	199.402	48.050
ISS	305	282	28.861	27.331
COFINS	440	536	22.263	20.864
ICMS	-	-	12.341	-
PIS, COFINS e CSLL retidos	85	22	3.828	3.211
PIS	96	116	3.636	3.333
IRRF	83	29	1.484	9.864
INSS retido	56	867	4.453	9.086
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	-	46	7.842	424
	1.065	1.898	284.110	122.163

b. Obrigações fiscais parceladas – Consolidado

	2011	2012				
	Saldo Inicial	Novas aquisições (a)	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante						
Federal						
PAES	2.071	-	68	(2.112)	1.043	1.070
Parcelamento Lei 11.941/09 (b)	44.569	956	4.594	(46.565)	45.190	48.744
Municipal						
ISS	190	1.089	1.040	(2.196)	457	580
Total	46.830	2.045	5.702	(50.873)	46.690	50.394
Não circulante						
Federal						
COFINS	62	-	120	-	(153)	29
PAES	1.036	-	8	-	(1.043)	1
Parcelamento Lei 11.941/09 (b)	461.304	3.621	30.375	-	(45.037)	450.263
Municipal						
ISS	-	932	-	-	(457)	475
Total	462.402	4.553	30.503	-	(46.690)	450.768

(a) Refere-se a passivos assumidos na aquisição da Barcas.

Notas Explicativas

(b) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011 para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011 com as seguintes condições:

Empresa	Quantidade de parcelas	Valor da prestação básica mensal
CCR	60	2
NovaDutra	120	256
AutoBAn	180	2.179
SPVias	180	4
ViaOeste	155	404

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério;
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos;
- Bens arrolados ou outras garantias prestadas a outros processos que também sejam garantias dos parcelamentos vinculados à lei 11.941/09; e
- Risco associado e perda do regime especial de pagamento.

Durante o período de pagamento dos parcelamentos existe a obrigatoriedade de pagamento dos impostos da Companhia e suas investidas.

23. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários – Consolidado

A Companhia e suas investidas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reinvindicadas:

Notas Explicativas

	Saldo inicial	Novas aquisições (a)	Constituição / reversão de provisão	Saldo final
	2011		2012	
Cíveis e administrativos	15.208	1.868	2.705	19.781
Trabalhistas e previdenciárias	3.567	39.723	(2.511)	40.779
Tributárias	1.656	-	(1.466)	190
	20.431	41.591	(1.272)	60.750
	2010		2011	
Cíveis e administrativos	15.624	-	(416)	15.208
Trabalhistas e previdenciárias	3.773	-	(206)	3.567
Tributárias	1.665	-	(9)	1.656
	21.062	-	(631)	20.431

(a) Refere-se a passivos assumidos na aquisição da Barcas.

A Companhia e suas investidas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2012	2011
Cíveis e administrativos	114.478	117.625
Trabalhistas e previdenciárias	20.045	11.041
Tributárias	30.450	36.372
Outras (b)	-	53.539
	164.973	218.577

(b) Trata-se de ação proposta pelo Banco Espírito Santo S/A, Caixa Banco de Investimento S/A e Credit Agricole Corporate and Investment Bank em face do RodoAnel Oeste visando ao recebimento de um valor de liquidação (*close-out amount*), análogo a uma multa por pagamento antecipado, no contexto de operações de *swap* de taxa de juros firmadas entre RodoAnel Oeste e cada um dos autores, que foram liquidadas antecipadamente, em decorrência do pagamento antecipado voluntário pelo RodoAnel Oeste de empréstimo junto ao BID e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) ("Empréstimo BID/JBIC"). A referida ação foi encerrada por acordo entre as partes.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais no montante de R$ 130.324 para os processos em andamento.

Notas Explicativas

24. Arrendamento mercantil - Consolidado

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos	
	2012	**2011**
Até um ano	2.089	2.355
Acima de 1 ano e até cinco anos	1.986	4.453

A Companhia e suas investidas operam com 248 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

	2012	**2011**
Despesas com arrendamento mercantil operacional	2.527	6.617

b) Financeiro

A Companhia e suas investidas possuem ativos obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas investidas.

		2012			2011		
	Taxa média anual de depreciação %	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**
Móveis e utensílios	10	-	-	-	239	(64)	175
Máquinas e equipamentos	15	-	-	-	3.029	(531)	2.498
Equipamentos de telefonia	15	-	-	-	18	(5)	13
Equipamentos de informática	15	-	-	-	1.609	(842)	767
Veículos	20	18.129	(6.632)	11.497	19.206	(5.107)	14.099
Softwares	12	-	-	-	95	(60)	35
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	-	-	-	990	(265)	725
		18.129	(6.632)	11.497	25.186	(6.874)	18.312

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2012		2011	
	Valor nominal	**Valor presente**	**Valor nominal**	**Valor presente**
Até um ano	5.412	4.567	9.816	7.805
Acima de um ano e até 2014	1.574	1.310	7.778	5.280
	6.986	5.877	17.594	13.085

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Durante o exercício de 2012 foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R$ 1.172 (R$ 1.648 em 31 de dezembro de 2011) relativos a

Notas Explicativas

despesas financeiras e R$ 3.198 (R$ 2.758 em 31 de dezembro de 2011) relativos a despesas de depreciação.

25. Provisão de manutenção – Consolidado

	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
	2011			2012		
Circulante	222.821	133.936	51.398	(269.655)	9.412	147.912
Não circulante	203.423	18.117	(2.725)	-	(9.412)	209.403
	2010			2011		
Circulante	283.567	53.127	25.144	(342.342)	203.325	222.821
Não circulante	276.504	85.953	45.496	(1.205)	(203.325)	203.423

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% a.a.

26. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 25 de novembro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento de ações da Companhia, sendo que cada ação ordinária foi desdobrada em quatro ações, passando o capital social autorizado a ser composto por 1.920.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado por 1.765.587.200 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Anteriormente, o capital autorizado era de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado era de 441.396.800 ações ordinárias.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo CAD, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2013.

Notas Explicativas

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 13 de abril de 2012, foi aprovado em AGO, o pagamento de dividendos complementares, relativos aos lucros do exercício de 2011, no montante de R$ 100.775, correspondente a R$ 0,0570773 por ação, com pagamento realizado em 27 de abril de 2012, tendo sido os dividendos, aprovados e pagos na data prevista.

Em 27 de setembro de 2012, foi aprovado em reunião do CAD, a ser submetido a aprovação da AGO de 2013, a distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2012, no valor de R$ 953.417, correspondente a R$ 0,54 por ação, com pagamento realizado em 31 de outubro de 2012, sendo R$ 453.417 relativos ao saldo de reserva de retenção de lucros do exercício de 2011 e R$ 500.000 referentes aos lucros apurados no primeiro semestre de 2012.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2012, no montante de R$ 100.775, correspondentes a R$ 0,0570773 por ação, a ser submetido à aprovação da AGO de 2013.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2012 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	1.165.874
(-) Constituição de reserva legal	(58.294)
Lucro líquido ajustado	1.107.580
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	276.895
Dividendos intermediários pagos	953.417
Dividendo adicional proposto	100.775
	1.054.192

e. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica é reconhecido, principalmente, o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

f. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Numerador				
Lucro líquido disponível para acionistas controladores	1.165.874	887.962	1.177.284	899.372
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído	1.765.587.200	1.765.587.200	1.765.587.200	1.765.587.200
Lucro por ação - básico e diluído em R$	0,66	0,50	0,67	0,51

(Em milhares, exceto ações e dados por ação)

g. Ágio em transação de capital

Em 1º de novembro e 1º de dezembro de 2012, a CCR aumentou o capital social da controlada RodoAnel Oeste, passando sua participação de 95% para 98,5714%, pois não houve o acompanhamento do outro acionista da controlada, resultando em diluição do capital. O capital foi aumentado com capitalização em dinheiro e com mútuos em aberto com a CCR, nos montantes de R$ 72.000 e R$ 428.000, respectivamente.

De acordo com o CPC 36 (R2) – Demonstrações consolidadas, quando há a aquisição complementar de ações, de uma empresa que já é controlada, o registro contábil do ágio gerado na aquisição complementar, deve ser feito à rubrica "Ágio em trasações de capital", no patrimônio líquido individual e consolidado.

27. Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita de pedágio	-	-	5.060.150	4.631.848
Receitas de construção (ICPC 01 - R1)	-	-	570.992	556.724
Receitas administrativas	84.515	89.429	269.853	266.050
Receitas de operação de rodovia	65.461	81.750	179	2.198
Receitas aeroportuárias	-	-	42.863	-
Receitas acessórias	-	-	96.406	79.197
Receitas de transporte aquaviário	-	-	73.572	-
Receitas metroviárias	-	-	154.982	63.270
Receita bruta	149.976	171.179	6.268.997	5.599.287
Impostos sobre receitas	(13.106)	(18.737)	(494.145)	(455.697)
Devoluções e abatimentos	-	-	(7.154)	(9.294)
Deduções da receita bruta	(13.106)	(18.737)	(501.299)	(464.991)
Receita líquida	136.870	152.442	5.767.698	5.134.296

Notas Explicativas

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(30.308)	(153.727)	(638.173)	(869.988)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.937)	(10.680)	(21.893)	(33.688)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(120.073)	(149.066)
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-	-	(5.179)	(11.168)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	(8.025)	(7.596)
Perda com operações de derivativos	-	(10.429)	(26.724)	(56.586)
Variação cambial sobre derivativos	-	-	(6.023)	(2.858)
Juros sobre impostos parcelados	(6)	(203)	(34.694)	(55.238)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(48.673)	(70.640)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	45.561	47.286
Valor justo sobre financiamentos *(fair value option)*	-	-	(20.341)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(5.147)	(9.553)	(52.754)	(63.731)
	(43.398)	(184.592)	(936.991)	(1.273.273)
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	74.002	114.769
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	239	1.459
Juros e variações monetárias sobre mútuos	94.311	128.505	7.476	2.866
Ganho com operações de derivativos	8.319	16.693	50.244	38.903
Variação cambial sobre derivativos	-	-	4.128	4.924
Valor justo sobre financiamentos *(fair value option)*	-	-	17.039	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	35.472	81.927	90.415	143.410
Juros e outras receitas financeiras	8.733	9.757	22.340	44.204
	146.835	236.882	265.883	350.535
Resultado financeiro líquido	103.437	52.290	(671.108)	(922.738)

Notas Explicativas

29. Instrumentos financeiros

Política

A Companhia e suas investidas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vincendos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora					
	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	243.779	-	-	363.917	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	12.162	-	-	13.591	-
Mútuos - partes relacionadas	-	685.314	-	-	1.039.836	-
Contas a receber com operações de derivativos	22.892	-	-	16.982	-	-
Passivos						
Debêntures	-	-	(542.084)	-	-	(175.877)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(154)	-	-	(488)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(5.302)	-	-	(5.447)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.586)	-	-	(4.259)
Plano de incentivo - partes relacionadas	(27.805)	-	-	(17.403)	-	-
Aumento de capital - partes relacionadas	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)
	238.866	697.476	(551.042)	363.496	1.053.427	(187.987)

	Consolidado					
	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	738.770	-	-	733.325	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	29.453	-	-	638	-	-
Contas a receber	-	299.575	-	-	246.356	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	167.230	-	-	163.199	-
Mútuos - partes relacionadas	-	149.159	-	-	30.673	-
Contas a receber com operações de derivativos	61.685	-	-	33.689	-	-
Passivos						
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(134.673)	-	-	(244.424)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(5.878)	-	-	(13.085)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(288.140)	-	-	(339.290)
Empréstimos em moeda estrangeira	(191.260)	-	-	(172.293)	-	-
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(796.643)	-	-	(328.092)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(6.737.820)	-	-	(5.850.691)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(842.976)	-	-	(579.809)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(193.837)	-	-	(69.554)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(66.666)	-	-	(37.990)
Plano de incentivo de longo prazo	(27.805)	-	-	(17.403)	-	-
Aumento de capital - partes relacionadas	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)
Contas a pagar com operações de derivativos	(1.925)	-	-	(1.222)	-	-
	608.918	615.964	(9.068.549)	576.734	440.228	(7.464.851)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;

- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Notas Explicativas

- **Plano de incentivo de longo prazo** - Os valores justos são determinados com base no modelo Black-Scholes-Merton. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.

- **Financiamentos** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.

- **Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A ViaLagos e a RodoNorte contrataram operações em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo que nas mesmas datas das contratações foram firmados contratos de *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior, por 101% do CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R$ 190.950 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 175.284 em 31 de dezembro de 2011). Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa n° 19.

  Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Empréstimos e debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	134.673	134.897	245.286	251.379
Debêntures e notas promissórias	542.331	550.957	176.414	190.507	6.754.960	6.863.165	5.865.937	6.019.228

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações financeiras e conta reserva	243.779	363.917	768.223	733.963
Derivativos	22.892	16.982	59.760	32.467
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(191.260)	(172.293)
Plano de incentivo de longo prazo	(27.805)	(17.403)	(27.805)	(17.403)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de índice de inflação, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A ViaQuatro, visando cumprir as exigências de seu contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 19 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da Libor com teto de 4,5% ao ano para todo o fluxo de juros de seu financiamento, como também, operações de *swap* para proteger os fluxos de caixa do endividamento em moeda estrangeira para os próximos dois anos.

A CCR realizou operações com derivativos (*swap*) visando mitigar os riscos de taxas de juros e inflação.

A ViaLagos e a RodoNorte, contrataram operações com derivativos, visando proteger a totalidade dos fluxos de caixa de seus endividamentos em moeda estrangeira.

A CAP realizou operações de swap, visando mitigar os riscos de taxa de juros.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo, quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

		Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de referência (Nocional) (5)				Valor justo		Valores brutos liquidados		Efeito acumulado				Resultado	
						Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Efeito acumulado ganho/(Perda)	
						31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
OPÇÕES DE COMPRA																			
ViaQuatro																			
1	Posição ativa Posição passiva	Vários (1)	20/07/2009	15/02/2023 (2)	Libor Libor c/ *"Cap"* 4,5% a.a.	168.134	134.494	343.582	252.284	1.464	2.789	-	-	1.464	2.789	-	-	(1.325)	(3.819)
SWAP																			
CCR																			
2	Posição ativa Posição passiva	CitiBank	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a. 109,65 % do CDI	-	-	26.667	40.000	33.809 (27.712)	47.137 (42.644)	615	(1.704)	6.097	4.493	-	(1.704)	2.219	1.614
3	Posição ativa Posição passiva	BTG Pactual	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a. 109,6 % do CDI	-	-	20.000	30.000	25.356 (20.783)	35.354 (31.980)	463	(1.275)	4.573	3.374	-	(1.275)	1.662	1.279
4	Posição ativa Posição passiva	BTG Pactual	28/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a. 108 % do CDI	-	-	13.333	20.000	16.904 (13.833)	23.569 (21.256)	343	(812)	3.071	2.313	-	(812)	1.101	904
5	Posição ativa Posição passiva	HSBC	23/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a. 109,6 % do CDI	-	-	10.000	30.000	25.327 (20.783)	35.313 (31.980)	475	(1.276)	4.544	3.332	-	(1.276)	1.687	1.279
6	Posição ativa Posição passiva	Merryl Linch	28/04/2010	01/08/2014 (3)	IPCA + 7,5% a.a. 108 % do CDI	-	-	10.000	30.000	25.356 (20.749)	35.354 (31.885)	515	(1.219)	4.607	3.468	-	(1.219)	1.654	1.429
ViaLagos																			
7	Posição ativa Posição passiva	Merryl Linch	15/08/2011	15/08/2013	USD + 2,0353% a.a. 101 % do CDI	47.400	47.400	96.862	77.072	97.350 (77.734)	87.866 (78.229)	(4.869)	(1.774)	19.616	9.637	(4.869)	(1.774)	5.110	8.153
ViaQuatro																			
8	Posição ativa Posição passiva	Bradesco	03/10/2011	14/02/2013	USD 65,5 % do CDI	13.788	13.788	28.175	25.864	28.132 (27.853)	25.046 (25.530)	-	-	279	-	-	484	763	(114)
9	Posição ativa Posição passiva	Bradesco	03/10/2011	14/08/2013	USD 67 % do CDI	13.622	13.622	27.837	25.552	27.624 (27.256)	24.326 (24.847)	-	-	368	-	-	521	889	(103)
10	Posição ativa Posição passiva	Bradesco	14/02/2012	17/02/2014	USD 73,6 % do CDI	13.700	-	27.995	-	27.570 (24.231)	- -	-	-	3.339	-	-	-	3.339	-
11	Posição ativa Posição passiva	Bradesco	14/02/2012	14/08/2014	USD 70,55% do CDI	13.219	-	26.842	-	26.385 (26.380)	- -	-	-	5	-	-	-	5	-
RodoNorte																			
12	Posição ativa Posição passiva	Merryl Linch	14/11/2011	14/11/2013	USD + Libor + 1,5 % a.a. 101 % do CDI	45.819	45.819	93.631	80.000	94.449 (80.727)	85.537 (81.256)	(4.712)	-	13.722	4.281	(4.712)	-	4.729	4.281
CAP																			
13	Posição ativa Posição passiva	DVB Bank AG	28/06/2005	31/12/2014 (4)	USD Libor 4,25% a.a.	4.286		8.758	-	82 (739)	- -	-	-	-	-	-	-	-	-
14	Posição ativa Posição passiva	DVB Bank AG	28/01/2004	31/12/2014 (4)	USD Libor 4,3% a.a.	2.857		5.838	-	55 (554)	- -	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Posição ativa Posição passiva	DVB Bank AG	02/08/2006	31/12/2018 (4)	USD Libor 5,51% a.a.	1.667		3.406	-	100 (869)	- -	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2012								742.926	610.772	59.760	32.684	(7.170)	(8.060)	61.685	33.687	(9.581)	(7.055)	21.833	14.903
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O ANO DE 2011 E 2012										-	(217)	(425)	(143.401)	-	(1.070)	(505)	(144.471)	(208)	(32.628)
TOTAL DAS OPERAÇÕES										59.760	32.467	(7.595)	(151.461)	61.685	32.617	(10.086)	(151.526)	21.625	(17.725)

Notas Explicativas

(1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A., WestLB AG, New York Branch, Espírito Santo investiment p.l.c, Societé Generale/ Paris;

(2) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023;

(3) Os contratos possuem vencimentos em agosto de 2013 e 2014;

(4) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de junho e dezembro de cada ano, até o vencimento final; e

(5) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	2012	**2011**
Riscos cambiais	13.302	(24.230)
Riscos de juros	8.323	6.505
	21.625	(17.725)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas investidas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas informações trimestrais, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.
Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R$ x USD = 2,0435). Como os valores já estão registrados, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário.

Notas Explicativas

Operação	Vencimentos até	Exposição em R$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro						
Dívida em USD - BID	Fevereiro de 2023	370.224	Aumento da cotação do USD	-	(91.613)	(183.225)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2013	(28.175)	Diminuição da cotação do USD	-	7.044	14.088
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2013	(27.837)	Diminuição da cotação do USD	-	6.959	13.919
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2014	(27.995)	Diminuição da cotação do USD	-	6.999	13.998
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2014	(27.013)	Diminuição da cotação do USD	-	6.753	13.506
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(63.858)	(127.714)
ViaLagos						
4131 em USD	Agosto de 2013	97.071	Aumento da cotação do USD	-	(24.268)	(48.536)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2013	(97.336)	Diminuição da cotação do USD	-	24.334	48.668
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	66	132
RodoNorte						
4131 em USD	Novembro de 2013	93.879	Aumento da cotação do USD	-	(23.470)	(46.939)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Novembro de 2013	(94.143)	Diminuição da cotação do USD	-	23.536	47.072
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	66	133
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	(63.726)	(127.449)

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

As empresas Quiport, Aeris e Curaçao têm financiamentos em USD, no entanto a moeda funcional dessas empresas é o próprio USD, não gerando efeitos de variação cambial.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2013 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

					Consolidado - Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Vencimentos até**	**Empresas**	**Exposição em R$ (6)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Passivos Financeiros							
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Fevereiro de 2023	ViaQuatro	370.224	(9.197)	(9.669)	(10.141)
Hedge (opções) de taxa de juros (7)		Fevereiro de 2023	ViaQuatro		-	-	-
Efeito líquido					(9.197)	(9.669)	(10.141)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	124.026	(16.891)	(18.779)	(20.668)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2014	CCR	(124.026)	16.891	18.779	20.668
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	CCR	124.026	(9.410)	(11.771)	(14.137)
Notas Promissorias	Aumento do CDI	Maio de 2013	CCR	418.305	(11.195)	(13.925)	(16.629)
Efeito líquido					(20.605)	(25.696)	(30.766)
Financiamento DVB Bank	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curaçao	18.014	(595)	(618)	(642)
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curaçao	(8.763)	289	300	313
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curaçao	(5.843)	193	201	208
Swap Libor X Fixa (Ponta Ativa)	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Dezembro de 2018	Curaçao	(3.408)	113	117	121
Efeito líquido					-	-	-
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013	AutoBAn	30.371	(4.953)	(5.414)	(5.874)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2014	AutoBAn	53.311	(13.459)	(14.512)	(15.586)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	AutoBAn	137.500	(12.461)	(14.092)	(16.162)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	AutoBAn	978.711	(74.136)	(92.741)	(111.374)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	ViaOeste	110.083	(8.458)	(10.582)	(12.709)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	ViaOeste	754.790	(56.793)	(71.042)	(85.311)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	Renovias	37.838	(3.393)	(4.061)	(4.729)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2014	RodoAnel Oeste	505.612	(36.453)	(45.603)	(54.766)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2015	RodoAnel Oeste	556.275	(40.792)	(51.038)	(61.302)
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2016	RodoAnel Oeste	758.635	(56.151)	(70.261)	(84.398)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	RodoNorte	173.021	(13.918)	(17.420)	(20.931)
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	NovaDutra	434.029	(33.597)	(42.036)	(50.492)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2015	NovaDutra	351.675	(25.778)	(32.239)	(38.705)
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	SPVias	829.553	(10.299)	(12.788)	(15.246)
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	SPVias	415.381	(31.554)	(39.474)	(47.406)
Notas Promissorias	Aumento do CDI	Maio de 2013	AutoBAn	50.436	(1.272)	(1.582)	(1.888)
Notas Promissorias	Aumento do CDI	Abril de 2013	Samm	35.408	(806)	(1.003)	(1.197)
CCB	Aumento do CDI	Dezembro de 2013	Controlar	6.229	(432)	(518)	(605)
CCB	Aumento do CDI	Novembro de 2013	Ponte	10.090	(714)	(893)	(1.072)
CCB	Aumento do CDI	Abril de 2013	Barcas	118.354	(2.013)	(2.456)	(2.894)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Novembro de 2013	RodoNorte	80.675	(5.647)	(6.163)	(7.389)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2013	ViaLagos	77.701	(3.332)	(4.152)	(4.968)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	ViaQuatro	27.853	(145)	(180)	(215)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2013	ViaQuatro	27.640	(776)	(965)	(1.152)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2014	ViaQuatro	24.739	(1.250)	(1.560)	(1.868)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	ViaQuatro	27.299	(1.321)	(1.648)	(1.972)
Total do efeito de ganho ou (perda)					(469.706)	(579.788)	(691.118)
As taxas de juros consideradas foram (1):							
	CDI (2)				6,90%	8,63%	10,35%
	IGP-M (3)				7,82%	9,77%	11,73%
	IPC-A (4)				5,64%	7,05%	8,46%
	LIBOR 6 meses (5)				0,5083%	0,6353%	0,7624%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (02) a (07) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2012, divulgada pela CETIP;
(3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima;
(4) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo BACEN;
(5) Taxas Libor de 6 meses, divulgados pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2012;
(6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
(7) Existem contratos de opção (*cap*) para proteger o aumento da Libor de 6 meses, cujo preço de exercício é 4,5%. As opções de compra somente geram efeitos se a Libor estiver acima do preço de exercício.

As empresas Quiport e Aeris têm empréstimos em taxas fixas e em USD, moeda funcional dessas empresas.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Notas Explicativas

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Financiamentos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

30. Cobertura de seguros

O Grupo CCR adota política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia e de suas investidas, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – de R$ 15.000 a R$ 86.000;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – de R$ 6.250 a R$ 43.347;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – de R$ 805 a R$ 123.719;
- Riscos patrimoniais / operacionais – de R$ 3.000 a R$ 500.000;
- Perda de receita – de R$ 7.200 a 327.052.

Nas investidas Quiport, Aeris e CAP, as coberturas são:

- Passivos trabalhistas de US$ 2.500 mil a US$ 25.000 mil;
- Terrorismo e sabotagem de US$ 50.000 mil a US$ 950.000 mil;
- Riscos patrimoniais de US$ 900.131 mil;
- Passivos relativos a operação de aeroportos de US$ 500.000 mil a US$ 1.000.000 mil;
- *All Risk* da construção – US$ 239.835 mil a US$ 1.000.000 mil.

31. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A Quiport e a Aeris mantêm os montantes de R$ 6.764 e R$ 3.001, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012, em conta reserva, para garantir o pagamento de obrigações, de acordo com os contratos de financiamento.

A ViaOeste e a SPVias mantêm conta poupança no montante de R$ 667 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 634 em 31 de dezembro de 2011), para garantia de realização de compensação ambiental.

O RodoAnel Oeste mantém aplicação financeira em conta reserva no montante de R$ 4 (R$ 4 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

32. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se a parte do preço da delegação do serviço público nos contratos que contém essa previsão, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2012	2011	2012	2011
AutoBAn	1.366.390	1.582.064	1.200.636	1.358.213
ViaOeste	271.271	315.878	239.293	272.230
Renovias (*)	137.870	151.998	103.180	108.373
	1.775.531	2.049.940	1.543.109	1.738.816

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2012, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2013	333.788	324.287
2014	335.240	308.662
2015	335.240	292.640
2016	368.411	297.099
2017	308.702	247.370
2018	94.150	73.051
	1.775.531	1.543.109

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2012 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R$ 228.884, referente ao direito de outorga fixa (R$ 256.972 no exercício de 2011).

A AutoBAn está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n° 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Outorga variável - AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste, Renovias, SPVias e CAP

Refere-se a parte do preço da delegação do serviço público nos contratos que contém essa previsão (total no caso da CAP), correspondente a 3% da receita bruta (15% para CAP) efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Notas Explicativas

No decorrer do exercício de 2012 foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 123.054 referente ao direito de outorga variável, sendo R$ 26.623 referentes à outorga variável da SPVias retida em anos anteriores, conforme descrito no subitem "c" – Outorga variável e obras a executar (R$ 78.664 no exercício de 2011).

b. Compromissos relativos às concessões

As investidas assumiram os compromissos de investimentos de acordo com seus contratos de concessão a serem cumpridos até o final do prazo da concessão, nos montantes demonstrados a seguir:

	2012	2011
AutoBAn	1.149.884	1.079.719
NovaDutra	617.018	624.006
Ponte	43.606	47.314
Renovias (*)	273.324	292.375
RodoAnel Oeste	351.123	378.385
RodoNorte	1.233.939	1.233.018
SPVias	691.651	764.238
ViaLagos	135.064	147.104
ViaOeste	520.663	569.071
ViaQuatro (*)	644.531	600.200
	5.660.803	5.735.430

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária controlada em conjunto.

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura e, consequentemente, geração de receitas adicionais para as concessionárias.

c. ***Outorga Variável e obras a executar***

	2012	2011
Circulante		
Outorga variável (a)	7.274	8.875
Outorga variável - SPVias (d)	21.951	21.558
Obras a executar (b)	19.143	-
	48.368	30.433
Não circulante		
Obras a executar - ViaOeste (c)	6.862	8.822
Outorga variável - SPVias (d)	-	20.341
	6.862	29.163

(a) Refere-se à outorga variável ordinária.

(b) Refere-se a subvenção recebida pelo Poder Concedente conforme disposto no contrato de concessão da Transolímpica.

(c) Implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.

Notas Explicativas

(d) Retenção da outorga variável para compensação parcial do ISSQN correspondente ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2005, sendo o pagamento destes valores diferidos para pagamento nos anos 2012 e 2013, conforme Termo Aditivo Modificativo nº 15.

33. Plano de Previdência Privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas em 2012 e 2011, relativos ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Plano de previdência privada (contribuição definida)	1.592	1.154	5.859	4.219

Notas Explicativas

34. Eventos subsequentes

a) Início das operações do novo Aeroporto Internacional de Quito (NQIA) em 19 de fevereiro de 2013

Em 19 de fevereiro de 2013, foi inaugurado o Novo Aeroporto Internacional de Quito, no Equador (NQIA).

O aeroporto conta com modernas e seguras instalações, trazendo ainda mais desenvolvimento para a cidade e para o país. Com tecnologia avançada, o aeroporto poderá ter voos diretos para São Paulo, Nova Iorque, Madri, Santiago do Chile e Buenos Aires.

O atual Aeroporto Mariscal Sucre (MSIA) foi desativado e em seu lugar será construído um parque. Por conta de sua localização, no centro da cidade e cercado por montanhas, o terminal não pôde ser expandido para receber aeronaves maiores. Por isso, em 2006, iniciou-se a construção do NQIA.

A inauguração no novo aeroporto é parte da estratégia do grupo CCR em entrar no segmento aeroportuário, assim como a aquisição dos aeroportos de San Jose, na Costa Rica e Curaçao.

b) Contratação de derivativos – CCR

Em 4 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou contração de derivativos (swap) com o HSBC Bank Brasil S.A., com valor nocional de R$ 103.896, trocando 109,08% da variação do CDI para taxa pré-fixada de 8,247% ao ano. O derivativo tem vencimento em agosto de 2013 e de 2014, sendo 50% em cada uma das datas, acompanhando a amortização do principal da 5ª emissão (série 2) de debêntures da Companhia.

c) Contratação de derivativos – ViaQuatro

Em 14 de fevereiro de 2013, a investida contratou derivativo (swap) com o Banco Bradesco, com valor nocional de R$ 45.157, valor equivalente a US$ 23.051 mil, trocando a variação cambial por 79,5% do CDI. O contrato tem vencimento em 18 de fevereiro de 2015.

d) Captação em cédulas de crédito bancário - Barcas

Em 14 de janeiro de 2013, a investida realizou captação de R$ 10.000 junto ao Banco Bradesco, com remuneração através da variação do CDI + 0,7% ao ano e com vencimento de principal e juros em 16 de abril de 2013. A captação conta com fiança bancária dos acionistas da investida, sendo 80% da CCR e 20% da JCA.

e) Liquidação antecipada e nova captação de debêntures - Renovias

Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia emitiu 9.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, de valor nominal unitário de R$ 10, sendo o valor total de emissão de R$ 95.000.

A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 113,6% do CDI, com vencimento em 15 de janeiro de 2018 e juros remuneratórios pagos mensalmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2013.

A amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela a ser paga em 15 de janeiro de 2015 e a última em seu vencimento.

Notas Explicativas

O crédito foi efetuado em 29 de janeiro de 2013 e utilizado para a liquidação da 1ª emissão de debêntures.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são: (i) pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio em valor superior ao mínimo legal, em caso de inadimplência, ou índice de razão entre dívida líquida e EBITDA superior a 2,5 ou ainda índice de razão entre geração de caixa e serviço da dívida inferior a 1,2; (ii) contração de novas dívidas, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas, que somadas às já existentes levem a um índice de razão entre dívida líquida e EBITDA superior a 2,5; (iii) oferecer em garantia de novas dívidas qualquer um de seus ativos existentes ou doravante adquiridos.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1. Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

LAJIDA da Companhia

Esta projeção tem por objetivo demonstrar os objetivos da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (também referido como *EBITDA - earnings before interestst, taxes, depreciation and amortization*), conforme valores indicados no item "d" abaixo.

Subsidiárias e aeroportos

Projeções de receita bruta para as seguintes subsidiárias da Companhia e aeroportos nos quais a Companhia tem participação, conforme valores indicados no item "d" abaixo:

- Aeroporto Internacional de Quito, Equador (Maristal Sucre, UIO)
- Aeroporto Internacional de San José, Costa Rica (Juan Santamaria, CRT)
- Aeroporto de Curaçao, Antilhas Holandesas (Hato Internacional, CUR)
- Controlar S.A.
- SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Adicionalmente, a projeção de geração de caixa da Companhia medida pelo LAJIDA está também relacionada às projeções de receitas brutas das subsidiárias da Companhia e aeroportos indicados acima.

Disposições gerais sobre projeções

Algumas declarações e estimativas contidas neste item do Formulário de Referência podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitos a riscos, conhecidos ou não. Cabe ainda destacar que as informações constantes neste item baseiam-se em informações históricas de desempenho e projeções de resultados de períodos subseqüentes, sendo que não há garantia de que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas baseiam-se em suposições e análises atuais do ponto de vista da administração da Companhia, de acordo com a sua experiência e outros fatores, tais quais: o ambiente macroeconômico, oportunidades de crescimento, efeitos da concorrência, as condições de mercado do setor de transportes e outros serviços públicos relacionados ao objeto social da Companhia, bem como os resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob o controle da Companhia.

Além disso, cabe destacar que a Companhia analisa diversas oportunidades de negócios, conforme preceitua seu objeto social, bem como outros que poderão ser auxiliares às atuais e que possam agregar valor ao desenvolvimento de seus negócios.

Dados os riscos e incertezas aqui descritos, as projeções podem não vir a se concretizar e não consistem, portanto, garantia ou promessa de desempenho futuro. Ainda, os resultados futuros e o desempenho da Companhia podem diferir substancialmente daqueles previstos nas projeções aqui contidas em razão, inclusive, mas a tanto não se limitando, aos fatores de risco

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

mencionados neste Formulário de Referência, muitos dos quais estão além da capacidade de controle ou previsão por parte da Companhia.

Tendo em vista estas incertezas e limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e projeções contidas neste item do Formulário de Referência.

Nenhum dos profissionais da Companhia ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização por investidores das projeções aqui descritas.

Adicionalmente, a Companhia informa que as projeções aqui divulgadas ainda não refletem todos os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional *IFRS – International Financing Reporting Standards*.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

LAJIDA da Companhia

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se: (i) ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; e (ii) ao final do período de 4 anos contados a partir de 2012, ou seja, até o final do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016.

O prazo de validade da projeção de LAJIDA referente: (i) ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 se estendeu até a presente data em que a Companhia divulga o LAJIDA de 2012, baseado nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; e (ii) ao final do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016, se estende até a data em que a Companhia divulgar o LAJIDA de 2016, baseado nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016.

Subsidiárias e aeroportos

As projeções de receita bruta de subsidiárias da Companhia e aeroportos indicados no item "a" acima apresentadas ao mercado referem-se ao final do período de 4 anos contados a partir de 2012, ou seja, até o final do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016.

O prazo de validade de tal projeção estende-se até a data em que a Companhia divulgar a receita bruta das referidas subsidiárias e aeroportos indicados no item "a" acima, baseada nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, a Companhia realizará revisões anuais de tais projeções, justificada por fatos que afetem de forma relevante os referidos resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções indicadas acima, baseadas primordialmente nas premissas descritas abaixo, levam em consideração, na opinião da Companhia, um cenário de crescimento conservador, refletindo uma expectativa de crescimento orgânico da Companhia apenas de acordo com o portfólio atual da Companhia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração

- Planejamento das empresas existentes, sem considerar novas aquisições ou participações em licitações ou concorrências públicas.
- Comportamento dos custos gerenciáveis de pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas de natureza operacional e melhores práticas de mercado ("PMSO").
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis PMSO.

Principais premissas que escapam ao controle da administração

- Crescimento do volume de tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, das rodovias operadas pela Companhia e/ou suas subsidiárias.
- Projeções de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmulas paramétricas definidas pelas agências reguladoras de cada rodovia operada pela Companhia e/ou suas Subsidiárias e os impactos na receita da Companhia.
- Programa de investimentos da Companhia e de suas Subsidiárias (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a manutenção dos ativos).
- Crescimento da receita metroviária da Companhia.
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados por consultoria especializada, os quais tiveram como foco principal os desempenhos da economia nacional e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), taxa de juros (Selic), variação do Produto Interno Bruto, Taxas de Juros de Longo Prazo e cotação do dólar. O laudo de avaliação elaborado pelo Banco UBS, divulgado em 20 de dezembro de 2011, que teve por objeto, dentre outros assuntos, o estudo sobre projeções de receita para as subsidiárias e os aeroportos, descritos no item "a" acima e também foi considerado para as projeções da Companhia.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais, dentre outros).

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão:

LAJIDA da Companhia

Projeção de LAJIDA (R$ bilhões)	**Em 31 de dezembro de 2012**		**Em 31 de dezembro de 2016**	
	Mínimo	**Máximo**	**Mínimo**	**Máximo**
Companhia	**2,9**	**3,3**	**5,5**	**6,5**

Subsidiárias e aeroportos

Projeção de Receita Bruta (US$ milhões)	**Em 31 de dezembro de 2016**	
	Mínima	**Máxima**
Aeroporto Internacional de Quito, Equador (Maristal Sucre, UIO)	137	162
Aeroporto Internacional de San José, Costa Rica (Juan Santamaria, CRT)	84	100
Aeroporto de Curaçao, Antilhas Holandesas (Hato Internacional, CUR)	44	53

Projeção de Receita [Bruta] (R$ milhões)	**Em 31 de dezembro de 2016**	
	Mínima	**Máxima**
Controlar S.A.	[537]	640
SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.	[129]	154

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

LAJIDA da Companhia

LAJIDA (R$ bilhões)	Projetado para exercício findo em 31 de dezembro de 2012		Realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012	Projetado para exercício findo em 31 de dezembro de 2016	
	Mínimo	Máximo	Realizado	Mínimo	Máximo
Companhia	2,9	3,3	3,3	5,5	6,5

Conforme premissas indicadas no item 1.c deste Formulário, o LAJIDA da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atingiu R$ 3,3 milhões, dentro do intervalo projetado.

Proposta de Orçamento de Capital

CCR S.A.
C.N.P.J. nº 02.846.056/0001-97
N.I.R.E. 35.300.158.334

ANEXO II

PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CCR S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2013

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2013 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76 e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 18 de abril de 2013, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício de 2013, no valor de R$ 1.459.105.000,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e nove milhões, cento e cinco mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2013.

Proposta de Orçamento de Capital: R$ 1.459.105.000,00

Aplicações

Investimento consolidado planejado para 2013 nos projetos atualmente detidos pela Companhia	R$ 1.459.105.000,00

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2012	R$ 1.052.930.963,66
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R$ 406.174.036,34

São Paulo, 18 de março de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna
Presidente

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos acionistas da CCR S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	269.082.312	15,24%	269.082.312	15,24%
VBC Energia S.A.	31.067.520	1,76%	31.067.520	1,76%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	293.349.836	16,61%	293.349.836	16,61%
AGC Participações Ltda.	6.800.000	0,39%	6.800.000	0,39%
Soares Penido Concessões S.A.	210.663.128	11,93%	210.663.128	11,93%
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A.	93.341.648	5,29%	93.341.648	5,29%
Outros	861.282.756	48,78%	861.282.756	48,78%
Total	**1.765.587.200**	**100,00%**	**1.765.587.200**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	1.058.326.173	100,00%	1.058.326.173	100,00%
Outros	5	0,00%	5	0,00%
Total	**1.058.326.178**	**100,00%**	**1.058.326.178**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.943	99,99%	93.099	100,00%	142.042	100,00%
Outros	3	0,01%	1	0,00%	4	0,00%
Total	**48.946**	**100,00%**	**93.100**	**100,00%**	**142.046**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	5.760	0,13%	5.760	0,09%
Outros	6	0,00%	0	0,00%	6	0,00%
Total	**2.250.000**	**100,00%**	**4.500.000**	**100,00%**	**6.750.000**	**100,00%**

Composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100,00%	40	26,67%	749.890	99,99%
Outros	0	0,00%	110	73,33%	110	0,01%
Total	**749.850**	**100,00%**	**150**	**100,00%**	**750.000**	**100,00%**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos acionistas da RCABPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100,00%**	**1.500.000**	**100,00%**

Composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100,00%	40	26,67%	749.890	99,99%
Outros	0	0,00%	110	73,33%	110	0,01%
Total	**749.850**	**100,00%**	**150**	**100,00%**	**750.000**	**100,00%**

Composição dos acionistas da RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100,00%**	**1.500.000**	**100,00%**

Composição dos acionistas da RCPODON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100,00%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100,00%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100,00%**	**150**	**100,00%**	**750.000**	**100,00%**

Composição dos acionistas da RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.850	99,99%	1.499.850	99,99%
Outros	150	0,01%	150	0,01%
Total	**1.500.000**	**100,00%**	**1.500.000**	**100,00%**

Composição dos acionistas da RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Total	**5.940**	**100,00%**	**5.940**	**100,00%**

Composição dos acionistas da VBC Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Átila Holdings S.A.	2.405.393	47,96%	70.530	52,83%	2.475.923	48,09%
Camargo Corrêa Energia S.A.	1.504.095	29,99%	47.018	35,22%	1.551.113	30,13%
Camargo Corrêa S.A.	717.383	14,30%	15.963	11,96%	733.346	14,24%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	388.107	7,74%			388.107	7,54%
Outros	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%
Total	**5.014.983**	**100,00%**	**133.511**	**100,00%**	**5.148.494**	**100,00%**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos acionistas da Átila Holdings S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%			Total	%
Camargo Corrêa S.A.	440.877.607	53,67%			440.877.607	53,67%
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	380.575.180	46,33%			380.575.180	46,33%
Total	**821.452.787**	**100,00%**			**821.452.787**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	2.360.886	100,00%	689.071	100,00%	3.049.957	100,00%
Outros	0	0,00%	4	0,00%	4	0,00%
Total	**2.360.886**	**100,00%**	**689.075**	**100,00%**	**3.049.961**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.	363.934	100,00%	87.775	99,99%	451.709	100,00%
Outros	4	0,00%	5	0,01%	9	0,00%
Total	**363.938**	**100,00%**	**87.780**	**100,00%**	**451.718**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	2.749.756.292	100,00%	0	0,00%	2.749.756.292	100,00%
Outros	2	0,00%	0	0,00%	2	0,00%
Total	**2.749.756.294**	**100,00%**	**0**	**0,00%**	**2.749.756.294**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	41.240.257	74,27%	83.704.598	75,38%
IFC – International Finance Corporation	4.535.695	8,17%	4.535.695	8,17%	9.071.389	8,17%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	8.517.316	15,34%	9.741.614	17,54%	18.258.929	16,44%
Outros	8.028	0,01%	7.808	0,01%	15.836	0,01%
Total	**55.525.379**	**100,00%**	**55.525.373**	**100,00%**	**111.050.752**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	269.745.267	100,00%	539.490.552	100,00%	809.235.819	100,00%
Sérgio Lins Andrade	2	0,00%	0	0,00%	2	0,00%
HENRIQUE WERNECK GUTIERREZ	1				1	
Álvaro Furtado de Andrade	2				2	
Angela Gutierrez	2				2	
Pedro Berto da Silva	2				2	
Total	**269.745.276**	**100,00%**	**539.490.552**	**100,00%**	**809.235.828**	**100,00%**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	271.021.602	33,33%	542.051.727	33,33%	813.073.329	33,33%
Administradora São Miguel S/A	271.021.602	33,33%	542.051.727	33,33%	813.073.329	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	271.021.602	33,33%	542.051.727	33,33%	813.073.329	33,33%
Outros	13	0,00%	0	0,00%	13	0,00%
Total	**813.064.819**	**100,00%**	**1.626.155.181**	**100,00%**	**2.439.220.000**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Cotistas	Cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,01%
Total	**300.000**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel S/A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

ACIONISTAS	AÇÕES	%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Angelinos Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Morrote Participações Ltda	1.196.000	6,30%
Marília Furtado de Andrade	1.356.207	7,14%
Laura Furtado de Andrade	1.415.007	7,45%
Heloisa Furtado de Andrade	1.415.007	7,45%
Flávio Furtado de Andrade	633.957	3,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.471.407	7,75%
Luciana Furtado Andrade	1.463.007	7,70%
Paulo Furtado de Andrade	1.485.807	7,82%
Eduardo Borges de Andrade	1	0,00%
Total	**18.990.000**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012.

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100,00%
Total	**1.455.201**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100,00%
Total	**1.497.201**	**100,00%**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos cotistas da Angelinos Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100,00%
Total	**1.404.801**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100,00%
Total	**1.431.201**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100,00%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Pereira	5	0,00%
Total	**1.392.801**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100,00%
Total	**1.372.401**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	908.960	76,00%
Júlia Pinheiro Andrade	143.520	12,00%
Felipe Pinheiro Andrade	143.520	12,00%
Total	**1.196.001**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Sérgio Lins Andrade	4.980.521	99,77%	6.066	0,04%	4.986.587	49,86%
Yara Sanches de Andrade	11.242	0,23%	2.534	0,02%	13.776	0,14%
Marcos Amado Andraade			7.470.859	49,97%	2.500.000	25,00%
João Pedro Amado Andrade			7.470.859	49,97%	2.500.000	25,00%
Total	**4.991.763**	**100,00%**	**14.950.318**	**100,00%**	**10.000.363**	**100,00%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Concessões S.A., com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	Total	%
Ana Maria Marcondes Penido Sant´Anna	251.521.545	93,72%	251.521.545	93,72%
Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda.	16.851.912	6,28%	16.851.912	6,28%
Total	**268.373.457**	**100,00%**	**268.373.457**	**100,00%**

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Composição dos cotistas da Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A. com mais de 5% de cotas, até o nível de pessoa física, 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	263.084.094	100,00%	10.000	20,00%	263.094.094	99,98%
Eduardo Caldas Dalla Vecchia	1	0,00%	10.000	20,00%	10.001	0,00%
Eduarda Penido Dalla Vecchia	1	0,00%	10.000	20,00%	10.001	0,00%
Caio Penido Dalla Vecchia	1	0,00%	10.000	20,00%	10.001	0,00%
Pelerson Penido Dalla Vecchia	1	0,00%	10.000	20,00%	10.001	0,00%
Total	**263.084.098**	**100,00%**	**50.000**	**100,00%**	**263.134.098**	**100,00%**

Composição dos cotistas da Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas, até o nível de pessoa física, em 31 de dezembro de 2012:

Acionistas	Cotas	%	Total	%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	24.385.951	100,00%	24.385.951	100,00%
Ana Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Eduardo Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Total	**24.385.953**	**100,00%**	**24.385.953**	**100,00%**

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2011:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	904.304.380	51,22%	904.304.380	51,22%
Conselho de Administração	4.919.024	0,28%	4.919.024	0,28%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%
Diretores	268.000	0,02%	268.000	0,02%
Outros (mercado)	856.095.796	48,49%	856.095.796	48,49%
Total*	**1.765.587.200**	**100,00%**	**1.765.587.200**	**100,00%**

* Em 25 de novembro de 2011, ações foram desdobradas.

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	226.076.111	51,22%	226.076.111	51,22%
Conselho de Administração	1.245.176	0,28%	1.245.176	0,28%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%
Diretores	67.000	0,02%	67.000	0,02%
Outros (mercado)	214.008.513	48,48%	214.008.513	48,48%
Total	**441.396.800**	**100,00%**	**441.396.800**	**100,00%**

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CCR S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da CCR S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais, no caso da CCR S.A. diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS, seriam avaliados ao custo ou valor justo, e à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 4, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, tomados em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Roberto P. Carneiro
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 109447/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CCR S.A. (“CCR”), no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como a revisão do orçamento de capital e a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer do Comitê de Auditoria, emitidos em 27 de fevereiro de 2013, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à revisão do orçamento de capital e a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, que estão em condições de serem votadas pela Assembléia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.

Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos

Sr. Adalgiso Fragoso de Farias

Sr. José Valdir Pesce

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 27 de fevereiro de 2013 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.

Renato Alves Vale
Diretor Presidente

Italo Roppa
Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios

José Braz Cioffi
Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios

Ricardo Antonio Mello Castanheira
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Antonio Linhares da Cunha
Diretor de Desenvolvimento Empresarial

Arthur Piotto Filho
Diretor de Relações com Investidores

Leonardo Couto Vianna
Diretor de Novos Negócios

Marcus Rodrigo de Senna
Diretor Jurídico

Paulo Yukio Fukuzaki
Diretor de Planejamento e Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 27 de fevereiro de 2013 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.

Renato Alves Vale
Diretor Presidente

Italo Roppa
Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios

José Braz Cioffi
Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios

Ricardo Antonio Mello Castanheira
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Antonio Linhares da Cunha
Diretor de Desenvolvimento Empresarial

Arthur Piotto Filho
Diretor de Relações com Investidores

Leonardo Couto Vianna
Diretor de Novos Negócios

Marcus Rodrigo de Senna
Diretor Jurídico

Paulo Yukio Fukuzaki
Diretor de Planejamento e Controle